

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE LETRAS**  
**DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA**

**LEITURAS FEMINISTAS: METACRÍTICA E CAMPO LITERÁRIO**  
**BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO**

**AMANDA MARIA GARCIA HOLGADO DE OLIVEIRA**

**ORIENTADORA: VIRGÍNIA MARIA VASCONCELOS LEAL**

**BRASÍLIA**

**2019**

**AMANDA MARIA GARCIA HOLGADO DE OLIVEIRA**

**LEITURAS FEMINISTAS: METACRÍTICA E CAMPO LITERÁRIO  
BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO**

Dissertação apresentada ao Departamento de Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Literatura.

Orientadora: Profa. Dra. Virgínia Maria Vasconcelos Leal

Linha de Pesquisa: Representação na Literatura Brasileira Contemporânea

**BRASÍLIA**

**2019**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

OOL481 Oliveira, Amanda Maria Garcia Holgado de  
Leituras feministas: metacrítica e campo literário  
brasileiro contemporâneo / Amanda Maria Garcia Holgado de  
Oliveira; orientador Virgínia Maria Vasconcelos Leal. --  
Brasília, 2019.  
138 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Literatura) --  
Universidade de Brasília, 2019.

1. Literatura brasileira contemporânea. 2. Crítica  
literária. 3. Periódicos. 4. Crítica literária feminista. I.  
Leal, Virgínia Maria Vasconcelos, orient. II. Título.

AMANDA MARIA GARCIA HOLGADO DE OLIVEIRA

**Leituras feministas:  
metacrítica e campo literário brasileiro contemporâneo**

Banca

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Virgínia Maria Vasconcelos Leal (TEL / UnB)  
(presidente)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Regina Dalcastagnè (TEL / UnB)  
(membro)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Bruna Paiva de Lucena (SEDF)  
(membro)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Trindade Nakagome (TEL / UnB)  
(suplente)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, por tanto amor, pelos ensinamentos e companheirismos, em especial à minha mãe-fortaleza Sara, meu pai Geovando, Hugo e Bruna, tias Candinha, Maria, Celita, Fafá e Toninho.

Agradeço às minhas avós Bienvenida (*in memoriam*) e Elza, que são fontes inspiradoras e energias vitais que correm em mim, e também a meu avô Antônio (*in memoriam*).

Agradeço a Virgínia, minha orientadora, que apoiou a realização deste trabalho, com muita disponibilidade e olhares atentos, e que acredita, como eu, que o afeto é o grande transformador de todas as coisas.

Sou grata à professora Regina, que me acolheu no grupo de pesquisa e muito me ensinou nesse processo de conhecimentos acadêmicos e olhares de vida, e grata ao GELBC, que me proporcionou muitas vivências ricas e construtivas.

Sou grata ao professor Anderson, pelo apoio, disciplinas, pontos de vista compartilhados e à professora Patrícia e à Cida, que toparam participar da qualificação já na reta final.

Agradeço à parceria de Raysa, pelas trocas, e também a Aline, Dalva, Gislene, que, carinhosamente, me presenteou a revisão desta dissertação, Paula, Isadora, Waldson, que contribuíram para que este espaço fosse mais leve, mais cheio de riqueza.

Agradeço às minhas famílias astrais, Letícia, Laura e Renan, Amanda, Maria e Lucas, Gabi e Narandas, por tanto, sempre.

Agradeço aos presentes que a vida me deu, em especial a Geovana, Felipe e Árina, pelo apoio e amor de sempre, e também a Alê, Gui, Iza, Michelle, Victor, Lud, Lusa, Marcel, Rafa, importantes neste caminho, desde a força para a seleção até as incontáveis conversas, ideias, sugestões, dicas, ouvidos, ombros, abraços, cafés, compreensões, compartilhados, em todo este processo!

Sou grata às *Foi Lossa*, mulheres inspiradoras que fazem com que se acredite em potência de grupo, de força, de diversidade.

Agradeço a Bianca, Mayã e Marcos, pelo compartilhar de experiências e caminhos, teorias, tabelas, e-mails e coisas mais concretas!

Obrigada à CAPES, pela concessão da bolsa de estudos. Espero que essa Fundação não seja extinta.

Por último, e com igual relevância, agradeço à Universidade de Brasília, por tudo o que pude aprender e experienciar nesse espaço incrível de construção de saber, de discussão de ideias, de crescimento, de oportunidades, por toda a balbúrdia que causou em minha mente e em meu coração.

Respiro profundo... Avante!

*Desaprender oito horas por dia ensina os princípios.*

**Manoel de Barros**

*E que era preciso continuar decifrando nos vestígios do tempo os sentidos de tudo que ficara para trás. E perceber que por baixo da assinatura do próprio punho, outras letras e marcas havia. A vida era um tempo misturado do antes-agora-depois-e-do-depois-ainda. A vida era a mistura de todos e de tudo. Dos que foram, dos que estavam sendo e dos que viriam a ser.*

**Conceição Evaristo**

## RESUMO

A partir da pesquisa *A crítica literária em periódicos brasileiros contemporâneos*, desenvolvida pelo Grupo de Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Práticas Sociais da Universidade de Brasília, esta dissertação analisa os resultados relativos à inserção das mulheres no campo literário, como conceituado por Pierre Bourdieu. Destaca-se a participação majoritária de articulistas mulheres no campo da literatura, em contraponto ao fato de suas produções e referências teóricas serem voltadas, em sua maioria, para autores e críticos do gênero masculino. Com base nessa contradição, são discutidas as relações estabelecidas entre a produção crítica acadêmica no processo de formação do campo literário e do cânone nacional. Com aportes teóricos de Teresa de Lauretis, Iris Young e Rita Terezinha Schmidt, os discursos patriarcais presentes nessa estrutura foram analisados a partir de uma perspectiva crítica feminista e estudos de gênero. A partir da análise de 67 artigos monográficos a respeito de escritoras, retirados dos 3085 artigos na pesquisa citada acima, buscou-se perceber enfoques feministas em suas leituras.

**Palavras-chave:** Literatura brasileira contemporânea; Crítica literária; Periódicos; Crítica literária feminista.

## ABSTRACT

From the research *Literary Criticism in Contemporary Brazilian Periodicals*, developed by the Study Group of Contemporary Brazilian Literature, linked to the Post-Graduate Program in Literature and Social Practices of the University of Brasilia, this dissertation analyzes the results related to the insertion of women in the literary field, as conceptualized by Pierre Bourdieu. It stands out the majority participation of women writers in the field of literature in counterpoint to the fact that their productions and theoretical references are directed, for the most part, to authors and critics of the masculine gender. Based on this contradiction, the relations established between academic critical production in the process of formation of the literary field and of the national canon are discussed. With the theoretical contributions of Teresa de Lauretis, Iris Young and Rita Terezinha Schmidt, the patriarchal discourses present in this structure were analyzed from a critical feminist perspective and gender studies. From the analysis of 67 monographic articles about writers, taken from the 3085 articles in the research cited above, we sought to understand feminist approaches in their readings.

**Keywords:** Contemporary Brazilian literature; Literary criticism; Newspapers; Feminist literary criticism.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de pesquisadores/as autores/as dos artigos por sexo (2000 – 2014)....	16
Tabela 2 - Quantidade de escritores/as analisados/as nos artigos por sexo (2000 – 2014).....	16
Tabela 3 - Quantidade de artigos por revista das autoras citadas no <i>corpus</i> – abordagem monográfica. ....	56
Tabela 4 - Quadro-síntese dos artigos sobre a obra de Clarice Lispector. ....	68
Tabela 5 - Quadro-síntese dos artigos sobre a obra de Carolina Maria de Jesus. ....	85
Tabela 6 - Quadro-síntese dos artigos sobre a obra de Cecília Meireles. ....	90
Tabela 7 - Quadro-síntese dos artigos monográficos sobre a obra de Hilda Hilst. ....	94
Tabela 8 - Quadro-síntese dos artigos monográficos sobre a obra de Adélia Prado. ....	98
Tabela 9 - Quadro-síntese dos artigos monográficos sobre a obra de Teolinda Gersão.....	101
Tabela 10 - Quadro-síntese dos artigos monográficos sobre a obra de Ana Maria Machado. ....	104
Tabela 11 - Quadro-síntese dos artigos monográficos sobre a obra de Maria Gabriela Llansol. ....	106
Tabela 12 - Quadro-síntese dos artigos monográficos sobre a obra de Virgínia Woolf.....	108
Tabela 13 - Quadro-síntese dos artigos monográficos sobre a obra de Ana Cristina César ..	110
Tabela 14 - Número total de textos analisados por revista (2000-2014).....	115

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Artigos feministas e não feministas sobre a obra de Clarice Lispector.....	84
Gráfico 2 - Artigos feministas e não feministas sobre a obra de Carolina Maria de Jesus. ....	89
Gráfico 3 - Artigos feministas e não feministas sobre a obra de Cecília Meireles. ....	93
Gráfico 4 - Artigos feministas e não feministas sobre a obra de Hilda Hilst. ....	98
Gráfico 5 - Artigos feministas e não feministas sobre a obra de Adélia Prado. ....	100
Gráfico 6 - Artigos feministas e não feministas sobre a obra de Teolinda Gersão. ....	103
Gráfico 7 - Artigos feministas e não feministas sobre a obra de Ana Maria Machado. ....	105
Gráfico 8 - Artigos feministas e não feministas sobre a obra de Virgínia Woolf. ....	109
Gráfico 9 - Artigos feministas e não feministas sobre as obras de todas as escritoras.....	112
Gráfico 10 - Artigos publicados por revista. ....	114
Gráfico 11 - Artigos feministas publicados por revista. ....	115

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
AFINAL, QUEM SÃO ELAS QUE ESTIVERAM SEMPRE AÍ?.....	20
1 CICLOS LITERÁRIOS .....	26
1.1 Estruturas circulares: campo, crítica e literatura .....	26
1.2 Os jornais, a academia e a crítica .....	29
2 A MATÉRIA: GÊNERO? .....	36
2.1 Uma questão inescapável: o caso do gênero .....	36
2.2 Mulheres de letras no Brasil .....	42
2.3 A crítica literária feminista: uma teoria entre pares? .....	52
3 LEITURAS FEMINISTAS.....	57
AFINAL, QUEM SÃO ELAS QUE ESTÃO AQUI? .....	58
3.1 O caso Clarice Lispector.....	66
3.2 Carolina Maria de Jesus.....	85
3.3 Cecília Meireles.....	90
3.4 Hilda Hilst.....	94
3.5 Adélia Prado .....	98
3.6 Teolinda Gersão .....	101
3.7 Ana Maria Machado .....	103
3.8 Maria Gabriela Llansol .....	105
3.9 Virgínia Woolf .....	107
3.10 Ana Cristina César .....	110
3.11 Registros emblemáticos.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	117
REFERÊNCIAS .....	123
ANEXO I – Ficha de levantamento de dados da pesquisa <i>A crítica literária em periódicos brasileiros contemporâneos</i> .....	136

## INTRODUÇÃO

A literatura enquanto espaço de poder constitui-se de uma estrutura que se fundamenta a partir de interesses dentro de campos sociais, conforme a teoria sobre os campos, do francês Pierre Bourdieu (1992). Dentro do chamado campo literário, existem forças que disputam poder, espaço e reconhecimento. O cânone é uma dessas forças, e enquanto instrumento de aplicação desse poder, pode ser visto como um fator que exclui literaturas consideradas menores, como a literatura escrita nas periferias, ou de autorias feminina ou negra, por exemplo.

Campo, no conceito de Bourdieu, abrange diferentes poderes, classifica e hierarquiza uma estrutura conforme os diversos níveis de posições sociais, ou melhor, compreende agentes detentores de poderes, que tenderão, conscientemente ou não, a “adotar estratégias conservadoras, que visam manter a estrutura atual do campo e os critérios de classificação da produção literária vigentes, que os beneficiam” (BOURDIEU, 1992, p. 37). Nessa perspectiva, as disputas para reconhecimento ou legitimação de poderes estão sempre em processo, no sentido de hierarquização dos indivíduos participantes desse campo.

Segundo Nogueira e Nogueira (2004, p. 36), campo é utilizado para “se referir a certos espaços de posições sociais nos quais determinado tipo de bem é produzido, consumido e classificado”. À medida que a divisão social do trabalho se complexifica, alguns domínios de atividade se tornam relativamente autônomos. Assim, internamente, nos campos dessas realidades sociais, há uma busca pelo “controle da produção e, sobretudo, pelo direito de legitimamente classificarem e hierarquizarem os bens produzidos” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2004, p. 36). A partir disso, considera-se como participantes do campo literário, os indivíduos envolvidos nas várias instâncias desse setor: editores, escritores, críticos, pesquisadores das áreas de língua e literatura, que disputam espaço e reconhecimento para si mesmos e suas produções.

Por cânone, entende-se o que afirma Rita Terezinha Schmidt (1996, p. 116): “um conjunto de textos que passou pelo teste do tempo e que foi institucionalizado pela educação e pela crítica como clássicos, dentro de uma tradição, vem a ser polo irradiador dos paradigmas do quê e do como se escreve, do quê e do como se lê”. Isso porque, tradicionalmente, a constituição do cânone se dá pela reprodução do mesmo, pois a força homogeneizadora que atua sobre a seleção reafirma as identidades e afinidades e exclui, portanto, as diferenças.

A fim de investigar como de fato essa estrutura do cânone e esses campos de poder atuam no meio literário, o Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea (GELBC)

desenvolveu a pesquisa *A crítica literária em periódicos brasileiros contemporâneos*, entre os anos de 2015 a 2017. E a partir de seus resultados, pôde-se fazer um recorte sobre literatura e gênero, foco desta dissertação.

O estudo da pesquisa dos periódicos se deu a partir da análise de artigos publicados em periódicos reconhecidos e representativos da área de literatura brasileira por quinze anos, entre 2000 e 2014. Foram lidos e registrados mais de 3000 artigos. O projeto foi coordenado pela professora doutora Regina Dalcastagnè (Universidade de Brasília – UnB), e pelos professores doutores Anderson Luís Nunes da Mata (UnB) e Igor Ximenes Graciano (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab). As leituras e os fichamentos dos periódicos eram feitos por um grupo de estudantes<sup>1</sup> de graduação, do qual eu fazia parte, e realizadas frequentes reuniões para entrega e debates dos fichamentos.

A pesquisa teve como objetivo entender as conformações da crítica literária acadêmica no Brasil, a partir da análise de artigos publicados em periódicos reconhecidos e representativos da área da Literatura, pensando, como coloca Dalcastagnè (2018) em artigo sobre a pesquisa em questão, que “a publicação em periódicos é, hoje e já há bastante tempo, o principal instrumento de divulgação do conhecimento, em todas as áreas do saber”. Afirma ainda que que mesmo com o intenso crescimento das plataformas tecnológicas, “as revistas acadêmicas continuam sendo o canal por excelência de escoamento da produção intelectual das universidades” e acrescenta que os próprios periódicos são hierarquizados através de *rankings*, que conferem a eles importância e prestígio, confirmando os mecanismos do campo.

O levantamento dos dados a respeito da crítica literária acadêmica no Brasil foi feito com periódicos publicados em um período de 15 anos, entre os anos de 2000 a 2014. As revistas selecionadas foram:

Do Sudeste:

- Minas Gerais: *O Eixo e a Roda* (UFMG) e *Ipotesi* (UFJF)
- Rio de Janeiro: *Gragoatá* (UFF)
- São Paulo: *Literatura e Sociedade* (USP) e *Itinerários* (Unesp-Araraquara)

Do Sul:

- Rio Grande do Sul: *Letras de Hoje* (PUC-RS)

Do Centro-Oeste:

---

<sup>1</sup> Registro os agradecimentos, pela oportunidade e ensinamentos nesse projeto, à professora Regina Dalcastagnè e aos professores Anderson da Mata e Igor Ximenes Graciano. E aos companheiros/as de pesquisa, pelas leituras, trocas, reuniões e mais, a Ana Cristina Viana Barboza de Oliveira, Carina Rodrigues Lobato, Daniel Pinho Rocha, Isadora Maria Santos Dias, João Pedro Coleta da Silva, Juliana Sampaio Mota, Marcos Eduardo Lopes Rocha, Raysa Ferreira Soares, Waldson Gomes de Souza e Paula Queiroz Dutra.

- Distrito Federal: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea* (UnB)

Das Associações:

- *Revista da Anpoll* (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística) e *Revista Brasileira de Literatura Comparada* (Abralic)

Foram lidas cerca de 200 edições de revistas e computados 3085 artigos.

As revistas, a princípio, seriam as dez com publicações tradicionais e bem classificadas no *ranking* da Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, tendo em vista que

a nota reflete a abrangência, a circulação, a periodicidade, em suma, a relevância da revista na área. Além disso, o recorte buscou as publicações cujo interesse fosse, de fato, a literatura (ainda que algumas alternassem seus números entre literatura e linguística). E, uma vez que havia a preocupação de se entender como a literatura brasileira vem sendo trabalhada no meio acadêmico, evitou-se revistas com foco exclusivo em literaturas estrangeiras (DALCASTAGNÈ, 2018, p. 197).

Os periódicos que compõem o Qualis são constituídos por periódicos mencionados pelos programas de pós-graduação anualmente no módulo Coleta de Dados da Plataforma Sucupira<sup>2</sup> (ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG). Quando os dados chegam à CAPES, são reunidos, em uma base de dados, os títulos de todos os periódicos e eventos mencionados pelos Programas naquele ano. Portanto, o Qualis é o processo de classificação dos periódicos mencionados pelos próprios programas e não do universo de periódicos de cada área.

Por definição, tem-se o Sistema Qualis como o processo de classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da produção intelectual de docentes e alunos.

Os resultados são disponibilizados em uma lista de classificação, utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção, segundo o site da Capes, “a estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos” (CAPES, 2018). Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade, de A1 a C, sendo A1 o estrato mais elevado. A classificação é realizada pelos comitês de consultores de cada área de avaliação, seguindo critérios previamente definidos pela área e aprovados pelo Conselho Técnico-Científico da

---

<sup>2</sup> Para acesso à classificação dos periódicos, consultar: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>

Educação Superior (CTC-ES), que procuram refletir a importância relativa dos diferentes periódicos para uma determinada área.

Os parâmetros e critérios determinados pelo CTC-ES visam à progressiva qualificação dos meios de divulgação científica e acadêmica da Área de Letras e Linguística e são disponibilizados no Documento de Área 2013, organizado pela CAPES, são os seguintes:

Parâmetros Gerais:

- Política Editorial claramente definida;
- Editor responsável e/ou Comissão Editorial;
- Conselho Editorial com afiliação institucional de seus membros;
- ISSN;
- Periodicidade regular e atualizada com no mínimo dois volumes anuais;
- Afiliação institucional e titulação dos autores;
- Resumo em Língua Portuguesa e em uma língua estrangeira, seguidos de palavras-chave;
- Chamada aberta com divulgação on line;
- Especificação de normas de submissão e avaliação transparente pelos pares;
- Número mínimo de 14 artigos por ano;
- Disponibilidade em formato digital, com acesso on line para toda a série e garantia de acesso e preservação de todos os números (CAPES, 2013, p. 23).

Os critérios para classificação são considerados pelos Estratos de classificação (A1 a C). Aqui colocarei somente do Estrato A1, que foi o utilizado para a realização da pesquisa dos periódicos.

Crítérios para classificação – Estrato A1:

- periódicos consolidados – com publicação ininterrupta pelo menos nos últimos oito anos;
- diversidade institucional dos autores: 80% dos artigos devem ser de, no mínimo 5 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Esse critério também se aplica a revistas não ligadas a programas de pós-graduação;
- conselho editorial constituído por pesquisadores nacionais e internacionais que seja efetivamente atuante;
- artigos de alta qualidade, preferencialmente escritos por doutores do Brasil ou do exterior, com efetiva contribuição científico-acadêmica para a Área;
- indexação no Brasil e no exterior;
- periódicos que sejam referência internacional para a Área (CAPES, 2013, p. 23).

De acordo com os parâmetros e critérios estabelecidos pela CAPES, descritos acima, a atualização ocorrida no início de 2012 e válida até 2015, apresentou muitos números de classificadas. Sendo assim, na pesquisa optou-se por trabalhar somente com as que obtiveram a classificação A1. Além disso, a pesquisa buscou os periódicos que priorizassem a área da literatura, e evitaram-se as revistas cujo foco era exclusivo às literaturas estrangeiras, devido ao propósito da pesquisa ser voltado para o campo literário brasileiro.

Pensou-se inicialmente em abarcar periódicos de todas as regiões do país, porém, Norte e Nordeste ainda não possuíam à época nenhuma revista, classificada como A1 no Qualis Capes. Sendo assim, optou-se por incluir as duas revistas das Associações da área (Abralic e

Anpoll) em seu lugar, por reunirem, necessariamente, produções das diferentes regiões. Outra questão que se fez importante para escolha das revistas, foi o fato de a região Sudeste possuir a maior quantidade de revistas com nota A1. Portanto, definiu-se que deveriam ser incluídas duas revistas de cada um dos estados: Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, sendo uma revista de uma universidade da capital e outra do interior, de cada estado, para que se evitassem revistas da mesma instituição. Segundo Dalcastagnè (2018, p. 197), “também houve a preocupação em selecionar periódicos que já estivessem, é claro, em atuação desde antes de 2000”, devido ao seu histórico.

O levantamento de dados foi feito com suporte no preenchimento de uma ficha<sup>3</sup>, e os artigos eram analisados e averiguados em duplas. Em caso de discordância, havia reuniões coletivas, e as fichas buscavam dados objetivos, “a fim de garantir a homogeneidade na aplicação dos critérios de preenchimento, reduzindo os casos de discrepância” (DALCASTAGNÈ, 2018, p. 198).

A ficha incluía a identificação do artigo, dados sobre os autores (instituição, sexo<sup>4</sup>, geração, área disciplinar), sobre a temática (se é sobre literatura ou não, ou somente teoria – quando não houvesse *corpus* literário), se se tratava de literatura brasileira, sobre qual momento da literatura brasileira o artigo se debruçou (se contemporânea ou não – considerou-se literatura contemporânea o que foi publicado a partir de 1964), a abrangência (se monográfica – ao tratar de somente um/a autor/a, comparativa – entre dois/duas autores/as, ou panorâmica – mais de dois/duas autores/as). Indicava-se ainda o tipo de enfoque (exclusivo no objeto, mais histórico ou mais sociológico, filosófico, voltado para estudos da Psicologia, ou ainda, relação com outras artes e mídias). Constava-se também a coleta dos resumos e palavras-chave, e os autores/as (escritores/as e teóricos/as) citados na bibliografia de todos os artigos. Todos esses dados foram lançados no *software* estatístico *Sphinx Lexica*, que funcionou como banco de dados e como ferramenta para o cruzamento de variáveis. Afirma Dalcastagnè (2018, p. 199): “Os dados levantados nessa pesquisa permitem um debate mais consistente sobre a crítica literária acadêmica produzida hoje no Brasil e sobre os próprios periódicos mais bem-conceituados”.

---

<sup>3</sup> A ficha está no Anexo I, autorizada pela coordenadora da pesquisa, Regina Dalcastagnè.

<sup>4</sup> No questionário de preenchimento sobre autores/as dos artigos, utiliza-se o termo *sexo* para marcação biológica (feminino / masculino). Leva-se em consideração o nome do/a autor/a e as informações pertinentes encontradas através de pesquisa no Currículo Lattes na Plataforma Lattes – CNPq. No restante do artigo, considero feminino / masculino segundo as considerações das tecnologias do gênero de Lauretis (1987), as quais se fundamentam na essencialização da diferença e na oposição de conceito entre o masculino e o feminino, base do sistema sexo-gênero, sendo construídas socioculturalmente e mecanismo para as assimetrias através de tecnologias que garantem a sua reprodução.

Portanto, devido a tal levantamento estatístico, pôde-se fazer um recorte sobre literatura e gênero, dentre tantos outros possíveis<sup>5</sup>. Os resultados são, sobretudo, reflexos culturais e sociais, que compõem a crítica no meio acadêmico e o reconhecimento do campo literário brasileiro.

Com base nessa análise, verificou-se que as mulheres são a maioria entre as articulistas publicadas nas revistas, porém, isto não se dá igual no número de escritoras analisadas nos textos, quanto menos no número de críticas ou teóricas citadas nas referências bibliográficas dos artigos. Predominantemente, nos dois casos, são mais citados os autores.

Nas Tabelas 1 e 2, abaixo, retiradas da coleta de dados da pesquisa, é possível identificar tais valores:

**Tabela 1 - Quantidade de pesquisadores/as autores/as dos artigos por sexo (2000 – 2014).**

<b>Feminino</b>	1779	57,67%
<b>Masculino</b>	1306	42,33%
<b>Total</b>	3085	100%

**Fonte: Dados da pesquisa *A crítica literária em periódicos brasileiros contemporâneos*. 2017.**

A Tabela 1, acima, refere-se ao sexo dos/as articulistas fichados na pesquisa. Tem-se que 57,67% deles foi produzido por mulheres, e 42,33% por homens, sendo então que a maioria dos artigos foi produzida por mulheres, com uma diferença de 15%.

**Tabela 2 - Quantidade de escritores/as analisados/as nos artigos por sexo (2000 – 2014)**

<b>Masculino</b>	1648	53,42%
<b>Sem resposta / Nenhum</b>	974	31,57%
<b>Feminino</b>	285	9,24%
<b>Ambos</b>	178	5,77%
<b>Total</b>	3085	100%

**Fonte: Dados da pesquisa *A crítica literária em periódicos brasileiros contemporâneos*. 2017.**

Na Tabela 2, têm-se os números referentes aos/às escritores/as citados/as nos textos acadêmicos. O campo “sem resposta / nenhum” corresponde aos artigos analisados de maneira panorâmica, que muitas vezes, pela grande quantidade de autores/as citados/as, mais de 3, listava-se na ficha de preenchimento como “diversos”, registrado com 31,57% dos artigos. Porém, ainda assim, é maior que a quantidade de escritoras citadas, com apenas 9,24%, com

<sup>5</sup> Para alguns apontamentos de demais resultados, verificar DALCASTAGNÈ, Regina (2018). A crítica literária em periódicos brasileiros contemporâneos: uma aproximação inicial. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 54, p. 195-209. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2316-40182018000200195&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182018000200195&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Último acesso em: 25 maio 2018.

Veja também: Mata, Anderson da (2018). De que trata o texto? Leitores e críticos na pesquisa sobre literatura. *Literatura e Sociedade*, v. 22, n. 24, p. 136-146. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i24p136-146>. Último acesso em: 25 maio 2018.

grande disparidade (44%) dos escritores citados, com 53,42%. Artigos que citavam autoria de ambos os sexos marcaram um total de 5,77%.

Para além dos números, a serem detalhados nos próximos capítulos, a primeira observação que se faz é em relação à estabilidade e à manutenção do cânone literário, pois aparecem nas primeiras posições nomes de escritores como Machado de Assis e Graciliano Ramos, teoricamente, Antonio Candido e Walter Benjamin. O caso aqui não é de desqualificar a obra e a importância desses autores, mas atentar-se ao fato de que existe literatura contemporânea, “literaturas nacionais periféricas”, termo usado por Schmidt (1996), sendo produzidas. Contudo, por questões que reafirmam mecanismos do campo literário, como ou por consequência de questões sociais do âmbito público e privado, são silenciadas e preteridas. Esse é o caso, estatisticamente comprovado na pesquisa dos periódicos, da literatura de autorias feminina, negra, transgênero e outras, e no âmbito teórico, a crítica sob perspectivas feminista ou pós-colonial, por exemplo. Para Terry Eagleton (2006, p. 307), isso se deve a questões relacionadas ao “poder entre a instituição acadêmico-literária, onde tudo isto ocorre, e os interesses da sociedade em geral, cujas necessidades ideológicas serão servidas, e cujo pessoal será reproduzido pela preservação e ampliação controlada do discurso em questão”, por isso tão perpetuadas.

Identificando tais questões, remete-se, enquanto foco principal dessa dissertação, à história e às construções hierárquicas sociais que suprimiram das mulheres voz, participação no espaço público e direitos. Consequentemente, o espaço literário também foi vetado, e passa, portanto, a ganhar visibilidade através do “empenho da crítica literária feminista – fruto direto do feminismo enquanto movimento social e político”, conforme expõe Virgínia Leal (2008, p. 2). Compreendendo feminismo como um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão, conforme aponta bell hooks <sup>6</sup>(2018, p. 13).

No Brasil, as mulheres em articulação objetivavam intervir nas práticas sociais e serem reconhecidas. Esse processo teve seu início ainda cedo, ao se pensar na mentalidade escravocrata e patriarcal instaurada no país, através do resgate de autoras, como por exemplo, o levantamento de trabalhos publicados de crítica na área das Letras e das Artes, feito por Heloisa Buarque de Hollanda e Lucia Nascimento Araújo, em 1993, intitulado *Ensaístas Brasileiras*.

O livro reúne autoras mulheres e teve sua importante contribuição para o debate que se fazia à época sobre os novos papéis da mulher na sociedade e a possibilidade efetiva de sua

---

<sup>6</sup> Serão mantidas letras minúsculas sempre que a teórica for citada, respeitando como esta se apresenta.

entrada na vida pública. Nesse levantamento, apontaram-se ainda outras publicações listadas, que permeiam os primeiros anos da nova década e de todo o século XX.

Segundo as autoras, nessas obras pioneiras de prática da crítica feminina, “o eixo central da preocupação era com a lógica do ‘silenciamento’ na construção da série literária marcando uma tendência, de claro acento político, em denunciar e tentar romper com a estigmatização da presença feminina da literatura” (HOLLANDA; ARAÚJO, 1993, p. 15).

Esses trabalhos, organizações de dicionários, coletâneas bibliográficas, teses, publicações se esforçaram para tirar as mulheres desse limbo, fazendo com que se evidenciasse a forma marginalizada como se realizou o pensamento crítico feminino.

Considerando os dados sobre o campo literário brasileiro e essa ideia de apagamento sistemático, revisitam-se autoras da literatura brasileira, com o intuito de reestabelecer a ideia vigente de cânone e de “alta literatura”, pois, como efeito desse apagamento, a autoria feminina é mantida no limbo da escrita. Revisitar autoras importantes para a literatura é escutar e falar com uma produção artística que poderia ser lida pelo que se considera universal na arte e abrir portas, cada vez mais, para que autoras contemporâneas também sejam lidas.

Esse trabalho de resgate das autoras já vem acontecendo por meio dos estudos e da crítica feministas, como afirma Schmidt:

uma das atividades de maior investimento do GT – Mulher e, conseqüentemente, de grande produtividade, tem sido a pesquisa voltada à recuperação de textos de autoria de escritoras brasileiras do século XIX, cujo objetivo último é estabelecer um mapeamento da produção literária “esquecida” com vistas a uma nova história da literatura no país, um desafio radical à narrativa mestra da literatura brasileira, consagrada por mecanismos de avaliação crítica de legitimação institucional (SCHMIDT, 2017, p. 117).

Uma das possibilidades de expansão desse universo e transgressão dessa realidade atribuída à mulher é adotar o campo da crítica feminista. Com isso, cabe indicar a hegemonia do sistema patriarcal para que venha a ser superado e registrar gradualmente a emancipação das mulheres no meio acadêmico e literário, discutindo as relações de gênero e compreendendo o caráter de representação, identidade e luta por uma causa.

A escritora e crítica literária, importante na década de 1950, Lúcia Miguel Pereira (1954) considera, em artigo precursor, a situação sintomática, ao citar, em “As mulheres na literatura brasileira”, o livro *História da literatura brasileira*, de Sílvio Romero, publicado em 1882. Nele foram incluídas apenas sete escritoras mulheres, de modo superficial e sem apresentar “grande apreço”, como afirma a autora. Pereira cita também o *Dicionário bibliográfico*, de Sacramento Blacke, que de maneira indistinta lista nomes com quaisquer tipos de publicação, e encontra apenas 56 escritoras, em um recorte de quatro séculos. Desta forma, a autora aponta:

Sintomática da tristíssima situação das mulheres no Brasil colonial e imperial, dos preconceitos que as abafavam, dos quais dão testemunho tanto os romancistas que descreveram os costumes de seu tempo como os escritores mais objetivos, cronistas, ensaístas, historiadores e sobretudo os estrangeiros que nos visitaram (PEREIRA, 1954, p. 19).

É através dessa perspectiva que abaixo estão re-apresentadas importantes autoras do século XIX, apagadas do mundo da crítica literária dominante, repensando a partir daí as posições hegemônicas culturais e históricas.

## AFINAL, QUEM SÃO ELAS QUE ESTIVERAM SEMPRE AÍ?

Maria Firmina dos Reis, nasceu em São Luís, Maranhão, no ano de 1822. Autodidata, sua instrução fez-se através de muitas leituras – lia e escrevia francês fluentemente. Exerceu a profissão de professora, tendo sido aprovada em primeiro lugar para a vaga do concurso público estadual em 1847 para mestra régia. Antes de aposentar-se, fundou a primeira escola mista no Maranhão, que funcionou até 1890. Faleceu em 11 de novembro de 1917 aos 92 anos, segundo Algemira Macêdo Mendes (2006).

É considerada precursora da literatura, uma das primeiras romancistas brasileiras. Lançou o primeiro romance abolicionista e afro-brasileiro da literatura brasileira, *Úrsula* (1859). Em seu prólogo, adverte:

Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (REIS, 2004, p. 1).

O romance ficou fora de circulação por cerca de cem anos, como aponta Constância Lima Duarte (2004), e recebeu nova edição, em 2004, pela Editora Mulheres. O objetivo foi resgatar e reescrever a história literária do Brasil, tendo, depois disso, ganhado várias novas edições em diversas editoras, principalmente em 2018, ano do centenário de sua morte.

*Úrsula* é um romance estruturalmente característico do romantismo brasileiro, porém não convencional, por ser escrito por uma mulher negra. Janaína Santos Correia (2013) destaca que escrever, para a mulher do século XIX, representa um ato de transgressão, e publicar constitui um ato de coragem, “especialmente de ocupação de um espaço público até então interdito” (CORREIA, 2013, p. 7-8). Lançada primeira edição em 1859, onze anos antes do reconhecido *Navio Negreiro* (1870) de Castro Alves.

A trama é uma denúncia às relações patriarcais, coloniais e escravistas vigentes à época, sob a perspectiva de uma mulher. Seus personagens se colocam para o mundo, não somente atendem às expectativas da dominação, tanto os brancos que questionam as relações de seus pais, suas próprias relações, quanto aos escravos que se questionam. Aparece também a contraditória questão do cristianismo e seus valores coexistindo com a escravidão. O romance ainda ressalta a atenção às raízes negras e faz referências à África. Algemira de Macêdo Mendes aponta que a escritora,

apesar de estar inserida em uma sociedade patriarcalista e na maioria das vezes seus escritos apresentarem um estilo ultra-romântico – característica da época em que ela viveu –, considerados, à primeira vista, ingênuos e açucarados, essa escritora como suas contemporâneas mencionava assuntos negados por escritores do seu tempo e revela uma veia abolicionista, articulada com o contexto das relações econômicas, sociais e culturais da época (MENDES, 2006, p. 23-24).

Outra autora, diferentemente de Maria Firmina dos Reis, com reconhecimento póstumo, foi reconhecida à sua época, mas posteriormente apagada, e tem sido revisitada pela crítica feminista. Trata-se de Júlia Lopes de Almeida, que nasceu em 1862, no Rio de Janeiro, mas se mudou logo cedo para São Paulo. Trabalhou em jornais e publicava contos, crônicas, livros infantis e romances. Morou um tempo em Lisboa e ao voltar de lá apresentou crônicas afiadas e com títulos e temáticas ousadas para a época brasileira, que tocavam na estrutura familiar, casamento e papel da mulher na sociedade, como “Ah! Os senhores feministas”, ou “Os serões familiares”, crônicas publicadas sob organização de Nadilza Martins de Barros Moreira, intitulado *Eles e Elas: Crônicas da Belle Époque Carioca de Júlia Lopes de Almeida*.

Destaca-se na sua produção o romance *Memórias de Marta* (1888), primeira edição publicada em folhetins, com cenário não convencional, ao colocar sua protagonista e narradora em um cortiço carioca, antes mesmo da primeira edição de *O cortiço* (1890) do canônico Aluísio Azevedo. Além disso, há várias questões da existência e dos espaços destinados à mulher, o questionamento sobre o amor romântico e o casamento, as possibilidades da vida de uma mulher para além do casamento, as profissões que a elas cabiam. Mesmo a sua protagonista se resignando a um casamento com um homem que não amava, o romance constrói-se crítico em relação a isso, e há sempre nuances irônicas nas situações.

Júlia Lopes de Almeida chegou a ser indicada para ocupar um lugar na Academia Brasileira de Letras, mas, segundo artigo 2 do Estatuto dessa instituição, só poderiam ser membros os brasileiros natos. Segundo Heloisa Buarque de Hollanda (1992, p. 76), a “sentença cuja interpretação ortodoxa por parte dos acadêmicos desafiou as regras mais elementares da concordância gramatical, ao definir que a flexão masculino plural da palavra ‘brasileiros’ não incluía o conjunto feminino (brasileiras) + masculino (brasileiros)”. Portanto, mesmo sendo uma romancista reconhecida e respeitada, a ideia de figurar entre os fundadores da casa foi rejeitada pela maioria conservadora dos participantes das reuniões preliminares, e “no lugar de D. Júlia, então primeira dama de nossa literatura, ficou seu marido Filinto, que fazia versos de mérito relativo e não era ‘brasileiro nato’, mas que mostrou um certo senso-crítico – e de humor – ao se auto-intitular, ‘o acadêmico-consorte’”, como aponta Hollanda (1992, p. 76).

Outra escritora, apagada da história literária, também recusada, 30 anos depois de Júlia Lopes de Almeida, a ingressar na ABL é Amélia Carolina de Freitas Beviláqua. A escritora

nasceu em 1860, nordestina como Maria Firmina do Reis, porém filha de uma tradicional família piauiense. Casou-se com o acadêmico e jurista Clóvis Beviláqua em 1883. Por ser filha de desembargador, diferente da maioria das mulheres de sua geração, pode estudar com professores particulares, assim desenvolveu o hábito da leitura, conforme aponta Wilton Carlos Lima da Silva (2014).

Segundo o *Dicionário mulheres do Brasil*, organizado por Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil (2000, p. 45), Amélia Beviláqua, incentivada pelo marido e pelos irmãos, em 1898 começou a publicar artigos em jornais do Recife. Em muitos de seus textos defendia a educação das mulheres e a igualdade de direitos.

Muito do que se tem produzido a respeito de Beviláqua é em relação ao seu comportamento à época, que fugia dos costumes destinados a uma mulher, e seu excêntrico papel como esposa. Dizia-se sobre seu aspecto físico, que era desalinhada, e seu trato com a casa, que permitia que os animais domésticos disputassem o interior da casa com os moradores, mas, por vezes, esquece-se do valor literário da escritora. Wilton Carlos Lima da Silva destaca:

A adjetivação sobre Amélia pode ter diversas origens que nascem da misoginia ou do conservadorismo do período: sua autonomia como mulher, sua qualidade como literata, o tipo de obra que construiu, sua audácia em se candidatar à Academia Brasileira de Letras, seu modo de vida, entre outros aspectos. A construção da memória da escritora e feminista se torna limitada a redução de sua identidade enquanto esposa de um notável e às avaliações sobre a forma como cumpriu tal papel social, de modo que as dimensões estética e intelectual de seu trabalho, modernizadora e contestadora de suas ideias, e corajosa e visionária de seus atos se tornam parte de desmemórias do período (SILVA, 2014, p. 141).

Na literatura, Amélia Beviláqua buscava construir uma obra que não fizesse “as tradicionais concessões de uma típica literatura da época, escrita pelas mulheres e dedicadas às mulheres, não reduzindo seus textos à folhetins romanescos afrancesados, com mulheres submissas e limitadas ao papel de mães e esposas”(SILVA, 2014, p. 144). Contudo, procurava trazer os temas da paixão, da angústia e da insatisfação com a realidade a partir de um outro posicionamento. A escritora mostrava-se como uma mulher de pensamentos críticos sobre as questões estéticas e de gênero. Em seu livro *Vesta*, com primeira edição publicada em 1908, faz a seguinte constatação sobre a personagem homônima ao título da obra:

Se escutava as narrativas dos crimes, dos grandes pecados, adulterios, escandalos, injustiças mentirosas, sentia a consciencia em perfeito equilíbrio; mas, dentro da pureza desta intimidade sagrada, envoaçava uma revolta implacavel: os grandes caminhos da intellectualidade lhe eram vedados, assim como todas as coisas, que a adiantassem... Não seria isto uma verdadeira escravidão da alma. Quando a Vesta considerava este delicado assumpto da sua existencia, tomava resoluções muito graves. Violenta e indomável tanto no amôr como em todas as coisas, seus pensamentos se exaltavam (BEVILÁQUA, 1936, p. 144-145<sup>7</sup>).

Como autora de romances, novelas, contos e artigos, e colaboradora na fundação e edição de revistas literárias e de livros, Beviláqua tinha muito explicitamente em suas crenças e vivências a noção do que significava ser mulher no meio social. Foi a primeira mulher a se candidatar para entrada na Academia Brasileira de Letras, sendo rejeitada em respeito ao regimento que ainda só permitia a candidatura de escritores homens.

A escritora tentou com afincado depor o artigo 2 do Estatuto da ABL, e o caso rendeu várias discussões e matérias de jornais. Porém, como afirma Hollanda (1992, p. 80), a candidatura de Amélia Bevilacqua terminou “com o enquadramento explicitamente político e anti-feminista”, mesmo com a ampliação da participação da mulher na sociedade civil àquela época.

A primeira mulher a ocupar a Academia Brasileira de Letras foi Rachel de Queiroz, em 1977, cerca de 4 décadas depois da candidatura de Beviláqua. E de acordo com Hollanda (1992, p. 80), outro problema surgiu e “não menos gramatical: qual seria a flexão feminina do masculino fardão?”. Rachel de Queiroz abriu mão da espada acadêmica, “vestiu um fardão verde, longo, com decote em V e bordados dourados e franqueou às mulheres as portas do reconhecimento literário oficial” (HOLLANDA, 1992, p. 96). Ainda assim, somente sete cadeiras são ocupadas por mulheres na ABL, hoje, todas brancas. Reitera-se o recente acontecimento, em 2018: mais uma escritora, Conceição Evaristo, teve sua candidatura vetada pelas portas do reconhecimento literário oficial.

E é devido ao caráter e tom modificadores que as obras e as histórias das autoras citadas suscitam, que se percebe o motivo pelo qual foram silenciadas. Segundo Schmidt,

---

<sup>7</sup> Foi utilizada a grafia original da obra na citação.

a visibilidade da autoria feminina no século XIX, um dos investimentos da crítica feminista entre nós, tem colocado em evidência não somente as contradições existentes no modelo pedagógico de construção de nação e da nacionalidade brasileira, o seu caráter totalizador, uniformizador e excludente, mas também o caráter fictício de conceitos como cidadania, direitos civis, liberdade e pertencimento horizontal e universal embutidos nesse modelo (SCHMIDT, 2017, p. 227).

Assim, o resgate de autoras pode ser um fio condutor para que a crítica literária se abra e amplie suas perspectivas, descentralizando e deslegitimando preconceitos e hierarquias e reconhecendo que a “leitura de textos literários é um lugar privilegiado de transformações sociais” (SCHMIDT, 2017) e possibilita a abertura para diferentes vozes experienciais e representativas.

Em acordo com a afirmação de Silva (2014), a literatura feminina – identificada como fruto da intuição, do improviso e da espontaneidade, em contraste com o engenho, a técnica e o talento, que seriam atributos “masculinos” – passou por “vazios institucionais”, geradores de esquecimentos, apagamentos. Nesse fato, “para além das qualidades das obras reflete-se a distribuição desigual de prestígio e poder de uma sociedade androcêntrica e de seu cânone” (SILVA, 2014, p. 149). Considera-se, portanto, a literatura como esse espaço de resistência e afirmação das diversas realidades e possibilidades, e que o poder que as representatividades simbolizam são capazes de promover mudanças. Esses apagamentos também evidenciam como o cânone nacional pode ser considerado como uma estrutura que caracteriza a identidade nacional, equivocadamente, por ser excludente.

Tais questões se confirmaram na pesquisa estatística, realizada pelo Grupo de Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, base principal desta dissertação, pois vê-se uma crítica literária ainda muito voltada para os autores que compõem o cânone.

A partir do que foi dito acima, considera-se como questionamento desta dissertação: por que as autoras e as críticas literárias continuam à margem nas estatísticas sobre o campo literário? E para além disso, indaga-se se existe um olhar feminista ou teorias feministas nos artigos selecionados, mesmo que sem citações diretas das respectivas teorias.

No capítulo 1 discutem-se os conceitos acerca do campo literário e da crítica literária, pensada profissionalmente nos âmbitos do jornalismo e da academia.

No capítulo 2 são levantados conceitos a respeito de questões gerais de gênero, com especial recorte à autoria de mulheres e sua inserção no campo literário. Para isso se discute também sua inserção na educação superior, uma vez que a pesquisa-base para esta dissertação se refere a profissionais ligados ao meio acadêmico.

No capítulo 3, inevitavelmente mais descritivo, foram selecionados os artigos, com recorte monográfico, das escritoras citadas na pesquisa. Dos 3085, serão analisados 67, das únicas dez escritoras citadas nos artigos de abrangência monográfica do total de 89 autores.

As dez escritoras citadas são: Clarice Lispector, Carolina Maria de Jesus, Cecília Meireles, Hilda Hilst, Adélia Prado, Teolinda Gersão, Ana Maria Machado, Maria Gabriela Llansol, Virgínia Woolf e Ana Cristina César. A partir da leitura dos artigos, percebe-se se os textos literários são ou não analisados sob perspectiva feminista<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Por se tratar de uma reflexão acerca da produção literária de escrita feminina sob perspectiva feminista, optou-se, por uma questão de tempo e espaço, privilegiar-se artigos sobre escritoras, a pesar de sabermos ser perfeitamente viáveis análises feministas sobre obras de escritores homens.

## 1 CICLOS LITERÁRIOS

### 1.1 ESTRUTURAS CIRCULARES: CAMPO, CRÍTICA E LITERATURA

A crítica literária se movimenta por uma permanente busca, por um movimento contínuo de interrogação, nas palavras de Eneida Maria de Souza (2002). Esse movimento que fundamenta a literatura e a crítica literária pertence a uma estrutura determinada por uma lógica de interesses, chamada de campo, que divide o espaço social. Esse é o conceito central da teoria a respeito dos campos, do sociólogo francês Pierre Bourdieu. O campo circula entre os vários domínios de poder, podendo ser campo político, econômico, cultural, científico, literário, entre outros.

Desse modo, coloca-se a literatura aqui como um espaço de poder, no qual as relações e seus agentes, entre os quais a crítica, dentro do chamado campo literário, também está sempre em disputa, de acordo com Bourdieu (1992). Os campos de disputa para desenvolvimento e recepção dessa arte competem também com diversos outros meios de expressão e comunicação, pois os campos nos quais o poder circula geram as condições de dominação que repercutem no todo da estrutura social.

Segundo esse autor, o campo – que abrange diferentes poderes – classifica e hierarquiza uma estrutura conforme os diversos níveis de posições sociais, ou melhor, agentes detentores de poderes, que tenderão, conscientemente ou não, a “adotar estratégias conservadoras, que visam manter a estrutura atual do campo e os critérios de classificação da produção literária vigentes, que os beneficiam” (BOURDIEU, 1992, p. 37). Nessa perspectiva, as disputas para reconhecimento ou legitimação de poderes estão sempre em processo, no sentido de hierarquização dos indivíduos participantes desse campo.

Essa estrutura que origina o campo literário e ao mesmo tempo é originada por ele teve forte influência para sua formação e seu desenvolvimento com a transformação e junção dos campos de produção com os de poder, envolvendo o mercado, o que foi intensificado pelo desenvolvimento da imprensa, como aponta Bourdieu (1992), em sua pesquisa focada na França. Isso causou uma expansão sem precedente do mercado dos bens culturais, transformando o espaço de circulação da literatura e intensificando os efeitos da dominação, que anteriormente se concentravam nos salões, e que já se caracterizavam por excluir as bases fundamentais do que se considerava “de um lado os literatos ecléticos e mundanos reunidos nos salões da corte, do outro os grandes escritores elitistas, agrupados em torno da monarquia e

enfim, os cenáculos da boemia” (BOURDIEU, 1992, p. 69), desenvolvendo-se assim uma relação com a chamada crítica literária.

Terry Eagleton (1991), com discussão centrada no contexto literário inglês, indica um percurso da crítica literária antes de ela ser considerada propriamente uma disciplina. Teve início por meio de análises e pontos de vista sobre arte, entre eles as críticas de livros em colunas de jornais e outros meios de comunicação, além de convenções criadas através das relações de reflexões críticas públicas, em reuniões e cafés, e pontos de encontro para trocas de opiniões sobre arte.

Desta forma, a constituição da opinião pública, que era efetivamente levada em consideração, transformou-se em discurso de força política, em meados do século XVIII. Segundo Eagleton, nesse mesmo período, “do ponto de vista histórico, o moderno conceito de crítica literária está estreitamente ligado à ascensão da esfera pública burguesa e liberal” (EAGLETON, 1991, p. 4). Já Virgínia Leal (2008) recorda que esse século foi também “fundamental para a história da leitura e para o estabelecimento do conceito de literatura” (LEAL, 2004, p. 18), uma vez que as formas de divulgação se ampliaram e fez-se necessária a formação de um novo discurso.

Para Eagleton, assim como para Bourdieu, a arte e suas expressões estão imbricadas aos poderes estatal, político, social e cultural e ligadas aos interesses de dominação e manutenção do Estado tal qual é. Há, assim, um “sintoma de crescente dissociação entre a modalidade literária e intelectual e modalidade material de produção” (EAGLETON, 1991, p. 24).

A partir dessas perspectivas, pode-se entender a crítica como um mecanismo de atribuições de valores e crenças, ora agindo de acordo com o estabelecido pelo Estado e seus diversos poderes, ora buscando transgredir seus ditames subjetivos, considerando a arte, de modo geral, como um espaço propício para tal atividade. Porém, pensar a arte em seu trajeto histórico corresponde atrelá-la ao desenvolvimento e significância que esta representou ao se estabelecer o também mutável conceito de cultura. A fim de explicar essa perspectiva, a autora Maria Elisa Cevasco (2008) faz um percurso dos diferentes sentidos que a palavra “cultura” foi recebendo ao passar do tempo. Cabe aqui inferir que, para a era moderna, cultura ganharia um sentido referente à “crítica sobre a criação”, sendo “um dos eixos do projeto intelectual dominante na academia inglesa” (CEVASCO, 2008, p. 11).

Em seus ensaios sobre os estudos culturais, ao suscitar as relações entre cultura e sociedade, após as constantes e ligeiras mudanças sociais, como consequências do pós-guerra, da crescente industrialização e da consistente expansão dos meios de comunicação, a autora diz que “a base da atuação da crítica da cultura em geral e da crítica literária em particular” é “o

tribunal onde se aferem os valores de uma sociedade, sem no entanto se imiscuir nas polêmicas e nos conflitos que definem esses valores” (CEVASCO, 2008, p. 17). Esse seria, para a autora, um caminho que leva a um certo conformismo militante da crítica literária: “é uma instância que se auto-representa como radical, como de oposição aos valores vigentes, mas, na medida mesma em que se refugia na abstração, sua atuação se dá no sentido de manter o estado de coisas a que pensa se opor” (CEVASCO, 2008, p. 17).

Essa ideia de que a crítica mantém o estado das coisas a que pensa se opor, que a autora se refere, converge com o que Eagleton (1991) expõe a respeito da literatura como um processo dialético e a relação que faz entre as esferas pública e privada, principalmente no que diz respeito ao papel das mulheres nesse período e da instituição familiar. Para o autor,

a literatura não é apenas ‘reflexo’ de um domínio íntimo que exteriormente se apresenta com uma configuração mais pública, mas sim um componente ativo dessa esfera doméstica, ensinando formas de sentimento e relacionamento que são reinjetadas na família e intervêm para reorganizar o espaço da intimidade em formas subjetivas que se ajustam às finalidades sociais e políticas do capitalismo primitivo. O papel da “cultura” é gerar novas formas de subjetividade, através de uma incessante mediação entre duas dimensões da vida social - a família e a sociedade política - que agora são definidas como distintas (EAGLETON, 1991, p. 108).

Portanto, as ideias da autora e do autor se complementam no que se refere aos valores que são atribuídos aos estados da cultura e da crítica. Em particular, a literária e seu objeto de estudo; a literatura e a quem essa se destina; quais os poderes envolvidos e quais as esferas internas que compõem este campo.

Pensando ainda na ideia de Bourdieu a respeito do campo literário, Jefferson Agostini Mello (2017) destaca que o campo literário “está vinculado à ideia de autonomia relativa de um espaço de produção literária, em que escritores, críticos, editores e outros agentes disputam por posições, com relativa independência dos outros campos (político, religioso, econômico, etc.)” (MELLO, 2017, localização kindle 197-199).

Ao considerar esses campos independentes em disputa, encontra-se a ideia dessas disputas pertencentes a uma instância de trocas em níveis econômico e simbólico, o que incluiria uma valoração e legitimação dos seus agentes, conforme expõe Leal (2008). Ela diz ainda que “hoje, esse sistema está cada vez mais complexo, diante do aumento do número de mídias disponíveis, proporcionando também o aumento de canais de legitimação e divulgação de um texto literário” (LEAL, 2008, p. 59).

Esses canais de legitimação e divulgação não só do texto literário, mas também da crítica literária disputam espaços historicamente, como é o caso do espaço dos jornais e das universidades, como instituição acadêmica, como veremos logo abaixo.

## 1.2 OS JORNAIS, A ACADEMIA E A CRÍTICA

A crítica literária, como já dito, faz parte de uma estrutura que compreende organismos que estabelecem relações entre si dentro do chamado campo literário. Outro agente que compõe essa estrutura é o crítico, que, para Daniel Piza (2004, p.20) “surge na efervescência modernista dos inícios do século XX, na profusão de revistas e jornais”. Ele é “mais incisivo e informativo, menos moralista e meditativo” (PIZA, 2004, p. 20).

Crítica literária e crítico estão um para outro no sentido de produção e produtor, e circulam juntos nos espaços que os veiculam, como é o caso dos jornais. A crítica literária está intimamente ligada a esse veículo, segundo Terry Eagleton (1991). Esses foram os primeiros espaços a se dedicarem a ensaios de crítica cultural. Nesse contexto, para o autor, o comentarista de cultura, ou crítico, como coloca, permeia as várias linguagens e os diferentes campos da prática social. Eagleton afirma ainda que no século XVII, na Inglaterra, a forma mais antiga de “crítica literária” se deu pela “condensação ou o resumo de obras eruditas, que alguns jornais ofereciam a seus leitores atarefados” e “transforma-se agora num ensaio crítico elaborado e amadurecido” (EAGLETON, 1991, p. 13).

Tal transformação indica uma mudança de foco no discurso crítico e literário devido à proliferação de outros meios de divulgação do saber, como as revistas culturais, os jornais e a televisão. Segundo Eneida Maria de Souza (2002, p. 20), “uma vez sensível aos temas mais gerais e munido de dicção mista, esse discurso terá condições de estabelecer a ponte entre a academia e a esfera pública, através dos inúmeros meios de comunicação de massa”.

Virgínia Leal (2008) também aponta que há uma tradicional relação entre literatura e outras mídias, através da imprensa enquanto principal canal de contato com o público. Leal completa que não só de divulgação fez-se essa relação, e como afirma em sua tese:

Pode-se pensar em origens comuns (como é o caso do folhetim), usos e funções linguísticas semelhantes, gêneros híbridos, como a crônica e o romance-reportagem, a profissionalização do escritor, entre outros. Ou seja, as articulações entre o campo literário e jornalístico sempre foram muito estreitas. O foco aqui dá-se pela mídia como instância legitimadora da literatura, ou seja, como um agente do campo literário, mesmo que, eventualmente, sejam citadas algumas dessas outras articulações ao longo do texto (LEAL, 2008, p. 67-68).

Esse estreito laço entre esses campos que conversam servem – ao mesmo em que disputam suas relações de poder – de apoio um para o outro. Os periódicos fornecem o espaço da divulgação para crítica, e a crítica, por sua vez, fornece insumos de diversidade e cultura para os conteúdos dos primeiros.

Nos Estados Unidos da América, segundo Piza (2004), essa conexão entre tais campos também se fez presente. Por exemplo, a revista *New Yorker* teve papel fundamental revelando grandes escritores, e foi ainda “responsável por impulsionar o que hoje se convencionou chamar de jornalismo literário – que não é jornalismo sobre literatura, mas com recursos de literatura (descrições detalhadas, muitos diálogos etc.)” (PIZA, 2004, p. 23). O autor explana essa frequência e influência mútua da crítica jornalística em diversos países, além de Inglaterra e França, também na Itália e no México, e diz ainda que no fim do século XX, “com o passar do tempo, a crítica começou a ocupar mais e mais espaço nos grandes jornais diários e revistas de notícias semanais, na chamada ‘grande imprensa’” (PIZA, 2004, p. 28).

No Brasil, Piza (2004) explica que o jornalismo cultural se deu de forma parecida com os outros países, porém com peculiaridades, pois “os jornais e as revistas vão dar mais espaço ao crítico profissional e informativo, que não só analisa as obras importantes a cada lançamento, mas também reflete sobre a cena literária e cultural” (PIZA, 2004, p. 32). E além do esquema “produção – produtor”, no país, muitos escritores e escritoras desenvolveram uma carreira como críticos e ensaístas e passaram pelo jornalismo e pela crítica, devido às dificuldades encontradas para se viver de literatura.

Por outro lado, em relação à produção literária, segundo Flora Sussekind (1984, p. 87), houve no Brasil, pensando nas obras naturalistas e nos 1930 e 1970, a estética que se fez jornalística, fundamentada “numa relação especialmente estreita com o saber científico hegemônico na época de sua redação”. Sob uma nova ótica que incluiria uma mistura de jornalismo e literatura, repetia “idêntico privilégio da observação, da objetividade, do estreitamento das relações entre ficção e ciência”, na tentativa de estabelecer analogias e identidades, submetido a alianças diversas: “com ciência natural, com a economia, com o jornalismo” (SUSSEKIND, 1984, p. 88). Isso confirma essa relação entre campos de poderes que se relacionam.

Sobre a crítica e os jornais, as questões levantadas por Piza (2004) se assemelham às de Jefferson Agostini Mello (2017). Mello mostra que, no início do século XX, no Brasil – no espaço dos jornais destinado às questões literárias, onde se “liam miscelâneas em prosa (romance, conto, crônica etc.) –, o *Folhetim*, suplemento literário da *Folha de S. Paulo*, publicado de 1977 a 1989, construiu a sua reputação com o auxílio de vozes especialistas” (MELLO, 2017, locais do kindle 610-614). Assim, a crítica foi trazida para o espaço dos jornais:

Nas suas páginas, críticos literários tiveram a liberdade não só de usar os mesmos vocabulário e estilo que empregavam na produção de textos restritos aos pares, como também de trazer à tona questões e polêmicas que diziam respeito, sobretudo, às contendas específicas da sua área, estivessem eles dentro ou fora da academia (MELLO, 2017, locais do kindle 614-617).

Ao pensar no desenvolvimento e estabelecimento da crítica do Brasil, Piza (2004, p. 34) afirma que “a grande época da crítica em jornal no Brasil começaria nos anos 40 e se estenderia até o final dos anos 60”. Eram críticos que “combinavam o jornalismo e o enciclopedismo, aliando visões políticas sensatas e apurando o estilo ensaístico”. Por outro lado, Piza afirma também que o jornalismo cultural “faz parte da história da ampliação do acesso a produtos culturais, desprovidos de utilidade prática imediata, precisa saber observar esse mercado sem preconceitos ideológicos, sem parcialidade política” (PIZA, 2004, p. 45). Portanto, ao mesmo tempo em que esses campos se misturam, eles se distanciam, na medida em que seus discursos buscam formas distintas de validação e institucionalização de seus poderes. Porém, é perceptível que a história da crítica foi se desenhando e se consolidando paralelamente aos apogeu do mercado e dos meios de comunicação. Foi também seguindo seus rumos para a academização, ou seja, a formalização da crítica enquanto disciplina e a formação do crítico universitário, além da formação dos escritores e escritoras dentro das universidades.

Segundo Eagleton (1991), a figura do “homem de letras”, na Inglaterra, ao longo do século XIX, ou seja, do intelectual, se estabeleceu com a emergência dos estudos de “inglês”, buscando a institucionalização desse enquanto disciplina universitária. Isso acarretaria para a crítica uma base formal e uma estrutura profissional, enquanto por outro lado, significou a separação formal do domínio público.

Mello (2017) afirma que no Brasil, a partir dos anos 1980, há o desaparecimento de revistas literárias não universitárias ou não dirigidas por universitários. Muito disso pode ter se dado pelo aumento da entrada dos críticos e jornalistas no mundo letrado. Conforme aponta Mello (2017), nesse período começou a se dar a formação do escritor também no ambiente universitário, além de que apresenta uma formação universitária nas áreas de Letras ou Comunicação Social, de crítico-jornalista, confirmando-se a hibridização entre esses campos

envolvidos. Mello afirma que “os dados dizem de um novo perfil de escritor, a grande maioria com formação superior, de uma nova forma de ingresso no espaço social da literatura, e de uma mudança na configuração do campo literário” (Mello, 2017, locais do kindle 438-441).

Por outro lado, Souza (2002) explica que

se antes a crítica de rodapé cedia lugar à universitária, criando-se um abismo entre a academia e mídia, hoje o discurso crítico se nutre dos meios de comunicação de massa, através da apropriação dos procedimentos e da dicção enunciativa. A elitização cultural não mais se sustenta diante do apelo democrático dos discursos, razão pela qual a literatura deixa de se impor como texto autônomo e independente - se é que algum dia ela assim pôde ser vista (SOUZA, 2002, p. 20).

É, portanto, perceptível, que a figura do crítico foi sendo alterada com passar do tempo, e no Brasil, há ainda um agravante: a figura do intelectual está imbuída de uma forte marca histórica e cultural, pois apresenta um “sentimento de dualidade que caracteriza a mentalidade do intelectual vivendo num país periférico” (SOUZA, 2002, p. 51). Há em seus discursos uma amarra às estruturas sociais, que não se desvinculam dos princípios arcaicos dos privilégios, o que para Bourdieu é chamado de *Histeresis*. Essa seria a tendência do *habitus* a permanecer no indivíduo ao longo do tempo, mesmo que as condições objetivas que o produziram e que estão nele refletidas tenham se alterado. Segundo Maria Alice Nogueira e Cláudio M. Martins Nogueira (2004, p. 55), “Bourdieu toma emprestado o termo *histeresis* da Física, que significa que um efeito se prolonga mesmo após o desaparecimento da causa”.

Em seu ensaio “Classificação, Desclassificação e Reclassificação”, Bourdieu aborda a questão das transformações das relações entre as diferentes classes sociais e o sistema de ensino, explicando quais estratégias de reprodução e reconversão os indivíduos utilizam para manter ou melhorar sua posição no espaço social. Utiliza então, o termo *histerese* para explicar como a sociedade reforça valores que mantenham o poder social. De tal modo,

a preocupação em garantir a autoestima que inclina o indivíduo a se apegar ao valor nominal dos diplomas e cargos não chegaria a sustentar e impor o irreconhecimento dessa desvalorização se não reencontrasse a cumplicidade de mecanismos objetivos, dos quais os mais importantes são, por um lado, a histerese dos *habitus* que leva a aplicar, ao novo estado do mercado de diplomas, determinadas categorias de percepção e de apreciação que correspondem a um estado anterior de oportunidades objetivas de avaliação, por outro. A existência de mercados relativamente autônomos nos quais o enfraquecimento do valor dos títulos escolares opera-se a um ritmo menos rápido (BOURDIEU, 2007, p. 160).

Essa ideia de constante mudança de valorização da educação, ou do campo ou do crítico, mas de sua tendência à permanência às estruturas sociais, pode ser relacionada com o início da vida pública das mulheres em sociedade: à medida que essa começa a frequentar espaços

reservados aos homens, a estrutura deveria se modificar, mas a resistência e a força para garantia dos privilégios e poder também existem para inibir todo esse processo.

Mas de toda forma, se hoje estou aqui escrevendo esta dissertação é porque muitas dessas barreiras foram rompidas, e mesmo nos perguntando se existimos, estamos aqui para provar que essa história não é de hoje. Como coloca a escritora Marina Colasanti (1997), ao serem indagadas sobre sua existência ou sobre a existência de uma literatura feminina, o que se espera não é a resposta em si e nenhum argumento, pois se fosse uma pergunta “normal”,

seria de se esperar que ao longo do tempo, minada pelos estudos acadêmicos, pelo intenso trabalho da crítica feminista, pela fala de muitas autoras, pela simples evolução e até mesmo pelos avanços da ciência, tivesse sofrido alguma alteração. Normal mesmo seria que essa pergunta, talvez pertinente a vinte anos atrás, tivesse se desgastado e desaparecido. No entanto, ela parece passar por cima disso tudo, mantendo-se absolutamente inalterada, até mesmo na formulação. Nenhum argumento a atinge (COLASANTI, 1997, p. 35).

Nesse sentido, a historiadora Michelle Perrot (2008) apresenta um percurso da história das mulheres, e busca encontrar a voz dessas mulheres, para além do que já havia sido dito sobre elas. A escrita das mulheres inicialmente, segundo Perrot, era encontrada nos registros das místicas e cristãs, dentro dos conventos ou rituais, depois nas colunas de jornais, destinadas à beleza, ou à moda. Diante das mudanças contemporâneas, a ideia do saber foi se alastrando, e enfim as mulheres, no contexto europeu, começaram a ter acesso à escolarização. Para as meninas do primário, nos anos de 1880; “no secundário, em torno de 1990; o ingresso das jovens na universidade aconteceu entre as duas guerras, e maciçamente a partir de 1950. Atualmente as jovens universitárias são mais numerosas que os rapazes” (PERROT, 2008, p. 94).

Tudo isso é relevante, pois as mudanças também são vistas nas estruturas teóricas. Constância Lima Duarte e Kelen Benfenatti Paiva (2009), no artigo “A mulher de letras”, destacam dois caminhos que foram fundamentais para se compreender a atuação feminina na vida intelectual e o espaço público: a educação e a literatura. As autoras trazem esse termo para o título a fim de se contrapor à definição de “Homem de Letras”, de Roger Chartier,

que retoma a definição de “letrados” proposta por Voltaire, segundo a qual este seria uma espécie de enciclopedista, um homem que possui conhecimentos em todas as áreas do saber, um “belo espírito” dotado de “imaginação brilhante nos prazeres da conversa, sustentados pelas leituras correntes”. Seriam homens de letras, portanto, aqueles homens de estudo e de leitura que conviviam socialmente com seus pares (DUARTE; PAIVA, 2009, p. 11).

Terry Eagleton (1991) traz definição próxima para esse termo ao destacar o papel social que cabia à crítica, ao desenvolver um conteúdo político, mas que tinha como desafio assumir

um ponto de vista transcendental que ultrapassasse a própria esfera pública. Desta forma, o autor coloca que, literariamente, o homem de letras era “um acadêmico sem universidade, um intelectual ‘extra-muros’ sensível às exigências do universo público” (EAGLETON, 1991, p. 57). Diz que “a academização da crítica deu-lhe uma base institucional e uma estrutura profissional, mas também significou sua separação do domínio público” (EAGLETON, 1991, p. 57-58). Considerando então que o “homem de letras” é aquele que detém o saber,

a mulher encontrou aí um persistente empecilho para seu reconhecimento enquanto intelectual, uma vez que a ela foi negado, durante muito tempo, o direito à educação. As discussões datam do século XIX, alguns defendiam a educação como forma de libertação da mulher, outros acreditavam que era necessária uma educação voltada à formação moral, uma educação controlada, pois, para ser mãe e esposa virtuosa, a formação do caráter seria mais importante que os conhecimentos instrutivos (DUARTE; PAIVA, 2009, p. 11-12).

Além disso, Duarte e Paiva (2009, p. 13) afirmam que “a defesa da educação feminina presente no discurso de tantas escritoras se justifica, pois o acesso à educação de certa forma facilitaria a emergência da mulher no espaço público, bem como garantiria seu convívio social”. Essas mudanças refletem-se, mesmo que vagarosamente, nas estruturas do campo literário.

Segundo Eneida Souza (2002), as teorias que formam os estudos literários também vêm se transformando, pois se vê uma multiplicidade de perspectivas teóricas, “o pluralismo, o multiculturalismo, o pós-colonialismo, a relativização do lugar da literatura e de seu valor como prática intersubjetiva, ao lado de um determinante maior, a contextualização” (SOUZA, 2002, p. 21). Anteriormente, havia a “universalização” do enfoque crítico, uma teoria de base estruturalista, na qual as abordagens distanciavam o sujeito das diversidades contextuais.

Quando a crítica se distancia desse discurso e passa a observar e atrelar suas análises a diversos contextos, como o antropológico, o sociológico, as representações, a estrutura do campo literário se modifica e o que se vê são essas diversas categorias sendo amplamente discutidas e buscando por legitimação. Souza (2002) complementa:

Aqueles que resistem a esse trânsito continuam a praticar e a defender a especificidade como razão teórica e metodológica, além de se posicionarem como guardiães de um terreno e de um lugar institucional. Os que se mostram mais acessíveis, por enfrentarem um diálogo ousado entre os discursos, estão cientes de estarem correndo o risco da indistinção disciplinar, da quebra de lugares hegemônicos do saber e da possível diluição do objeto de estudo. A prática da diferença, seja ela de várias ordens, alimenta o trânsito das disciplinas, motiva as associações particularizadas e afasta o demônio das semelhanças (SOUZA, 2002, p. 24).

Eagleton (1991, p. 115-116), em seus estudos literários, diz que “hoje há um rótulo herdado para designar um campo dentro do qual se congregam muitas preocupações distintas: semiótica, psicanálise, estudos cinematográficos, teoria cultural, representatividade sexual,

textos populares e, sem dúvida, a convencional apreciação dos textos mais antigos”. Além disso, o autor destaca a importância do feminismo para o surgimento de uma esfera pública, o que mostra a necessidade de a crítica literária estar sempre atenta aos discursos e seus espaços de poder.

Segundo o autor, na década de 1970, período de grande agressividade de nacionalismo revolucionário do Terceiro Mundo no exterior, de ataques ao movimento trabalhista, às forças de esquerda e de crescimento do discurso conservador, “o que segurou a crítica política foi o feminismo” (EAGLETON, 2006, p. 335). Para o teórico,

tanto então quanto agora, a teoria feminista quase ocupava a posição mais proeminente da agenda intelectual, e por razões não difíceis de detectar. De todas as correntes teóricas, era aquela que se articulava mais profunda e crucialmente com as necessidades e experiências políticas de mais da metade dos que realmente estudavam literatura. As mulheres agora podiam fazer uma intervenção nítida e singular em um assunto que sempre havia sido, na prática quando não também na teoria, em grande parte delas. A teoria feminista oferecia aquela preciosa ligação entre academia e sociedade, bem como entre problemas de identidade e de organização política, o que era em termos gerais, cada vez mais difícil de encontrar em uma época de crescente conservadorismo (EAGLETON, 2006, p. 336-337).

Essa abertura ao meio social e a ligação entre academia e sociedade, como coloca Eagleton (2006), estão efetivamente nas práticas do campo literário? De que forma esses conhecimentos são articulados e se apresentam nos estudos literários? As questões de gênero parecem ainda não figurar críticas gerais, como uma forma possível de análise. Portanto, já é importante dispor-se a refletir de maneira diversa e assumir as formas culturais que podem ligar o crítico, tanto do gênero feminino quanto do masculino, a uma forma de política coletiva e abrangente.

Essa forma preocupada com as diversidades pensa em operar com categorias analíticas instáveis, movimentando-se “em meio a um campo teórico que está em contínua construção, que acolhe a crítica como parte de sua construção”, como afirma Guacira Lopes Louro (1997, p. 145). Assim, trazendo a perspectiva de que “as problematizações levantadas pelo feminismo fizeram mais do que exigir um *acréscimo* das mulheres aos estudos, uma descoberta de suas histórias e de suas vozes” (LOURO, 1997, p. 146), e desafiam a própria forma de fazer ciência até então hegemônica, criada sob as pretensões universalizantes de um grupo - homens brancos ocidentais de classe dominante.

## 2 A MATÉRIA: GÊNERO?

### 2.1 UMA QUESTÃO INESCAPÁVEL: O CASO DO GÊNERO

A formação da instituição literária brasileira se deu em conformidade com as questões sociais, históricas e culturais de um contexto hegemônico, patriarcal, misógino. Diante disso, sabe-se que a autoria de mulheres foi e ainda é colocada à prova e considerada como menor. Contudo, essa tem sido contada, como afirma Leal (2010, p. 184), “principalmente, graças ao empenho da crítica literária feminista – fruto direto do feminismo enquanto movimento social e político”.

Para melhor elucidar a questão, que retomo do capítulo 1, “por que as escritoras e as teóricas contemporâneas continuam sendo minoria nas estatísticas sobre o campo literário?”, é importante trazer conceitos que fundamentam esses pontos. Além de entender que “a representação do gênero é sua construção”, como coloca Lauretis (1994, p. 209) a partir das tecnologias que diferenciam binariamente os sujeitos, cabe pensar que as construções acontecem em vários segmentos, como classe, raça, etnia, religião, sexualidade. E em algumas instâncias, determinada categoria se sobressai à outra, conforme o contexto em que a pessoa se insere. Devido a isso, a filósofa e cientista política Iris Young (2014) traz o conceito de Sartre de “serialidade”, para atribuir a ele a ideia de gênero. Trata-se, portanto, de teorizar a identidade de gênero como múltipla e não binária – sendo gênero um conceito relacional resultante de privilégios (algumas mulheres, devido à classe, raça, podem ser privilegiadas em relação a alguns homens), além de coerções específicas. Porém essa ideia pode não pôr em questão categorias de grupo, prevalecendo categorias de raça ou classe.

Pensando na definição de “mulher”, não é possível assim nomear um conjunto de atributos que um grupo teria em comum que defina a experiência social de ser mulher. Young diz que ao contrário disso, a política feminista cria uma identidade “mulher”, a partir de uma aliança entre diversas pessoas feministas pelo mundo. E diz ainda:

A posição das políticas de identidade tem algumas virtudes: reconhece corretamente que a percepção de uma identidade comum entre pessoas deve ser o produto do processo social e político que as reúne em torno de um propósito; sustenta uma concepção das mulheres enquanto grupo que julga ser necessária à política feminista, ao mesmo tempo que rejeita claramente uma concepção essencialista ou substantiva da identidade de gênero (YOUNG, 2004, p.122).

Para além de pensar no coletivo “mulheres”, é preciso entender as condições sociais e as questões que motivam a política específica dos feminismos, em suas várias facetas. Isso

porque antes de uma formação política feminista consciente de si, já existia uma concepção de grupo conceitualizado como “mulheres”. Nesse sentido, Young utiliza o conceito de serialidade com o objetivo de descrever as mulheres como um “grupo serial” ou “série”, mas sem normalizar ou essencializar a categoria “mulher”.

Segundo a filósofa, o gênero é um conjunto de estruturas e objetos vasto, complexo, multifacetado, com várias camadas sobrepostas. As suas estruturas seriam os fatos sociais materiais com que cada indivíduo deve lidar e se relacionar; ou seja, necessidades prático-inertes que condicionam suas vidas, assim como a classe, ou a raça, que não nomeiam atributos dos indivíduos ou aspectos de sua identidade, mas “as posiciona através da organização material das relações sociais” (2004, p. 134) que as serializam como “mulheres”.

E enquanto serializada, “mulher” seria o nome da relação estrutural com objetos materiais ligados a uma história anterior que conserva necessidades materiais de práticas passadas. Mais complexamente, mulheres são pessoas posicionadas como femininas por essas atividades que desenvolvem, atividades essas, mediadas, principalmente pelas práticas materiais heterossexuais e pela divisão sexual do trabalho. Compõem, dessa forma, realidades prático-inertes que normalizam e serializam mulheres e homens, como o corpo feminino e sua apropriação, a posse do útero, clitóris, pênis, a repressão do desejo feminino ativo e autônomo; representações visuais e verbais; artefatos, espaços sociais, roupas, cosméticos, ferramentas; a divisão dos trabalhos domésticos e dos cuidados com filhas/os; a linguagem, e assim por diante.

Sobre o conceito de “serialidade” usado por Young para perceber o grupo “mulheres” como um coletivo composto por diferenças, Luis Felipe Miguel, coloca que

Young não é insensível a esse problema, mas, quando o aborda, coloca-o à parte, dissociando-o por completo de sua discussão sobre representação de grupos sociais. Ao questionar se é legítimo caracterizar as mulheres como grupo social específico, o que se justificaria pelo fato de que existem constrangimentos estruturais que afetam todo o gênero feminino, ela debate-se com o problema de que o coletivo “mulheres” engloba vivências e perspectivas sociais muito díspares. Sua resposta é recorrer ao conceito de “serialidade”, extraído da obra de Sartre. As mulheres não formariam um grupo, mas uma série, formulação que preservaria a heterogeneidade de suas posições – mas que é contraditória em relação à sua obra anterior e fincada numa concepção muito mais restritiva de grupos (MIGUEL, 2010, p. 34).

Essa concepção de que os coletivos autoconscientemente se reconheceriam mutuamente através de propósitos comuns ou experiências compartilhadas, que coloca Young, é, para Miguel (2010, p.34), “o reverso da negação do caráter constitutivo da representação”, pois a teoria inicial sartreana sobre “serialidade” exclui a percepção de uma identidade compartilhada, importante no caso de gênero. Desta forma, Miguel (2010, p. 34) indica que “parte do problema

advém da compreensão subjacente de que a identidade de grupo simplesmente brotaria da experiência comum”.

Por sua vez, Leal (2008, p. 13) afirma que, para Young, é um problema tanto tentar isolar a categoria de gênero de outras categorias, como classe, etnia, idade, sexualidade, nacionalidade etc., pois essas levam a normatizações e exclusões, “quanto o risco de não se considerar as mulheres como um coletivo que, efetivamente, sofre coações e desvantagens por conta de seu gênero”.

Se por um lado, a definição de Young aponta uma saída para a problemática do conceito de gênero, e das “categorias” do que é ser mulher, por outro, deixa em aberto essa questão da identidade, pois classifica as necessidades de sujeito conforme ocasião, conforme suas experiências. Como afirma (2004, p. 134), “dizer que uma pessoa é mulher pode prever alguma coisa sobre constrangimentos e expectativas gerais com que tem que lidar. Mas não prevê nada em particular sobre o que ela é, o que faz, ou como adota seu posicionamento social”.

É importante lembrar, porém, que questões como raça e etnia, por exemplo, são igualmente inescapáveis como o gênero, e em determinados contextos podem ser mais pungentes. A maioria das vezes mulheres não brancas não poderão desfrutar das mesmas experiências efetivamente que mulheres brancas, não racializadas, ou de diferentes classes sociais, por exemplo, mesmo que passando pelas mesmas situações prático-inertes.

Young aponta que o gênero é um conceito relacional e não o nomear de uma essência, e expõe que

as características e os atributos da identidade de gênero das mulheres são facilmente encontrados ao compararmos a sua situação com a dos homens. Mas se desejarmos localizar a opressão das mulheres baseada no gênero, será errado comparar todas as mulheres com todos os homens, já que algumas mulheres são definitivamente privilegiadas quando comparadas com alguns homens. Para encontrar atributos específicos de gênero da experiência de uma mulher devemos, como sugere Spelman, restringir a comparação a homens e mulheres da mesma raça, classe ou nacionalidade. Além disso as mulheres de diferentes raças ou classes têm, muitas vezes, atributos de gênero opostos. De acordo com esse raciocínio as mulheres não podem ser consideradas como grupo. Grupos designados corretamente são “mulheres brancas”, “mulheres negras”, “mulheres da classe operária”, “mulheres judias”, “mulheres brasileiras”, cada qual com as suas específicas de gênero (YOUNG, 2004, p. 119).

Young vê a identidade de gênero como um problema. Ao afirmar “pensar no gênero como serialidade evita também o problema da identidade” (YOUNG, 2004, p. 134), pois para a filósofa “identidade aqui significa um conjunto de significados partilhados conscientemente, que interpenetram as condições e as obrigações de se ser mulher (YOUNG, 2004, p.134). Ela argumenta que “seria errado pensar nas pessoas individuais como ‘misturas’ de ‘atributos’ de gênero, de raça, de classe, nacionais” (YOUNG, 2004, p. 135).

Se entendemos, porém, identidade a partir do que considera Stuart Hall (2000), a noção de gênero estará também incluída nas diferenças que compõem um sujeito e que podem deslocar o sujeito universal, da política, da cultura, da história. Segundo Hall (2000, p. 105), “parece que é na tentativa de rearticular a relação de sujeitos e práticas discursivas que a questão da identidade – ou melhor; a questão da identificação [...] em vez das práticas discursivas e a política da exclusão que essa subjetivação parece implicar – volta a aparecer”.

Assim, para o sociólogo, a concepção de identidade não assinala o núcleo estável do eu, que passaria por todas as vicissitudes da história sem qualquer mudança. Essa concepção, tampouco se refere, segundo Hall (2000, p. 108), àquele “eu coletivo ou verdadeiro que se esconde dentro de muitos outros eus – mais superficiais ou mais artificialmente impostos – que um povo, com uma história e uma ancestralidade partilhadas, mantém em comum” (Hall *apud* Hall, 1990), ao se pensar através da identidade cultural.

Ou seja, um eu coletivo capaz de estabilizar, fixar ou garantir o pertencimento cultural ou uma “unidade” imutável que se sobrepõe a todas as outras diferenças – supostamente superficiais. Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são, nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo dos discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicos. As identidades estão sujeitas a uma historização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2000, p. 108).

Essa ideia das múltiplas identidades que perpassam a identidade de uma pessoa, pode ser vista pelo ponto de vista conceituado por Kimberlé Crenshaw, norte-americana defensora dos direitos civis, na década de 1980. A partir de casos jurídicos que envolviam mulheres negras em uma empresa, Crenshaw definiu o termo “interseccionalidade” - conceito anterior ao conceito de gênero como serialidade de Young - para colocar em perspectiva uma análise capaz de explorar as várias configurações que as categorias identitárias interagem para formar os aspectos estruturais, políticos e representacionais da violência contra mulheres não brancas.

Tal conceito abriu portas para que outras vozes, identidades e experiências fossem também reconhecidas e identificadas. Para além disso, Crenshaw define interseccionalidade como

a associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Desta forma, pode-se identificar a identidade mulher enquanto a própria estrutura perpassada, entrecruzada pelos vários eixos do poder, como gênero, raça, classe, etnias, culturas, idade, orientação sexual, e de diversas formas de abordagem. Como expõe Crenshaw,

há dezenas de questões que poderiam também ser discutidas nessa perspectiva, entre as quais pode-se incluir: Aids e outros tópicos relacionados à saúde, desenvolvimento econômico, acesso à terra e aos recursos naturais, casamento e família, velhice, violência doméstica, chefia de domicílios, direitos reprodutivos e controle populacional, poder político, cultura popular e educação. Certamente essa lista crescerá – bem como a análise aqui sugerida – quando mulheres de todo o mundo entrelaçarem o fio de suas vidas no tecido dos direitos humanos (CRENSHAW, 2002, p. 188).

Assim, compreende-se que essas questões se apresentam de diferentes formas e em vários níveis, se intercalando, compondo um quadro complexo e variável.

Segundo Breny Mendoza (2016), em artigo que explana conceitos e diferenças entre os estudos pós-colonial e decolonial, alguns críticos dizem que a teoria interseccional, como sugere Young, não oferece algo novo, mas replica problemas antigos de política de identidade. Desta forma, enfatizariam demasiadamente categorias descontextualizadas de identidade, e acabam “focando muito estreitamente em um pequeno subconjunto de restrições estruturais, ou superenfaticando o racismo dentro do feminismo” (MENDOZA, 2015, p. 5. Tradução nossa<sup>9</sup>). Outros críticos, segundo a teórica, “sugerem que a interseccionalidade enfraquece a coerência filosófica e política feminista desafiando a primazia da opressão de gênero, estigmatizando a categoria ‘mulher’, ou narrativas circulantes que são incapazes de abordar a complexidade do social” (MENDOZA, 2015, p. 5. Tradução nossa<sup>10</sup>).

Por outro lado, Mendoza argumenta que “alguns teóricos feministas negros resistem à inflação conceitual da interseccionalidade com qualquer estudo de múltiplos vetores de poder (por exemplo, branquidade, classe e religião) porque tem o efeito de apagar mulheres de cor e

<sup>9</sup> “Focusing too narrowly on a small subset of structural constraints, or overemphasizing racism within feminism” (MENDOZA, 2015, p. 5).

<sup>10</sup> “Intersectionality undermines feminist philosophical and political coherence by challenging the primacy of gender oppression, stigmatizing the category “woman,” or circulating narratives that are unable to address the complexity of the social (MENDOZA, 2015, p. 5).

devolver mulheres brancas ao centro de análise” (MENDOZA, 2016, p. 5. Tradução nossa<sup>11</sup>). A teórica feminista bell hooks (2018), ao pensar em feminismo global, argumenta que

a maioria das mulheres norte-americanas, principalmente as mulheres brancas, não descolonizou seu pensamento, seja em relação ao racismo, sexismo e elitismo relativos aos grupos de mulheres ao redor do mundo. Quando pensadoras feministas individuais sem instrução abordaram questões globais de exploração e opressão de gênero, elas fizeram e fazem isso de uma perspectiva neocolonialista (hooks, 2018, p. 77).

Cabe destacar, portanto, que assim como existem os papéis socioculturalmente estabelecidos entre gêneros, existem também essas fragmentações dentro das categorias, como o caso das mulheres brancas e das mulheres racializadas, ou cis e trans<sup>12</sup>, hétero e homossexuais. Por isso surgem esses movimentos que repercutem vozes e ressaltam o que pode ser complementado de uma e de outra teoria.

Quando se pensa nas diferenças que permeiam os papéis determinados socialmente para mulheres brancas e negras, por exemplo, uma série de questões se faz presente.

Enquanto que para as mulheres brancas se destaca o estereótipo da feminilidade, da docilidade, fragilidade, submissão, e “que desenvolvem uma economia emocional totalmente voltada para os outros”, como coloca Susan Bordo (1997, p. 24), das mulheres negras espera-se um corpo voltado para a servidão, tanto para a prestação de bens e serviços como para exploração sexual dos seus corpos fetichizados.

Tais questões são também frutos das diferenças históricas que permearam tais relações. É como afirma Breny Mendoza, acerca dos feminismos interseccional, decolonial, pós-colonial:

---

<sup>11</sup> “But some black feminist theorists resist the conceptual inflation of intersectionality with any study of multiple vectors of power (e.g., whiteness, class, and religion) because it has the effect of erasing women of color and returning white women to the center of analysis” (MENDOZA, Breny, 2015, p. 5).

<sup>12</sup> Essas categorias compreendem o âmbito do gênero enquanto aquilo que diferencia socialmente as pessoas, levando em consideração os padrões histórico-culturais atribuídos para os homens e mulheres. Sendo identidade de gênero, a forma como a pessoa se reconhece dentro dos padrões de gênero: feminino e masculino. Segundo o *Manual orientador sobre diversidade* (BRASIL, 2018, p. 13), organizado pelo Ministério dos Direitos Humanos, “cigênero é a pessoa que se identifica com o gênero igual ao do sexo de nascimento, e transgênero é o termo genérico que vale para qualquer pessoa que se identifique com um gênero diferente ao do sexo de nascimento. Por exemplo, Transexuais e travestis”.

A lógica racializante introduzida nas Américas em 1492 fez muito mais do que estruturar uma relação entre colonizador e colonizado; estabeleceu modos de pensar e modos de poder que moldaram e continuam a moldar as relações sociais e políticas que permeiam todos os aspectos da vida. Reconhecer a profunda influência da racialização e do gênero é essencial para uma compreensão adequada do passado, para os esforços de transformar o presente e para estratégias que visem e produzam um futuro diferente (MENDOZA, 2015, p. 20. Tradução nossa<sup>13</sup>).

Dessa forma, considera-se que a diversidade das abrangências teóricas feministas é fruto dos movimentos feministas enquanto políticos e sociais, que possibilitaram e possibilitam, além da expansão de perspectivas que buscaram englobar a infinita combinação de atravessamentos de identidades, a expandir os espaços que foram pouco a pouco sendo ocupados por mulheres. E outros ainda precisam ser mais difundidos com essas presenças.

Quais espaços já se abriram para ouvir essas vozes? Quais são essas mulheres que estão ocupando lugares que anteriormente eram somente destinados aos homens? Vemos que a educação e a literatura foram caminhos possíveis de entrada da mulher no meio social, para além dos trabalhos domésticos. Portanto, expõem-se algumas dessas atividades no contexto nacional.

## 2.2 MULHERES DE LETRAS NO BRASIL

A sociedade brasileira, estruturada sob os ditames patriarcal, elitista e escravista, vigorava através das relações hierárquicas de parentesco e clientelismo. Conforme afirma Susan K. Besse (1999), os grandes fazendeiros – no Brasil do século XIX – detinham a autoridade absoluta na mão de obra, nos mercados, no capital e na família. Por sua vez, nessa última, a elite patriarcal escolhia os cônjuges para suas herdeiras por meio de alianças econômicas, o que significou a constante reiteração do espaço da mulher voltado para o lar, para o âmbito privado, e um reforço a uma ideia de servidão e submissão, do cuidado voltado para os outros, o que não esteve presente somente nesse período, além de se referir às mulheres brancas. Isso porque, segundo Besse (1999), desde muito jovens, as mulheres pobres, em sua maioria negras,

---

<sup>13</sup> “The racializing logic introduced into the Americas in 1492 did far more than structure a relation between colonizer and colonized; it established ways of thinking and modes of power that have shaped and continue to shape social and political relations that permeate all aspects of life. Recognizing the profound influence of racialization and gendering is essential to an adequate understanding of the past, to efforts to transform the present, and to strategies to envision and produce a different future” (MENDOZA, 2015, p. 20).

trabalhavam em ocupações manuais humildes (como empregadas domésticas, cozinheiras, amas-secas, lavadeiras, costureiras, vendedoras, ambulantes e, às vezes, prostitutas) para a duras penas manter uma existência marginal. E não só seu trabalho as introduzia nos espaços públicos, mas também sua renda – ainda que pequena – lhes proporcionava certo grau de autonomia (BESSE, 1999, p. 14-15).

A inserção das mulheres negras no universo do trabalho está ligada intimamente às relações da escravidão. Angela Davis (2016) aponta que

o enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras (DAVIS, 2016, p. 17).

No contexto nacional, também em relação à escravidão, Flávia Fernandes de Souza (2012, p. 251) afirma que os arranjos de trabalho para essas mulheres envolviam a “locação de serviços domésticos” depois da conquista da liberdade. Segundo a autora, ao longo dos Oitocentos, a maioria das mulheres trabalhadoras exercia ocupações consideradas típicas da condição feminina, tal como o trabalho doméstico remunerado. Assim,

no terreno da realidade, havia um sem-número de criadas que executavam atividades que se localizavam entre os limites das residências e dos espaços exteriores. Certamente, esse foi o caso das lavadeiras, das engomadeiras e passadeiras, das carregadoras de água, das criadas que vendiam produtos ou faziam compras e, até mesmo de algumas costureiras e bordadeiras (SOUZA, 2012, p. 256).

A partir dos anos 1870, no Brasil, um serviço regular de bondes permitiu que as mulheres da elite comessem a sair de casa de maneira segura e com maior facilidade, mesmo que acompanhadas por parentes ou empregadas, segundo Besse (1999, p. 19). Intensificou-se a vida social, as mulheres eram vistas nos bailes, teatros, clubes esportivos. Besse afirma que

na década de 1870, os intelectuais urbanos defendiam unanimemente a melhora do ensino público como meio fundamental de garantir o progresso do Brasil, embora definissem como adequada às mulheres a educação que as tornasse boas esposas e mães competentes, capazes de criar bons cidadãos. As primeiras feministas também justificavam a educação feminina como preparação para a maternidade, mas exigiam cada vez mais a admissão em instituições de ensino superior e o acesso às profissões da elite, de modo que pudessem contribuir para o desenvolvimento econômico do país, sustentar-se independentemente e realizar seu próprio potencial humano (BESSE, 1999, p. 19).

De fato, ocorreu, nesse período, uma abertura educacional para as mulheres mais privilegiadas economicamente, que começavam a entrar no espaço público intelectual, através da educação e da literatura. Houve, aí, segundo Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1996, p. 165-166), a popularização da Escola Normal, que transformou a opção profissional para as moças de classe média, “praticamente a única, já que as demais alternativas de trabalho eram

reservadas aos homens ou consideradas masculinas”. Além da prevalência da concepção da maternidade enquanto vocação feminina e a extensão desta vocação em sala de aula, como colocam Constância Lima Duarte e Kelen Benfenatti Paiva (2009, p. 13), as normalistas, ou professorinhas, “como eram chamadas as jovens recém-formadas, ocuparam então um lugar demarcado para a mulher, preservando sempre a sua imagem, controlando suas falas, comportamentos e atitudes, no intuito de serem exemplos para suas alunas”. Tal permanência de fatores se liga à situação em que a mulher constantemente é colocada nesses âmbitos do cuidado e na manutenção de padrões comportamentais rigorosos e conservadores.

Guacira Lopes Louro (2004) apresenta em seu artigo “Mulheres na sala de aula”, a trajetória das mulheres ao serem aceitas na sala de aula como alunas e posteriormente como professoras. Por volta de 1827, já havia escolas, fundadas por congregações e ordens religiosas femininas ou masculinas, nas quais professores davam aulas para meninos e professoras para meninas e deveriam ser de moral inatacável, e as tarefas desses mestres e mestras não eram, contudo, exatamente as mesmas. Como aponta Louro (2004, p. 371), havia ensinamentos básicos para os dois sexos, como ler, escrever e contar, saber as quatro operações e ainda a doutrina cristã. Mas apareciam as distinções, em que para os meninos se ensinavam noções de geometria; para as meninas, bordado e costura.

Todo o processo de educação das mulheres, suas concepções e formas, nessa sociedade, eram múltiplas, devido aos atravessamentos de tantas divisões e diferenças, mas imperava um consenso, para a maioria dos grupos sociais, de que “as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas [...] já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios” (LOURO, 2004, p. 373).

As mulheres começaram a tomar o espaço da escola. Por volta de 1874, houve uma evasão de alunos, provavelmente, segundo Louro (2004, p. 375), devido ao processo de urbanização e industrialização, que ampliava as oportunidades de trabalho para homens, e o magistério transformou-se, então, em “trabalho de mulher”. E, convenientemente, foram atribuídos os comportamentos “tipicamente femininos” à imagem da professora, ligados ao cuidado para com o outro, como os da maternidade. Louro (2004, p. 308) acrescenta que “a instituição e a sociedade utilizaram-se e ainda se utilizam de múltiplos dispositivos e símbolos para ensinar-lhes sua missão, desenhar-lhes um perfil próprio, confiar-lhes uma tarefa”. Desse modo, a formação docente também se feminiza, mas, ainda assim, há dados registrados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de que em 1940, 34% das mulheres ainda não sabiam ler e escrever.

O fortalecimento da escola e o surgimento da imprensa deram notoriedade para a presença e a participação de uma personagem privilegiada na história da literatura: a leitora, como colocam Lajolo e Zilberman (1996). Porém, lhe conferiram uma condição de sujeito marcado pela identidade de gênero, com um perfil específico.

Conforme apontam depoimentos de pintores e autores estrangeiros que vinham ao Brasil, no início do século XIX, as mulheres eram descritas por sua “falta de instrução, sublinhando que predominava entre elas a ignorância, má aparência, frivolidade e violência sobre os escravos” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 240), pois viviam reclusas em sua própria terra. As autoras apresentam o seguinte fragmento de Elizabeth e Louis Agassiz, naturalistas que visitaram o Brasil rural, entre os anos de 1865 e 1866, e registraram, sobre a educação conservadora, destinada às mulheres, fatos que levaram as mulheres a demorar muito a agregarem maiores conhecimentos culturais:

A educação que lhes dão, limitada a um conhecimento sofrível de Francês e Música, deixa-as na ignorância de uma multidão de questões gerais: o mundo dos livros lhes está fechado, pois é reduzido o número de obras portuguesas que lhes permitem ler, e menor ainda o das obras a seu alcance em outras línguas. Pouca coisa sabem da história de seu próprio país, quase nada da de outras nações, e nem parecem suspeitar que possa haver outro credo religioso além daquele que domina no Brasil; [...]. Em suma, além do círculo estreito da existência doméstica, nada existe para elas (AGASSIZ; CARY, 1975, p. 278 *apud* LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 243).

Surge então o estigma da mulher que só lê romances açucarados e folhetins tidos por tolos. Havia, segundo as autoras, um mútuo rebaixamento: “a cultura da mulher deixa a desejar porque ela não lê a *grande literatura* e, por sua vez, o que consomem estas senhoras não pode ser *grande literatura* por constituir matéria de leitura de tão despreparados olhos” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1996, p. 244. Grifos das autoras). Lajolo e Zilberman (1996, p. 247) colocam também que cabe compreender o contexto dos romances oitocentistas, em que os ficcionistas brasileiros, com suspiros, lágrimas e serões, pavimentaram a frágil história de suas fráguas leitoras, pois “os escritores confirmam a ideologia patriarcal”, ao dirigirem às suas personagens a ocupação dos papéis de esposa e mãe.

Sabe-se, portanto, que os dois caminhos fundamentais para se compreender a atuação feminina na vida intelectual e as vias de acesso ao espaço público foram a educação e a literatura. Surge, no entanto, um espaço importante, no século XIX, que contribuiu para dar força à luta das mulheres e tirá-las desse papel somente de receptoras e vítimas sociais do machismo e patriarcalismo, que foram os jornais, por meio dos periódicos, como coloca Zahidé Muzart (2003, p. 226), ao pesquisar sobre as escritoras brasileiras do século XIX e se deparar com muitos textos feministas, de “feministas ativas como as periodistas, as fundadoras de

jornais<sup>14</sup> e periódicos. Essas tiveram uma quota considerável de responsabilidade no despertar da consciência das mulheres brasileiras, um papel fundamental”.

Constância Lima Duarte (2017, p. 14), em livro sobre a imprensa feminina e feminista no país, concorda com Muzart, e afirma que, “mais que os livros, foram os jornais e as revistas os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, que desde o início se configuraram em espaços de aglutinação, divulgação e resistência”. Segundo Muzart (2003), o primeiro jornal fundado por uma mulher em nosso país foi o *Jornal das Senhoras*, de Joana Paula Manso de Noronha, uma argentina que acreditava no desafio à tradição e na busca da liberdade. Ela tinha a educação como meta e encontrou no periodismo o meio de transmitir suas ideias. O primeiro número do jornal foi publicado em 1º de janeiro de 1852, e Muzart (2003, p. 227) aponta que entre outras coisas, “o que a motivava era a vontade e o desejo de propagar a ilustração, e cooperar com todas as suas forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher”.

Os jornais eram um espaço para divulgação de conhecimentos diversos e um canal em que as vocações literárias das mulheres, principalmente no caso das produções menores, poderiam ser expressas:

Esses periódicos foram avançados: defenderam os escravos, pregaram o direito ao voto, a igualdade diante da lei, o direito às profissões liberais, o pacifismo... E teceram uma imensa rede de mulheres brasileiras, e algumas portuguesas ou latino-americanas, cuja troca de ideias e de informações foi fundamental para que hoje estivéssemos aqui discutindo periódicos feministas no Brasil (MUZART, 2003, p. 232).

Em relação ao espaço universitário, Eva Alterman Blay e Rosana R. da Conceição (1991) afirmam que as mulheres puderam ter seu primeiro acesso ao curso superior através de uma lei aprovada por D. Pedro II, no final do século XIX, em 19 de abril de 1879, na área de medicina. A primeira mulher, Rita Lobato Velho Lopes, a se graduar médica e poder exercer a profissão, no Brasil, foi em 1887, oito anos depois da instauração dessa lei, na Faculdade de Medicina da Bahia.

O número de mulheres a cursarem o ensino superior foi por muito tempo inexpressivo para caracterizar um espaço de livre trânsito para elas, como aponta Delcele Mascarenhas Queiroz (2000, p. 2). O aumento de suas presenças está ligado à criação do curso de Filosofia, em 1942, em antigas escolas superiores, que vieram a constituir a Universidade de São Paulo (USP). Queiroz (2000, p. 2) afirma ainda que apesar desse aumento ser um avanço, houve certos

---

<sup>14</sup> Sobre a imprensa negra no Brasil, ler: PINTO, Ana Flávia Magalhães (2018). *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. São Paulo: Editora Unicamp.

limites, pois, segundo a autora, o curso de Filosofia foi criado para certa realização “desinteressada de altos estudos” (QUEIROZ, 1997, p. 2), o que, na verdade, não se opunha à condição feminina, “à medida em que acionava estereótipos sobre a mulher, contribuía para reforçar a divisão das carreiras por gênero” (QUEIROZ, 1997, p. 3). Retoma-se, portanto, a ideia de que aos homens estavam dedicados às questões relativas aos valores sociais e econômicos e às mulheres as questões humanísticas, do cuidado e do ensino.

Segundo Carmen Lúcia de Melo Barroso e Guiomar Namó de Mello (1975), no século XX, houve, de maneira geral, a expansão do ensino superior, e mais procurado pelas mulheres, que estavam também em maioria entre as concluintes do 2º grau, mas não em todas as áreas. As autoras afirmam que “de fato, verifica-se até um aumento da concentração das alunas em algumas poucas carreiras ‘femininas’ que, definidas culturalmente como mais apropriadas às mulheres, têm tido tradicionalmente uma predominância de mulheres entre seus alunos” (BARROSO; MELO, 1975, p. 52), e que por exemplo nos cursos de Letras, Ciências Humanas e Filosofia, o número de mulheres aumentou de 67%, em 1956, para 77%, em 1971.

Nos anos 1990, o estudo de Fúlvia Rosemberg (2001) que descreve tendências e aspectos das políticas educacionais a partir de uma perspectiva de igualdade de gênero, indica que há uma proporção maior de mulheres que de homens que concluem os níveis fundamental, médio e superior, segundo pesquisa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, realizada em 2000. A autora aponta também que a tendência da maioria das mulheres nas áreas ligadas à educação se mantém:

Com efeito, uma porcentagem ligeiramente superior de mulheres que de homens frequentam cursos de educação supletiva: as mulheres representam 50,4% dos estudantes no supletivo de ensino fundamental e 51,4% no ensino médio. Isto poderia indicar seja a sobre representação feminina na faixa etária concernida (razão de sexo), quanto uma busca ativa da educação pelas mulheres, evidenciada, também, por outro indicador: a porcentagem de estudantes frequentando curso superior privado é ligeiramente superior entre as mulheres [...] (ROSEMBERG, 2001, p. 171).

Rosemberg (2001) aponta também a porcentagem de mulheres frequentando cursos de mestrado *stricto sensu* e doutorado por área do conhecimento, no Brasil. Nos anos de 1993 e 1994, teve-se na grande área de Linguística, Letras e Artes, 69,55% de mulheres cursando o Mestrado e 64,6% cursando Doutorado; em contraposição, por exemplo, à área das Engenharias, nas quais se têm 27,7% de mulheres cursando o Mestrado e 36,4% o Doutorado.

Uma extensa pesquisa sobre informações que buscaram reunir estudos que mostrassem a distinta participação das mulheres brasileiras na educação superior, com recorte no período de 2009 a 2012, realizado por Andreia Barreto (2014), indicou que, conforme estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2014, “em 2011, as estudantes eram

maioria entre as/os universitárias/os na faixa etária de 18 a 24 anos. Elas representavam 57,1% do total de matriculadas/os no ensino superior brasileiro nesta faixa etária, e o número maior de mulheres tende a se manter em todas as regiões do país” (BARRETO, 2014, p. 12). No que se refere às/aos concluintes do ensino superior, a autora afirma que em 2012, nas instituições públicas, a diferença foi de 14 pontos percentuais a favor das mulheres; e nas instituições privadas, chegou a 20,6 pontos percentuais.

No que se refere à docência, Barreto coloca que

ao contrário da hegemonia feminina em praticamente todos os números relativos ao acesso ao ensino superior e à sua conclusão, o número de docentes do sexo masculino ainda é, em média, 10 pontos percentuais mais elevado do que o feminino. Em 2012, a composição ficou em 54,72% de homens e 45,28% de mulheres, e esta é uma média que se manteve mais ou menos inalterada no período avaliado (2006-2012) (BARRETO, 2014, p. 21).

Curiosa e contraditoriamente, mesmo com a ideia da feminização do magistério, a pesquisa aponta, depois da verificação do panorama dos/as estudantes de graduação, que a performance feminina nos cursos superiores não se mantém a mesma quando o assunto é empregabilidade.

Em pesquisas mais recentes do INEP, as Sinopses Estatísticas da Educação Superior, os números se mantêm, no que se refere à presença da maior quantidade de homens que de mulheres no cenário da docência. A pesquisa referente ao ano de 2012 aponta um total de 198.863 docentes homens, e 163.869 mulheres; em 2017, 206.255 homens, e 174.418 mulheres. Esses números referem-se ao total nacional nas esferas pública e privada, de universidades federais, estaduais e municipais; a centros universitários; faculdades, institutos federais e centros federais de educação tecnológica. Pesquisando posições de chefia em instituições como CNPq, ou ABRALIC, por exemplo, não há em seus sites históricos de chefias passadas, mas atualmente ambas as instituições têm em seus cargos de coordenação ou diretoria homens.

Infelizmente, essas pesquisas dos números de docentes não apresentam números da relação entre sexo por áreas ou domínios do conhecimento. Apresenta-se então uma contradição entre os números apresentados na pesquisa dos periódicos referentes à quantidade de articulistas – segundo resultados, a maioria são mulheres, e à quantidade de docentes no ensino superior, uma vez que a publicação em periódicos é realizada, em sua maioria, por docentes universitários/as, ou mestrandos/as e doutorandos/as.

Essa relação pode ser explicada pelos números de concluintes nas áreas do ensino, já apresentados acima, em que se formam mais mulheres nas áreas das ciências humanas, e pesquisas indicam, como apontam Márcia Grossi, Shirley Borja, Aline Lopes, Aleixina

Andalécio, em estudos realizados com pesquisas em dados disponíveis nos documentos governamentais, e análises de currículos Lattes cadastrados na plataforma do CNPq, que a presença das mulheres nas áreas da ciências exatas é ainda menor que a presença de homens:

observa-se uma participação feminina maior nas áreas das Ciências Biológicas, das Ciências da Saúde e das Ciências Humanas, sendo que a menor participação se dá nas Engenharias. A expressiva maioria das doutoras pesquisadas atua na docência, carreira tradicionalmente ligada às mulheres. Isso comprova que, apesar dos avanços alcançados pelas mulheres, ainda persiste a desigualdade de papéis entre mulheres e homens dentro da ciência (GROSSI; BORJA; LOPES, ANDACÉLIO, 2016, p. 27).

Ainda no que se refere à docência, segundo a reportagem de Lais Modelli, sobre a busca de igualdade no ambiente acadêmico, publicada em 2016, pela *Revista Cult*, a primeira professora em nível universitário foi do curso de Direito, a advogada Esther de Figueiredo Ferraz, e a primeira a ocupar um espaço como docente na Universidade de São Paulo (USP), em 1950, por volta de vinte anos depois da criação da Universidade, sendo que

a primeira universidade brasileira, estruturada na maneira que conhecemos hoje, administrada por uma reitoria e organizada nas vertentes do ensino pesquisa e extensão, surgiu na década de 1920, com a Universidade do Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na década de 30, surge a principal do Brasil: Universidade de São Paulo (USP) (MODELLI, 2016, p. 28).

Na reportagem de Modelli (2016, p. 28), a socióloga Helena Hidrata, pesquisadora no Centro de Pesquisas Sociológicas e Políticas de Paris, especializada em trabalho e gênero, afirma que “existe um teto de vidro, um obstáculo invisível que opera para que mulheres não ascendam na carreira universitária e cheguem às posições de poder”.

Tais preposições se confirmam através do artigo citado por Modelli (2016, p. 30), que foi publicado em 2015, na revista científica *Dados*, assinado pela socióloga Marília Moschkovich e por sua orientadora, Ana Maria Fonseca de Almeida, da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas. Segundo elas, “professores do sexo feminino na Unicamp têm menos chance que os do sexo masculino de alcançar o topo na carreira docente nos cursos em que as mulheres são maioria: Linguística, Educação e Medicina” (MODELLI, 2016, p. 30).

Considerando que a atividade universitária, como grande articuladora de saberes, como colocou Eneida Maria de Souza (2002), gerava as múltiplas vertentes da crítica, e da crítica literária, especificamente, é possível relacionar tais questões ao fato da docência e as predominâncias relativas dos homens em alguns cenários.

Atividades universitárias englobam, como aponta Tânia Franco Carvalhal, “a consciência profissional específica, que se adquire e fortalece sobretudo pelo intercâmbio, os periódicos especializados e a vida associativa, marcada por encontros, simpósios e congressos”

(Carvalho, 1996, s.p), mesmo se referindo à fundação da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC), o fato é que foi um evento que marcou o início de uma institucionalização do meio da crítica literária brasileira.

Relaciona-se, portanto, os fatos da docência aos da crítica, ao considerar que no espaço da docência há predominância de professores homens, mesmo quando sua maioria de alunas seja de mulheres, recordando-se dos resultados da pesquisa dos periódicos (DALCASTAGNÈ, 2018), sendo a maioria dos artigos publicados escritos por mulheres, em contraposição ao menor número de escritoras e teóricas citadas nestes artigos. Ou seja, quando se refere a posições de maior relevância nos espaços de poder, destaca-se a presença de homens, pontos que reafirmam as questões patriarcais sociais.

Como afirma Rita Terezinha Schmidt,

o questionamento amplo dos bastidores ideológicos dos processos de institucionalização do literário e sua sintonia com práticas sociais e políticas excludentes, cujo efeitos determinaram a invisibilidade histórica da mulher como sujeito de produção literária, da crítica e da teoria, tem processado o que se pode qualificar como territorialização desse sujeito no espaço que tradicionalmente se construiu como privilégio de uma comunidade de “homens letrados” (SCHMIDT, 2017, p. 86-87).

Desta forma, independentemente se estamos falando de docentes, discentes, articulistas, escritoras, Virgínia Leal pontua com muita nitidez que

dados e questionamentos continuam a assolar a literatura de autoria feminina (e a minha escolha dos termos não é gratuita nesse momento). Uma das possíveis saídas é que, indubitavelmente, a presença de escritoras constrói o próprio conceito de gênero. Afastando-se de um conceito essencialista do que seja a “Mulher”, gênero não é um conceito dado a priori, mas a sua representação é a sua própria construção, no conceito de Teresa de Lauretis. Nesse sentido, [...] a inserção das mulheres no campo literário foi investida de dificuldades e peculiaridades, seja como escritoras, leitoras, editoras ou jornalistas. Desde os protocolos de leituras restritivos às mulheres, o alijamento das escritoras do cânone literário ou mesmo o impedimento de sua entrada em instituições, como a Academia Brasileira de Letras, várias histórias puderam ser resgatadas, demonstrando que a possibilidade de existência das autoras contemporâneas – mesmo que ainda menor, em termos numéricos – foi fruto dessas mulheres pioneiras, sejam leitoras, educadoras, jornalistas, produtoras culturais ou as próprias escritoras (LEAL, 2008, p. 109).

Desta forma, resgatar o percurso da história das mulheres, em sua maioria brancas, na educação, nos aponta que as relações de gênero são básicas no estabelecimento das construções e das regras sociais, que determinam desde funções com maior ou menor aceitação social, a atribuições de valores dominantes. Esses valores fazem com que a voz do homem seja mais importante que a da mulher, bem como seu reconhecimento social.

Destaca-se que o trabalho educacional é um trabalho intelectual, e no que se refere à presença feminina do âmbito industrial, por exemplo, seu trabalho foi progressivamente sendo

substituído pela mão de obra masculina no início do século XX, como afirma Margareth Rago (2004, p. 582). Assim, “enquanto em 1872 as mulheres constituíam 76% da força de trabalho nas fábricas, em 1950, passaram a representar apenas 23%”. E ainda, no que se refere às mulheres negras, a autora aponta que “após a Abolição dos escravos, continuariam trabalhando nos setores os mais desqualificados recebendo salários baixíssimos e péssimo tratamento” (RAGO, 2004, p. 582), portanto, além das questões sexistas, as questões raciais também se fazem presentes no âmbito das representações e discriminações.

Segundo Sueli Carneiro (2011), as defasagens educacionais são percebidas entre negros e brancos, e é preciso que se tenha o reconhecimento social e político dessas desigualdades no campo educacional, caso contrário, não

continuarão a se apresentar como fatores de perpetuação da subalternidade social dos negros, mantendo-os em um círculo vicioso em que a falta de escolaridade exigida torna-se motor da exclusão do emprego e a ausência do emprego é mais uma fonte de impedimento do acesso, da permanência e da conquista dos níveis superiores de escolaridade (CANEIRO, 2011, p. 115-116).

Pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA apontam que a partir dos anos de 1990, se apresenta o aumento da participação das mulheres negras no ingresso ao ensino superior, segundo Edilza Correia Sotero (2013, p. 49). E “esta situação leva a problematizar como vem se realizando este crescimento. O ingresso de negros e pobres no ensino superior foi, ao longo dos dez últimos anos, em certa medida, promovido por ações das próprias IES ou do Estado (AAs<sup>15</sup> e ProUni<sup>16</sup>)”. Evidencia-se então a recente mudança dessa desigualdade.

A partir dessas questões, vê-se que os temas referentes às mulheres são analisados, a partir dessa perspectiva dos valores, com descrédito, vistos como “o outro”, como coloca Rita Terezinha Schmidt (2006). Para a teórica, de modo igual se dá a crítica feminista, que fora do círculo de suas praticantes é vista, frequentemente, com suspeita, como sendo mais uma teoria “de fora”. Ela afirma:

---

<sup>15</sup> A autora, Edilza Correia Sotero, utiliza a sigla AAs para utilizar o termo ações afirmativas, que são políticas públicas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica, com objetivo de combater discriminações e aumentar a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural.

<sup>16</sup> ProUni – Programa Universidade para Todos. Segundo Sotero (2013, p. 43), o ProUni é um programa do governo federal que oferece bolsas de estudo, parciais ou integrais, para alunos oriundos de escolas públicas, ou bolsistas de escolas particulares, e de renda familiar baixa e com bons resultados no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior no Brasil.

Livros e estudos sobre teoria da literatura e história da literatura escritos por brasileiros nem sequer mencionam o feminismo e suas epistemologias ou o pioneirismo da crítica feminista com relação aos modos tradicionais de pensar o campo literário, o que sem dúvida é curioso, uma vez que muitos livros estrangeiros em tradução circulam pelos programas de graduação e de pós-graduação do país [...]. A realidade é que, fora do círculo de suas praticantes, a crítica feminista nem sequer existe, e quando mencionada é considerada com descrédito, muitas vezes com preconceito explícito, e frequentemente com suspeita, como sendo mais uma teoria “de fora”, expressão que, como já referi, inscreve a crítica feminista no cenário de repúdio ao mimetismo teórico, questão que é associada à tendência brasileira de angariar prestígio intelectual pelo endosso de nomes difíceis e de teorias estrangeiras (SCHMIDT, 2006, p. 783-784).

Percebe-se, portanto, que a dinâmica que acarreta o descrédito dessa teoria, como bem aponta Schmidt (2006), é a preocupação da desestabilização dos valores profundamente enraizados em nossa cultura, uma vez que o feminismo reivindica ontologicamente a autoridade e o privilégio cultural e patriarcal das representações historicamente situadas.

### 2.3 A CRÍTICA LITERÁRIA FEMINISTA: UMA TEORIA ENTRE PARES?

A ideia de uma crítica literária feminista pode ser pensada a partir da fundamentação de um cânone literário masculino, que, como coloca Heloísa Buarque de Hollanda (1992, p. 57), “via de regra, tem definido as noções de gênero, de gosto e de temas para a produção literária”. Segundo a autora, como se confirma na pesquisa dos periódicos, “este cânone é marcado pela exclusão das mulheres enquanto sujeito do discurso e pela adulteração na representação da experiência e história femininas”, além da própria construção e definição do que é “mulher”, o que corrobora para a noção desta enquanto “outro”, reafirmando a identidade hegemônica masculina.

Então, ainda conforme Hollanda (1992), os dois principais compromissos dessa tendência, que busca não reproduzir os pressupostos da crítica literária tradicional, seriam a denúncia da ideologia patriarcal que permeia a crítica tradicional e determina a constituição do cânone da série literária. E segundo, a tentativa de resgate dos trabalhos de mulheres silenciadas e excluídas da história literária.

De modo geral, os estudos feministas e de gênero surgiram de forma interdisciplinar, e há um conjunto de práticas críticas, a partir das atividades de leitora, produtora, escritora e consumidora da imprensa feminina na disseminação de saraus, jornais, compêndios, dicionários e antologias que são importantes, como aponta Hollanda (1992),

à medida que se desenvolvem de forma híbrida, combinando a reflexão sobre a literatura com o claro projeto de articulação de redes cujas funções e sentidos são extremamente diversificados, indo da tentativa de realizar uma historiografia própria, de promover uma experimentação dos limites e formas literárias até a de organizar circuitos de divulgação de trabalhos, de solidariedade ou de discussão e protesto sobre a condição feminina (HOLLANDA, 1992, p. 67).

Essas redes e iniciativas, que a autora menciona, foram fundamentais para marcar um espaço determinado e dominado pelas instâncias de poder hegemônicas, fazendo ser vista a presença das mulheres nos espaços públicos e acadêmicos.

Exemplo disso, são os Grupos de Trabalho (GTs), como o chamado *Mulher e Literatura*, da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística – ANPOLL. Como afirma Constância Lima Duarte (2010), no artigo que abre o livro sobre os 25 anos do GT, o grupo alterou de forma definitiva, além dos conceitos de pesquisa, a própria investigação sobre o tema acerca das mulheres, ao feminino e à literatura, devido aos intensos debates, seminários, discussão e produção acadêmica.

A crítica literária feminista emergiu, portanto, nesse contexto de anseio por contestação de um território, e por muito tempo não possuiu uma base teórica, como afirmou Elaine Showalter (1994). Isso porque seus objetivos expressos não estavam significativamente unificados, pois

as críticas negras protestam contra o “silêncio maciço” da crítica feminista em relação às escritoras negras e do Terceiro Mundo, e buscam uma estética feminista negra que trataria de política sexual e racial ao mesmo tempo. As feministas marxistas desejam focar a questão de classe, juntamente com a de gênero, como determinantes cruciais da produção literária. As historiadoras literárias querem desvelar uma tradição perdida. As críticas treinadas em metodologias desconstrucionistas desejam ‘sintetizar uma crítica literária que é tanto textual quanto feminista’. Críticas freudianas e lacanianas querem teorizar sobre o relacionamento das mulheres com a linguagem e a significação (SHOWALTER, 1994, p. 24).

Segundo a autora, porém, o que parecia um impasse teórico era, na verdade, uma fase evolutiva. Mas ela afirma que a crítica feminista deve encontrar seus próprios assuntos e sistema, e suas próprias teoria e voz, para não comungar da crítica estabelecida como universal, o que ela chama de “crítica masculina”. O que pode significar que não se faz necessária unificação das teorias feministas, mas diversas perspectivas que possam atender as diversidades identitária, cultural, social e outras.

O que se propõe à crítica feminista, a partir do trabalho inicial de resgate e reavaliação de obras de autoria feminina, com base no feminismo crítico, como aponta Lúcia Osana Zolin (2009), é “desconstruir a neutralidade que supostamente marcaria a construção do saber”. Dessa forma, revisitam-se as categorias instituídas da crítica literária, pensando em ampliar suas perspectivas de análise, e assim “submetê-las a um outro olhar, um olhar capaz de detectar e de

desnudar particularidades a que a convenção masculina nunca esteve atenta” (ZOLIN, 2009, p. 328), sendo uma forte promotora da desestabilização dos paradigmas estabelecidos e saberes instituídos.

Ainda conforme afirma Zolin (2009, p. 327), “para a mulher inserir-se nesse universo, foram precisos uma ruptura e o anúncio de uma alteridade em relação a essa visão de mundo centrada no logocentrismo e no falocentrismo”. A crítica literária feminista impulsionou esse movimento de reconhecimento da mulher nesse espaço literário, pois antes mal visto e difamado pela crítica hegemônica. Porém, apesar de tantos inegáveis avanços, marcados pela ótica da alteridade e da diferença, e buscando combater “as obras valorizadas que encerram os pressupostos consensuais do patriarcalismo” (ZOLIN, 2009, p. 328), o sonhado território conquistado pelas mulheres, enfrenta entraves, como apontou Rita Terezinha Schmidt (2010), a respeito do GT *Mulher e Literatura*. Segundo a autora,

lamentavelmente, fora do circuito de atuação e influência das docentes filiadas ao GT e com algumas poucas exceções no cenário nacional, as apropriações da categoria gênero nos estudos literários, dissociadas da perspectiva feminista, têm favorecido a sua banalização em termos e reificação da definição senso comum da diferença sexual, o que acaba ratificando, perigosamente, o fundamentalismo do pensamento binário, um instrumento ainda muito eficaz através do qual a ideologia patriarcal se mantém e se reproduz (SCHMIDT, 2010, p. 263).

Dessa forma, a autora afirma que em decorrência da crescente onda da presença das minorias e da virulência da imagem, principalmente da estereotipada na mídia, que se tem do feminismo, houve uma mudança do conceito de literatura. Tem-se um discurso representativo da conclusão histórica de interesse de uma elite masculina nacional que nunca disfarçou o preconceito de classe e não dissimula o repúdio ao agenciamento de mulheres e outras minorias no campo da literatura e da cultura, gerando assim, conforme Schmidt (2010, p. 266), um ressentimento da sociedade.

Em seu outro artigo, “Refutações ao feminismo”, Rita Terezinha Schimidt apresenta argumentos que justificam o fato que dá nome ao seu artigo, ou seja, o porquê de os avanços do feminismo acadêmico serem ignorados.

Um dos motivos que leva ao fechamento à possibilidade de renovação do pensamento crítico, é que pode se considerar “uma estratégia para evitar trazer ao pensamento a opressão das mulheres e a contribuição epistemológica do feminismo para a redefinição da subjetividade e da socialidade” (SCHMIDT, 2006, p. 767-768) e o que seus ideais suscitam.

O outro argumento é que certas matérias e artigos se “sustentam sob as mesmas bases ideológicas na medida em que produzem efeitos discursivos derivados de uma mesma matriz hegemônica que é a misoginia” (SCHMIDT, 2006, p. 770), pois o que sempre esteve definido

foi a normatização, regulação e controle do espaço, dos papéis e das intervenções das mulheres na vida social<sup>17</sup>.

Pode-se, portanto, perceber que, como explica Eagleton (2006, p. 296), dentro do sistema político, “a teoria literária contribuiu, conscientemente ou não, para manter e reforçar seus pressupostos”. Tais pressupostos, como afirma Hollanda (1992), são opostos aos que a crítica feminista denuncia, a respeito da ideologia patriarcal que permeia a crítica tradicional e determina a constituição do cânone da série literária. Isso se afina ao pensamento central de Schmidt (2006, p. 267), ao assinalar que a institucionalização dos “estudos sobre mulher e literatura é uma realidade consolidada”, o que, paradoxalmente, segundo a autora, “não significa uma valorização da perspectiva feminista, nem aceitação ou credibilidade” dessa crítica. Assim, é possível notar as convergências entre as teorias citadas e o que representam os resultados da pesquisa *A crítica literária em periódicos brasileiros contemporâneos*.

Partindo desses princípios, apresento abaixo a quantidade de artigos escritos sobre as autoras que aparecem na lista dos/as autores/as do *corpus*, de abordagem monográfica – artigos que trabalham com apenas um/a autor/a.

A Tabela 3 apresenta as autoras analisadas nos artigos da pesquisa e a quantidade de artigos por revista. Somente 10 autoras foram citadas em 67 artigos de abrangência monográfica, aparecendo ao menos duas vezes, numa lista de 100 autores/as e 760 artigos.

Entre as autoras citadas, em destaque discrepante, está Clarice Lispector com 28 artigos, autora amplamente reconhecida nacional e internacionalmente. Abaixo dela, uma boa surpresa, mulher, negra e periférica, Carolina Maria de Jesus, mas em apenas 7 artigos. Em seguida Cecília Meireles, também com 7 artigos. E logo abaixo, em 6 artigos, Hilda Hilst. Adélia Prado, Ana Maria Machado e Ana Cristina César foram citadas, respectivamente, em 4, 3 e 2 artigos.

Na lista das autoras, embora as revistas sejam principalmente sobre literatura brasileira, aparecem as autoras portuguesas Teolinda Gersão, em 4 artigos, e Maria Gabriela Llansol, em 3 artigos, e a britânica Virginia Woolf, também em 3 artigos.

Pode-se notar que esses números representam um panorama muito limitado da autoria de mulheres na literatura, e serão objeto de análise detalhada no próximo capítulo.

É importante destacar que na categoria das abordagens comparadas e panorâmicas a quantidade e diversidade das escritoras aumenta, aparecendo escritoras importantes no campo literário como Lygia Fagundes Telles, Conceição Evaristo e Cintia Moscovich, entre outras.

---

<sup>17</sup> Ressalta-se que nos últimos anos as perspectivas críticas feministas estão bastante difundidas fora da academia, questão apontada nas Considerações Finais.

Tabela 3 - Quantidade de artigos por revista das autoras citadas no *corpus* – abordagem monográfica.

<b>Escritoras</b>  <b>Revistas</b>	<i>Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea</i>	<i>Gragoatá</i>	<i>Ipotesi</i>	<i>Itinerários</i>	<i>Letras de Hoje</i>	<i>Literatura e Sociedade</i>	<i>O Eixo e a Roda</i>	<i>Revista Brasileira de Literatura Comparada</i>	<i>Revista da ANPOLL</i>	<b>TOTAL</b>
Clarice Lispector	6	1	4	3	2	1	3	5	3	28
Carolina Maria de Jesus	4	-	2	1	-	-	-	-	-	7
Cecília Meireles	-	-	-	1	5	-	1	-	-	7
Hilda Hilst	4	-	-	1	-	-	-	1	-	6
Adélia Prado	-	1	1	-	-	-	1	-	1	4
Teolinda Gersão	-	1	-	-	3	-	-	-	-	4
Ana Maria Machado	1	-	-	1	1	-	-	-	-	3
Maria Gabriela Llansol	-	1	-	1	-	-	-	1	-	3
Virginia Woolf	-	-	1	1	-	1	-	-	-	3
Ana Cristina César	1	-	-	-	1	-	-	-	-	2
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>67</b>

Fonte: Dados da pesquisa *A crítica literária em periódicos brasileiros contemporâneos*. 2017.

### 3 LEITURAS FEMINISTAS

Neste capítulo são apresentadas as análises que foram feitas nos artigos considerados monográficos pela pesquisa dos periódicos, em que se examinaram as obras das dez autoras que apareceram sob esse recorte.

A leitura desses artigos foi feita com o intuito de investigar como a obra dessas autoras é apresentada e discutida pela crítica literária, e se há nesses artigos perspectivas de análise feministas, seguindo os critérios apontados por Lucia Zolin (2009):

Chamá-la de feminista não significa, contudo, que as obras [...] empreendam uma defesa panfletária dos direitos da mulher. Significa, apenas, que tais obras trazem em seu bojo críticas contundentes aos valores patriarcais, tornando visível a repressão feminina nas práticas sociais, numa espécie de consequência do processo de conscientização desencadeado pelo feminismo (ZOLIN, 2009, p. 332).

Assim sendo, a análise desses artigos é focada na busca por críticas literárias feministas, ou vestígios do impacto dos movimentos feministas nas análises, ou seja, se os artigos têm alguma reflexão sobre os papéis das mulheres na sociedade e nas artes, e de que forma abordam – se abordam – tais questões. Lembro que, como afirma Annette Kolodny (2017, p. 228), os interesses da crítica literária feminista propõem que a história da literatura seja uma ficção, portanto, “o cânone é estabelecido e opera como um modelo através do qual mapeamos as continuidades e descontinuidades de obras, gêneros, autores” (KOLODNY, 2017, p. 229). Da mesma forma como nos ensinam a ler, nossa leitura é condicionada, e por isso nos engajamos com paradigmas, não com textos. Nesse sentido, “uma vez que a base a partir da qual atribuímos valor estético a textos nunca é infalível, imutável ou universal” (KOLODNY, 2017, p. 238), a teórica sugere que devemos re-examinar nossa estética e os preconceitos e pressuposições herdados, alterando assim nossas respostas estéticas.

A partir dessas reflexões, eu, leitora feminista, busquei enxergar com traços críticos, de modo amplo, a existência de perspectivas que questionassem papéis tradicionais das mulheres no espaço social predominantemente patriarcal, ou seja, um espaço presumidamente sexista e dominado pelos homens, em artigos que não são abertamente feministas. Desta forma, os artigos assim percebidos foram considerados feministas, porém, “é certo que nenhuma teoria pode ser totalizadora, e neste caso concreto não se pode pretender explicar o mundo para todas

as mulheres, todas as épocas e em todos os lugares”, como argumenta Laura Castanyer (2000, p. 15. Tradução nossa<sup>18</sup>).

Vale ressaltar que tal escolha de abordagem de pesquisa não desconsidera a relevância dos demais artigos a partir de perspectivas outras. Tem-se em vista que a crítica literária é um espaço aberto e quanto mais vastas suas categorias de análise, mais enriquecido será o debate.

Antes das análises dos artigos nas revistas contempladas pela pesquisa, apresento sucintamente informações das escritoras a partir de artigos selecionados de publicações de revistas declaradamente feministas, “marcadas pela singularidade de estar orientadas por um interesse político específico”, como afirmam Maria Margaret Lopes e Adriana Piscitelli (2004, p. 118). O objetivo é compreender, denunciar e oferecer elementos para alterar as maneiras como gênero, articulado a outras categorias, incide no posicionamento desigual das pessoas e, de maneira específica, das mulheres, na vida social.

Ressalta-se que tal opção foi feita para buscar contrapor a perspectiva das publicações das revistas dos periódicos que não tem como foco as análises feministas.

### **AFINAL, QUEM SÃO ELAS QUE ESTÃO AQUI?**

A partir de uma breve busca em revistas feministas como *Revista Estudos Feministas*, *Cadernos Pagu*, *Labrys Estudos Feministas*, e em blogs feministas como *Olga*, o intuito foi fazer uma apresentação das dez escritoras citadas na pesquisa através de perspectivas feministas, mesmo sabendo que tais meios de publicação não são específicos de literatura. Eles publicam conteúdos interdisciplinares, de temáticas feministas livres.

Percebeu-se, nesta pesquisa geral, que a quantidade de publicações sobre as escritoras é próxima ao resultado das publicações das revistas na pesquisa dos periódicos. A escritora Clarice Lispector se destaca novamente nas publicações, mas varia em cada uma das revistas feministas. Contudo, artigos sobre escritoras como Teolinda Gersão e Ana Cristina César apareceram com menor frequência, diferentemente do que se dá com Virgínia Woolf, com grande quantidade de publicações encontradas.

---

<sup>18</sup> “Es cierto que ninguna teoría puede ser totalizadora, y en este caso concreto no se puede pretender explicar el mundo para todas las mujeres, todas las épocas e en todos los lugares” (CASTANYER, 2000, p. 15).

Além dessa busca, auxiliou nessa composição o *Dicionário Mulheres do Brasil* (2000), organizado com o intuito de resgatar a história das mulheres, por saberem ser uma história recente de um passado mal contado, de palavras apagadas e vozes não ouvidas.

Clarice Lispector nasceu em 10 de dezembro de 1925, na Ucrânia, mudando-se para o Brasil com seus pais quando tinha apenas dois meses. Naturalizou-se brasileira. Começou seu trabalho como escritora com publicações em jornais. Seu primeiro romance publicado em 1944, *Perto do coração selvagem*, segundo o *Dicionário Mulheres do Brasil*, “não só foi muito bem recebido pela crítica como causou um impacto nos meios literários” (SCHUMAHER, 2000, p. 162). O citado dicionário complementa que a escritora foi uma das mais importantes escritoras do século XIX, e tratou de questões urbanas, femininas e psicológicas, num momento em que a tendência predominante era regionalista, masculina e realista. “A preocupação com temas filosóficos como o ser, a consciência e a linguagem são uma constante em sua obra, traduzida em muitos países” (SCHUMAHER, 2000, p. 162).

Essa constante busca do eu que Lispector expressou em suas obras, segundo Valéria Rosito, em artigo publicado pela *Revista Estudos Feministas*, em 2018, custou à escritora acusações relativas à sua alienação política. Mas para Rosito (2018, p. 4), tal acusação “acaba por se estender à ancoragem de gênero de sua escrita. No entanto, não seria a contínua dúvida do eu, ao invés, um libelo feminista contra o macrocontexto autoritário, essencialista e sexista?”. Essa é umas das formas como Lispector é lida no contexto feminista.

Carolina Maria de Jesus, descendente de escravos, nasceu em Sacramento, cidade de Minas Gerais, em 1914. Frequentou até a segunda série primária, por ter que trabalhar com sua mãe na lavoura. Quando se referia a sua educação, segundo Schumacher (2000, p. 138), a escritora “afirmava ter recebido a maior influência dos ensinamentos de seu avô materno, a quem chamava de ‘Sócrates africano’”. Mudou-se para São Paulo, e em 1948, grávida do primeiro filho, foi morar na favela do Canindé, onde “aprendeu a tirar do lixo seu sustento” (SCHUMAHER, 2000, p. 138). Em 1958, o jornalista Audálio Dantas, a trabalho na favela do Canindé, soube que Carolina Maria de Jesus escrevia diários, teve acesso a seus textos e a levou a publicar trechos no jornal *Folha da Noite*, com enorme repercussão. Com revisão de Dantas, o diário foi então publicado pela Livraria Francisco Alves em 1960, recebendo o título *Quarto de despejo*, ganhando fama internacional, com traduções em mais de quarenta países. Além desse, a escritora deixou os livros *Maria, Ra-re-ri-ro-rua, A vedete da favela, Pinguço, Marcha, Acende o fogão, O pobre e o rico, Simplício, O malandro, Moamba, As granfinas, A Maria veio, Quem assim me vê cantando e Onde estaes felicidade*.

Luciana Palma (2017), em artigo publicado pela *Cadernos Pagu*, afirma que na literatura da escritora, “as ações centrais são ligadas ao trabalho materno; os sentimentos principais relacionam-se à maternidade e às dificuldades da mulher pobre em criar os filhos em uma sociedade como a brasileira (PALMA, 2017, p. 8). A casa era o espaço de resistência criado por Carolina Maria de Jesus, a partir da maternidade, para estabelecer esferas de proteção, uma vez que, em suas obras, também há reflexões sobre as dificuldades de as mulheres pobres cuidarem do próprio lar. Isso se deve às pesadas jornadas, principalmente das mulheres negras e periféricas, trabalhos domésticos dentro e fora de casa, cuidados de seus e outros filhos e lares.

Palma afirma ainda que a escrita de Carolina reverbera muita força, pois

formar arquivos de si para quem está em posições de subalternidade exige uma energia política muito grande, tanto no sentido prático de ter as condições materiais para o acúmulo (espaço, estabilidade de residência), e também na capacidade de se definir, psicológica e politicamente, como sujeito com um vir-a-ser histórico (PALMA, 2017, p. 12).

Cecília Meireles nasceu no Rio de Janeiro, em 1920. Com três anos de idade, já era órfã de pai e mãe, foi criada pela avó materna, uma imigrante portuguesa. Formou-se na Escola Normal do Rio de Janeiro e dedicou-se ao magistério primário, como se dizia à época, por muitos anos. Deu aula em universidades e teve sua obra poética reconhecida primeiramente em Portugal, segundo Schumacher (2000).

Maria Lúcia dal Farra (2006), em artigo publicado pela *Cadernos Pagu*, aponta que Cecília Meireles foi nomeada não como mulher, mas como “poeta”, como “a poeta” e até mesmo como “o poeta”, e completa:

Observe-se o contexto em que Cecília se encontrava no início do século XX. Foi por essa altura que a poesia passou a ser praticada assiduamente por mulheres que, para tal, se reuniam em salões para trocarem experiências poéticas, incluída que fora a poesia entre as prendas femininas tais como bordar, tocar piano, pintar e costurar. Tal deslocamento dos objetivos estéticos não passou despercebido aos críticos de plantão que viram aí alegre e ridículo motivo para chacota. Por ter atingido, assim, a zona do trivial, a poesia não escapou ao preconceito e ao azedume dos comentaristas literários da época que chegaram a ver, nas poetisas, extraordinária semelhança... até mesmo com (*sic!*) os cogumelos! (FARRA, 2006, p. 344-345).

Sobre a obra de Meireles, uma das características fundamentais de sua poética é a consciência da transitoriedade da vida, das coisas, “com maestria, e ao mesmo tempo, de forma tão doce e gentil” (SCHUMACHER, 2000, p. 146). A poeta faleceu em 1964 com vasta publicação, e recebeu o Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, um ano após sua morte.

Hilda Hilst nasceu no interior de São Paulo, em 1930, filha de Bedeilda e Apolonio Hilst, fazendeiro, poeta, jornalista e ensaísta, segundo entrevista publicada sobre a escritora, nos *Cadernos de Literatura Brasileira* (1999) do Instituto Moreira Salles. Hilst afirma que seu pai foi a razão de ela ter se tornado escritora. Formou-se em Direito. Em 1950 lançou seu primeiro livro, um volume de poemas, intitulado *Presságio*. Em 1963, mudou-se para a fazenda de sua mãe para dedicar-se integralmente à literatura. Depois de alguns livros de poemas publicados, em 1967 começou a escrever peças teatrais. Em 1970, lançou sua primeira prosa, *Fluxo-Floema*. Em 1990, lançou *O caderno rosa de Lori Lamby*, “livro que consagra sua fase pornográfica” (*Cadernos de Literatura Brasileira*, 1999, p. 13). Recebeu alguns prêmios pelas suas obras, de melhor livro do ano, e Prêmio Jabuti.

Hilst sabia que existia um desencontro entre sua obra e o público. Segundo ela, foi assim que decidiu escrever os livros de pornografia. Em resposta, na entrevista a Millôr Fernandes, sobre tal questão, Hilst afirma: “Eu tinha certa alegria sabendo que escrevia muito bem, mesmo não sendo lida. Mas de repente eu quis me alegrar. Comecei a sentir um afastamento completo de todo mundo. Eles nunca me liam, nunca. Então decidi fazer o livro” (HILST, 1999, p. 29). Sobre a temática geral das obras da escritora, Jorge Alves Santana (2018), em artigo publicado pela *Revista Estudos Feministas*, infere que suas preocupações socioestéticas e biográficas

tratam das metafísicas religiosas tensamente presentes em nossa cultura e das lembranças enviesadas de sua infância e adolescência ao lado da mãe e, sobretudo, sobre o campo afetivo criado pelas complexas relações afetivas com seu pai, contexto este que também marcará suas subjetivações pessoais, estéticas e suas ações coletivas (SANTANA, 2018, p. 2).

A poeta Adélia Prado, mineira, nascida em 1935, estudava com padres franciscanos e diplomou-se em filosofia. Segundo informação no *Dicionário Mulheres do Brasil* (2000, p. 23), Prado casou-se em 1958, e teve cinco filhos, sentindo-se realizada na sua vocação de mulher e mãe. Sua obra é reconhecida pela linguagem simples e pelo desenho do cotidiano. Adélia Prado “é uma esteta da vida das mulheres, expressando magistralmente as alegrias e tristezas do mundo feminino” (SCHUMAHER, 2000, p. 23). Sua primeira obra foi publicada em 1971, *A lapinha de Jesus*, em parceria com Lázaro Barreto. Sua estreia individual foi com *Bagagem*, em 1975. Em 1978, recebeu o Prêmio Jabuti de Poesia.

Em publicação do congresso *Fazendo Gênero* (2010), Jaqueline Alice Cappellari aponta que na poesia de Prado há a busca pela identidade, pela autodescoberta, “que se dá, por sua vez, através do processo epifânico provocado pela poesia dentro do seu próprio universo feminino. Descobrimo-nos poeta, ela descobre-se mulher” (CAPELLARI, 2010, p. 1). E acrescenta que se trata de uma poesia que repensa a ideia da identidade da mulher,

não como uma cópia às avessas do processo do homem, mas como uma experiência específica e própria à condição de ser mulher. Assim, não só é negada a volta ao mecanismo patriarcal, no qual havia total repressão da autonomia sexual, intelectual, econômica e social da mulher, como também é negada a tentativa de anulação da identidade do Outro para afirmar a sua. Ao invés da submissão ou da superioridade que acaba por utilizar o mesmo processo de domínio masculino, para Muskat (1985), a reciprocidade permite resgatar homem e mulher como seres antropológicos, existindo na sua alteridade, e cuja realidade pessoal define a origem e a condição para a percepção de si mesmo, pois a identificação de si mesmo só existe através do encontro com o Outro (CAPELLARI, 2010, p. 7).

Além das obras já citadas, entre outras, Adélia Prado publicou *O coração disparado*, *Laços para um vitral*, *Terra de Santa Cruz*, *Os componentes da banda*, *Manuscrito de Felipe*, *Oráculos de Maio*.

Teolinda Gersão, escritora portuguesa, nascida em Coimbra, estudou Germanística, Romanística e Anglística nas Universidades de Coimbra, Tübingen e Berlim. Na Universidade Nova de Lisboa, ensinou Literaturas Alemã e Comparada, segundo informações em seu site. Viveu por três anos na Alemanha, dois anos no Brasil e conheceu Moçambique, onde se passa o enredo do romance de 1997, *A árvore das palavras*. É autora sobretudo de romances e teve seu primeiro livro, *O silêncio*, publicado em 1981. O seu livro mais recente é *Prantos, amores e outros desvarios*, de 2016.

Em publicação na *Revista do Núcleo Estudos de Literaturas Portuguesa e Africanas da UFF*, Maria Lúcia Wiltshire de Oliveira (2008) afirma que há na obra de Gersão personagens mulheres que

estão movidas por um projeto utópico em que a “transcendência” da condição servil é o objetivo do processo libertador que se ajusta a um “propósito” de alteração de “paradigma”, em que a “determinação” da coragem pode levar à “profundidade” de suas essências, negadas ou oprimidas (OLIVEIRA, 2008, p. 29).

E acrescenta que as subjetividades que aparecem nessas personagens são “marcadas pela crença em algumas metanarrativas: a da libertação feminina, a da libertação pela arte, a da libertação política frente aos regimes totalitários” (OLIVEIRA, 2008, p. 29).

Entre outras obras, além das já citadas, Teolinda Gersão publicou *Os anjos*, *Os teclados*, *A casa da cabeça de cavalo*, *O cavalo de sol*, *Os guarda-chuvas cintilantes*, *História do homem na gaiola e do pássaro encarnado*, *Paisagem com mulher e mar ao fundo*.

Ana Maria Machado, carioca, nasceu em 1942. Queria ser pintora, estudou Letras. Após ser presa pela censura, em 1969, no período da ditadura militar, mudou-se para Paris em 1970. Escrevia à época o romance *Tropical Sol da Liberdade*, livro que segundo Mirele Carolina W. Jacomel e Lúcia Osana Zolin (2008),

é uma ficção pós-ditatorial na medida em que promove o resgate do fato político que marcou as décadas de 60 a 80. Além disso, a narrativa problematiza a condição da mulher em uma sociedade patriarcal, hegemônica e violenta diante dos problemas sociais gerados pelo sistema de acúmulo de bens de produção, o que hoje conhecemos como sistema capitalista.

Na França continuou seus estudos, doutorando-se com estudo sobre Graciliano Ramos. Em 1972, voltou ao Brasil e trabalhou no *Jornal do Brasil*. Seu primeiro livro infantil, *Bento-que-bento-é-o-frade*, foi publicado em 1977.

Segundo autobiografia em seu site, Ana Maria Machado conta que em 2001, teve “uma surpresa maravilhosa: ganhei o maior prêmio literário nacional, o Machado de Assis, que a Academia Brasileira de Letras confere por toda a obra de um autor”. Em 2003, a escritora entrou para a Academia Brasileira de Letras, a primeira vez que foi eleita para a ABL uma autora com obra significativa para o público infantil.

A escritora tem seus livros traduzidos em outras línguas, em 25 países. Além dos já citados, a escritora publicou também *Alice e Ulisses*, *A Jararaca*, *A Perereca e a Tiririca*, *Menina bonita do laço de fita*, *Palavras, palavrinhas e palavrões*, *O mar nunca transborda*, *A audácia dessa mulher*, entre outros.

Maria Gabriela Llansol, escritora portuguesa, nasceu em Lisboa em 1931, formou-se em Direito, mas nunca exerceu a profissão. Sua primeira publicação foi em 1962, com o livro de contos *Os pregos na erva*, e é autora de 26 livros de gênero inclassificável, segundo informação em seu site, a partir de *O livro das comunidades*. Além disso, deixou versões originais de nove poetas em língua francesa: Verlaine, Rilke, Baudelaire, Rimbaud, Apollinaire, Éluard, Mallarmé, Pierre Louÿs e Teresa de Lisieux. Escreveu sempre fora do universo institucional e midiático da literatura, assimilando ao seu próprio texto muitas figuras da cultura europeia.

Júlia Lopes (2017), em artigo publicado na *Revista Z Cultural*, denunciou a urgência de pensar o feminino, historicamente enclausurado e silenciado. “Foi esse o feminino oprimido, e com ele o corpo e as possíveis fabulações da mulher, diretamente conectada com ele” (LOPES, 2017, p. 3). Afirmou ela que é pela conexão direta do feminino com a mulher, e dado esse lugar de silenciamento, que

Llansol, à semelhança de suas figuras e as histórias que a elas estão conectadas, não ocupa lugar de destaque no mercado literário (talvez num restrito circuito acadêmico, ou de leitores). Não é largamente conhecida nem recomendada, como não o são outras autoras mulheres – ao contrário de muitos dos nomes de homens que se apresentam ao lembrarmos dos nossos autores preferidos. (LOPES, 2017, p. 3).

Para a articulista, essa batalha de reconhecimento de vozes, para Llansol se dá na escrita, no manuseio da linguagem, que apresenta em suas obras a indissociação do movimento e da luta.

Além dos livros já citados, Maria Gabriela Llansol publicou a trilogia *Geografia de rebeldes: o livro das comunidades, A restante vida, Na casa de julho e agosto, e Causa amante, Contos do mal errante, Da sebe ao ser, Amar um cão*, e outros.

Virgínia Woolf, escritora inglesa, nasceu em Londres em 1882. Foi educada pelo seu pai, um crítico literário. Foi criado em sua casa o grupo Bloomsbury, do qual também participaram artistas como T. S. Eliot, E. M. Forster, Katherine Mansfield, Maximo Gorki. Em 1912, casou-se com Leonard Woolf e fundou a casa editorial Hogarth Press, que lançou, além da própria escritora, T.S.Eliot, Forster e K. Mansfield. Foi a primeira editora a publicar a obra de Freud em inglês.

O primeiro livro de Woolf, *A viagem*, foi publicado em 1915. Depois vieram, entre outros, *Noite e dia, Mrs. Dalloway, O quarto de Jacob, Rumo ao farol, Orlando, Um teto todo seu, As ondas*. No início da década de 1930, Virginia já apresentava um histórico de saúde mental frágil, que culminaria no seu suicídio, em 1941.

Virgínia Woolf teve importante papel para os escritos feministas. Em suas obras marcava que “as mulheres ficaram aquém ou além, mas sempre fora da cultura, uma cultura eminentemente masculina”, conforme aponta Norma Telles (2013), em artigo publicado pela revista *Labrys*. Um dos livros que marca fortemente tal caráter é o *Um teto todo seu* (1929), baseado em uma palestra para um congresso sobre Mulheres e Literatura, em 1928, no King’s College. Telles (2013), completa:

Desde as primeiras páginas de *Um quarto todo seu* observa os efeitos da exclusão das mulheres das altas instituições de ensino, indagando o que teria sido pior, as mulheres terem sido deixadas de fora de tais instituições (e por isso silenciadas) ou os homens terem sido trancados dentro delas. Prossegue sua pesquisa consultando historiadores ou selecionando poemas ou romances das prateleiras, meditando sobre as privações e, paradoxalmente, vantagens de estudarem em casa (TELLES, 2013, s.n.).

Ana Cristina César nasceu no Rio de Janeiro em 1952. Aos sete anos, seus primeiros textos foram publicados no Suplemento Literário do jornal *Tribuna da Imprensa*. Formou-se em Letras. Além de poeta, trabalhou como crítica literária, tradutora e ensaísta, também como editora em jornais, concluiu o mestrado em Comunicação em 1978. Segundo *Dicionário de*

*Mulheres no Brasil* (2000, p. 50), César foi uma típica representante da geração de 1970, que cresceu sob o regime militar.

Flora Sussekind (1985, p. 71) discorre sobre reflexão de César acerca da questão da literatura marginal, que trazia a novidade de uma subversão dos padrões tradicionais do campo literário. Ela afirma que por um lado, havia a contingência imposta pelo mercado editorial fechado. Ao serem publicados por uma grande editora, os poetas marginais teriam uma distribuição de seus trabalhos mais ampla, bem como haveria reconhecimento das instituições e se criaria o primeiro círculo de leitores. Por outro lado, a face do marginal implica a formação de um circuito paralelo de produção, que aproxima o autor do processo de impressão, distribuição e, conseqüentemente, uma aproximação com o leitor.

Sussekind (1985) afirma que parte da produção poética de Ana Cristina César trata de levar ao limite experiências poéticas em torno da subjetividade e do texto confessional.

No blog *Olga*, Bruna Escalera (2014) aponta a poeta como parte da Geração Mimeógrafo, que defende a literatura feminina e afronta as regras da literatura convencional com sua poética de erotismo livre e caótico.

Entre outras, Ana Cristina publicou as obras: *Cenas de abril*, *Correspondência completa*, *Luvax de pelica*, *A teus pés*, *Inéditos e dispersos*, *Literatura não é documento*.

Voltando aos artigos sobre as autoras da pesquisa dos periódicos, eles serão apresentados seguindo a ordem da Tabela 3, exposta no final do capítulo 2. Ali aparece em ordem a quantidade de artigos publicados sobre cada autora, da maior para a menor: Clarice Lispector, Carolina Maria de Jesus, Cecília Meireles, Hilda Hilst, Adélia Prado, Teolinda Gersão, Ana Maria Machado, Gabriela Llansol, Virgínia Woolf e Ana Cristina César.

São apresentados blocos de cada autora, e os artigos analisados estão dispostos pela ordem alfabética das revistas em que foram publicados. Se publicados pela mesma revista, aparecem do mais antigo ao mais recente.

Antes da descrição dos artigos, há um quadro-síntese, com os títulos dos artigos, a revista, o ano de publicação, a autoria e a instituição de que o/a articulista fazia parte na época da publicação do artigo. Isso possibilita que se tenha uma noção, de quais profissionais ocupavam esse meio, se em sua maioria professores/as universitários/as ou se estudantes.

Introduz-se, portanto, a análise dos artigos que se referem a Clarice Lispector, autora com maior quantidade de artigos das dez autoras desse recorte.

### 3.1 O CASO CLARICE LISPECTOR

Antes de detalhar a análise sobre Clarice Lispector, cabe inferir que o número de artigos sobre a escritora é muito maior que o da segunda escritora mais citada, Carolina Maria de Jesus e Cecília Meireles com 7 artigos, no recorte apresentado da pesquisa. Há uma diferença de vinte e um artigos. Em relação a todos os artigos sobre todas as escritoras, 41% foi sobre Lispector, e as segundas mais citadas com 10% dos artigos sobre elas.

Segundo Lucia Helena (1997), em *Nem musa, nem medusa*, o fato de Clarice Lispector ter tido sua obra amplamente traduzida e discutida em diversos países, sendo divulgada em seminários e artigos internacionais, “lançou a escritora brasileira no circuito dos eleitos” (Helena, 1997, p. 17), principalmente pelos esforços de divulgação e viabilização de artigos e da tradução de alguns dos livros de Lispector para a língua francesa, por parte da teórica Hélène Cixous. Seu emblemático texto “O riso da Medusa”, traduzido para o português recentemente por Luciana Deplagne, estudiosa da teórica francesa, afirma que “o riso da Medusa pode significar ‘A hora de Hélène Cixous’, no Brasil, como uma retribuição à maior divulgadora das obras da escritora brasileira ao redor do mundo” (DEPLAGNE, 2017, p. 160), pois também é um importante nome na crítica literária feminista francesa.

Cixous, em entrevista a Frédéric Regard, em livro de entrevistas organizado por Marta Segarra (2010, p. 88-89), afirma sua admiração pela obra da escritora ao ler sua obra pela primeira vez: “Em 1977, recebi o texto de Clarice Lispector, que as edições de Antoinette Fouque estavam traduzindo, e isso me chocou. Eu li uma página, em um volume chamado *Brésiliennes*, uma antologia, e me deslumbrou” (Tradução nossa<sup>19</sup>). Na continuação da entrevista, a teórica francesa afirma que Lispector era capaz de aceitar o inaceitável em plena vida e a perda de si mesma em plena vida, e continua: “e isso produz os textos da autonegação. Isso deixa espaço, isso deixa espaço... Ocorre raramente” (CIXOUS, *in* SEGARRA, 2010, p. 91. Tradução nossa<sup>20</sup>). É então Regard (*in* SEGARRA, 2010, p. 91) quem pergunta à teórica se é essa capacidade de “deixar espaço”<sup>21</sup> que algumas obras têm que permite que atravessem fronteiras, línguas e signos. Assim considerando a obra de Lispector, Cixous responde que sim:

<sup>19</sup> “En 1977 me llega el texto de Clarice Lispector, que las ediciones Antoinette Fouque estaban traduciendo, y me impactó. Leí una página, en un volumen que se titulaba *Brésiliennes*, una antología, y me deslumbró. Pero pensé que era accidental” (CIXOUS, *in* SEGARRA, 2010, p. 88-89).

<sup>20</sup> “Y eso, eso produce los textos de la abnegación. Eso deja sitio, eso deja sitio... Se da pocas veces” (CIXOUS, *in* SEGARRA, 2010, p. 91).

<sup>21</sup> “Hacer sitio” (CIXOUS, *in* SEGARRA, 2010, p. 91).

“Eu acho que são obras capazes de serem o lugar do outro, de fazer o outro” (CIXOUS, *in* SEGARRA, 2010, p. 91. Tradução nossa<sup>22</sup>). Esse pode ser considerado outro ponto de destaque para a importância de Lispector na literatura.

Lucia Helena (1997, p. 18) observa, ainda, como um fator importante para tamanho reconhecimento da escritora, a projeção dos estudos sobre a “Mulher na Literatura”, tanto no Brasil, impulsionado pela criação do Grupo de Trabalho “A Mulher na Literatura” e no exterior, “a virada revisionista provocada na história, na crítica e na teoria literárias, pelos estudos feministas e sobre o feminino”. E esse foi um dos objetivos do GT, como afirma Constância Lima Duarte (2010):

Nosso GT é, portanto, resultado desse embate com a tradição e, ao mesmo tempo, impulsionador de novas transformações. Na discussão contemporânea do que seja Literatura (assim em maiúscula), e de seu sentido hoje para a sociedade, o GT vem contribuindo para promover o questionamento e a flexibilização do cânone (DUARTE, 2010, p. 29-30).

Quanto à importância de Lispector, Susana Funck (1997) destaca que até o ponto de debate sobre a presença de homens no GT é marcado pelos estudos clariceanos: “no início eram um pouco tímidos, como éramos também nós mulheres. Apresentavam, via de regra, trabalhos sobre o romance brasileiro – a voz e as personagens femininas. E demonstravam toda sua paixão por Clarice. Como muitas de nós” (FUNCK, 1997, p. 37).

E ainda sobre o reconhecimento de Lispector, Helena (1997, p. 18) infere que muito se dá também pelo inusitado de sua prosa. O procedimento estético de Clarice Lispector dialoga, segundo Lucia Helena, com um olhar alegórico de uma “imagem dialética”, sendo um requisito para revisitar os textos da escritora, devido ao modo como “Lispector, fiandeira, questiona noções herdadas de *gender*, sujeito, escrita e história, e raia, de modo extremamente rico e sutil, como um dos maiores vultos da narrativa brasileira de todos os tempos” (HELENA, 1997, p. 23).

Os artigos sobre Lispector foram, portanto, lidos e analisados a partir da perspectiva da investigação das relações de poder na sociedade, do tratamento das inter-relações entre objetividade e subjetividade, que vão além das dicotomias usuais e com esse olhar crítico em relação ao pensamento binário e maniqueísta, algumas das características que Lucia Helena dispõe sobre a obra da escritora.

---

<sup>22</sup> “Creo que son obras capaces de ser el lugar del otro, de hacer pasar al otro” (CIXOUS, *in* SEGARRA, 2010, p. 91).

Sandra Goulart Almeida (1998, p. 190) também aponta que Lispector é a primeira mulher, na era modernizante com descendência, antecedida por Cecília Meireles e Rachel de Queiroz, e é a única mulher em quem se vislumbra um posicionamento crítico e indagador com relação às questões de gênero. Porém, vale ressaltar, segundo Almeida, à época, a recepção favorável do trabalho de Lispector “esteve ligada à sua assimilação enquanto membro, juntamente com Guimarães Rosa, da então denominada ‘geração de 45’, sendo, portanto, destacada a natureza existencialista, filosófica e, por isso mesmo universalizante de sua obra” (ALMEIDA, 1998, p. 190). Para a crítica feminista, o discurso de Lispector corresponde a um

discurso feminino da transgressão, um discurso que ataca o sistema dominante em sua própria estrutura através de um texto densamente poético e fluido que destrói convenções tradicionais – uma escrita de ruptura e subversão. Suas personagens femininas engendram uma busca que as leva a explorar e a criar um espaço feminino que é primeiramente um espaço subversivo (ALMEIDA, 1998, p. 194).

Todas essas questões fizeram com que a escritora tivesse tão fortemente sua presença dentro de um cânone.

A pesquisa apontou um total de vinte e oito artigos monográficos sobre a escritora Clarice Lispector, eles estão descritos abaixo.

Entre as análises, pode-se dizer que, de maneira geral, abordam assuntos diversos acerca da obra de Lispector, desde aspectos referentes à linguagem da escritora, às questões sociais e /ou subjetivas de seus contos e romances.

Os artigos estão apresentados abaixo da Tabela 4, na ordem em que nela aparecem, seguindo a ordem alfabética das revistas em que foram publicados, se da mesma revista, seguem a ordem da data de publicação, do mais antigo para o mais recente.

**Tabela 4 - Quadro-síntese dos artigos sobre a obra de Clarice Lispector.**

<b>Artigos</b>	<b>Revista</b>	<b>Ano</b>	<b>Autoria</b>	<b>Instituição</b>
“A vocação para o abismo: errância e labilidade em Clarice Lispector”	<i>Abralic</i> <sup>23</sup>	2000	Lúcia Helena	Professora UFF
“Quando a moeda literária vale 1,99 no mercado clandestino de Clarice Lispector”	<i>Abralic</i>	2002	Edgar César Nolasco	Professor UFMG
“O custo e o preço do desleixo: trabalho e produção n’ <i>A hora da estrela</i> ”	<i>Abralic</i>	2002	Hermenegildo Bastos	Professor UnB
“Uma comparação entre o estilo de Clarice e de seus tradutores”	<i>Abralic</i>	2008	Diva Cardoso de Camargo	Professora UNESP

<sup>23</sup> A partir daqui chamarei a Revista Brasileira de Literatura Comparada de *Abralic*.

<b>Artigos</b>	<b>Revista</b>	<b>Ano</b>	<b>Autoria</b>	<b>Instituição</b>
“ <i>Minhas queridas</i> : letras de amor e saudade”	<i>Abralic</i>	2008	Vera Lúcia de Albuquerque Moraes  Fernanda Maria Abreu Coutinho	Professora UFC  Professora UFC
“Uma aprendizagem ou as páginas femininas de Clarice Lispector”	<i>Anpoll</i> <sup>24</sup>	2008	Aparecida Maria Nunes	Professora Univ. Vale do Rio Verde
“Sem botar banca, Clarice escreve e aguenta o Brasil”	<i>Anpoll</i>	2012	Aparecida Maria Nunes	Professora Unifal
“Na teoria e na ficção: a vanguarda em Clarice Lispector”	<i>Anpoll</i>	2014	Marília Gabriela Malavolta Pinho  Luiz Gonzaga Marchezan	Doutoranda UNESP/ FCLAR  Professor UNESP/ FCLAR
“A proletária Macabéa”	<i>Estudos</i> <sup>25</sup>	2000	Carlos Alberto de Santos Abel	Professor aposentado UnB
“Engajamento poético e transfiguração”	<i>Estudos</i>	2001	Joseana Paganini	Mestra UnB
“ <i>A hora da estrela</i> e o mal-estar das elites”	<i>Estudos</i>	2004	Lúcia Sá	Professora University of Stanford
“O deslocamento inaugural de <i>Laços de Família</i> ”	<i>Estudos</i>	2011	Carlos Magno Gomes	Professor UFS
“Sobre restaurar fios: reflexões sobre a pobreza em <i>A hora da estrela</i> ”	<i>Estudos</i>	2013	Ivana Ferrante Rebello	Professora Unimontes
“Contribuições da literatura brasileira contemporânea ao ‘livro de registro da cidade’”	<i>Estudos</i>	2013	Vera Lúcia Cardoso Medeiros	Professora Unipampa
“Escritas em erupção: a ruína da mulher, a ascensão da barata: a desconstrução identitária pela via do apagamento da identidade humana”	<i>Gragoatá</i>	2013	Maria Edinara Leão Moreira	Professora UNIFRA
“Um certo mal-estar indefinido: a mulher nos contos de Clarice Lispector”	<i>Ipotesi</i>	2000	Maria Lúcia Rocha-Coutinho	Professora UFRJ

<sup>24</sup> A partir daqui chamarei a *Revista da ANPOLL* de *Anpoll*.

<sup>25</sup> A partir daqui chamarei a *Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea* de *Estudos*.

<b>Artigos</b>	<b>Revista</b>	<b>Ano</b>	<b>Autoria</b>	<b>Instituição</b>
“A escrita pictórica em <i>A cidade sitiada</i> de Clarice Lispector”	<i>Ipotesi</i>	2005	Rejane Granato Santos Enilce Albergari Rocha	Mestre UFJF Professora UFJF
“O mal como metáfora”	<i>Ipotesi</i>	2006	Evando Nascimento	Professor UFJF
“Notas sobre um rato morto: o grotesco e o divino em Clarice Lispector”	<i>Ipotesi</i>	2012	Fernando de Mendonça Maria do Carmo de Siqueira Nino	Doutorando UFPE Professora UFPE
“Um período de sol: narrativa e unidade”	<i>Itinerários</i>	2000	Luiz Antonio Mousinho Magalhães	Doutorando Unicamp
“O duplo percurso da narrativa de Clarice Lispector”	<i>Itinerários</i>	2006	Ana Luiza Silva Camarani Luiz Gonzaga Marchezan	Professora Unesp - Araraquara Professor Unesp - Araraquara
“Mitopoética em ‘O búfalo’, de Lispector”	<i>Itinerários</i>	2006	Agnes Teresa Colturato Cintra	Doutoranda UNESP- Araraquara
“Narrativas do Silêncio: Clarice Lispector em terra estrangeira”	<i>Letras de hoje</i>	2002	Cláudia Nina	Jornalista, doutora Universidade de Utrecht – Holanda
“O fio metálico em <i>Água Viva</i> ”	<i>Letras de hoje</i>	2005	Luciana Abreu Jardim	Doutoranda PUC-RS
“A cena interrompida”	<i>Literatura e sociedade</i>	2000	Teresa Vara	Professora USP
“Cartas em foco: Clarice Lispector e o teatro”	<i>O eixo e a roda</i>	2003	André Luís Gomes	Doutor USP
“Questionando a identidade da literatura: A Legião Estrangeira, de Clarice Lispector”	<i>O eixo e a roda</i>	2004	Arnaldo Franco Júnior	Professor UNESP- São José do Rio Preto
“O diabo provavelmente: luto e cisão comunitária em <i>A hora da Estrela</i> de Clarice Lispector”	<i>O eixo e a roda</i>	2013	Emílio Maciel	Professor UFOP

Fonte: Elaboração da Autora. 2019.

O artigo “A vocação para o abismo: errância e labilidade em Clarice Lispector”, de Lucia Helena, publicado em 2000, pela revista da *Abralic*, traz à luz a questão da linguagem nas obras de Lispector e sua forma dicotômica de escrever, nas relações do tempo e da eternidade, do que é geral e do que é particular; mundos interno e externo. A articulista infere que a escrita da escritora é sempre a de um lugar da linguagem em construção, “lugar do sujeito em deriva e das formas em transmutação, onde a literatura transgressora se realiza” (HELENA, 2000, p. 189). Levanta também a questão da representação da alteridade entre a referencialidade e a autorreferencialidade na obra da escritora.

A abordagem teórica do artigo é feita a partir das análises sobre Lispector da crítica literária Berta Waldman, alguns apontamentos filosóficos de Platão e Sófocles. Helena cita a crítica feminista Hélène Cixous, porém neste artigo de Lucia Helena, as questões referentes ao gênero não são o foco.

O outro artigo publicado pela revista da *Abralic*, em 2002, “Quando a moeda literária vale 1,99 no mercado clandestino de Clarice Lispector”, de Edgar César Nolasco, também enfoca a questão da escrita de Lispector, porém, o articulista infere que há no mercado das letras uma “clandestinidade”, em que se circulam fragmentos pessoais, anônimos e alheios. Nolasco (2002, p. 100) considera que a escrita de Lispector se “cria artificialmente, de cópias transplantadas e aborda, geralmente, assuntos banais do dia a dia do sujeito”, colocando a obra da escritora como um todo paraliterário.

O articulista utiliza em seu aporte teórico a filósofa Marilena Chauí e a teórica que fez uma das bibliografias de Clarice Lispector, *Uma vida que se conta*, Nádia Batella Gotlib. Não há abordagens feministas no artigo.

No artigo “O custo e o preço do desleixo: trabalho e produção n’A hora da estrela”, publicado na revista da *Abralic*, em 2002, Hermenegildo Bastos analisa a obra *A hora da estrela* fazendo uma comparação entre a pobreza extrema representada na trama da obra ao fazer literário disponível e endereçado de extrema pobreza da indústria cultural.

O artigo traz abordagens de classe, mas não trata de questões de gênero. Suas referências contemplam teóricos como Lígia Chiappini, Jacques Derrida, Lúcia Helena, Immanuel Kant, Maria Angélica Guimarães Lopes e Jacques Rancière.

O artigo “Uma comparação entre o estilo de Clarice e de seus tradutores”, publicado pela revista da *Abralic*, em 2008, de Diva Cardoso de Camargo, compara os estilos de tradução para o inglês de três tradutores de três obras de Lispector com trechos da escritora parecidos nas três obras. São os pares comparativos e seus respectivos tradutores: *A descoberta do mundo* e *Discovering the world*, traduzida por Giovanni Pontiero; *Uma aprendizagem ou o livro dos*

*prazeres* e *An apprenticeship or the book of delights*, traduzida por Richard Mazzara e Lorri Parris; e *Água viva* e *The stream of life*, traduzida por Elizabeth Lowe e Earl Fitz.

A articulista infere que cada tradutor segue um padrão estilístico: uns com escolhas linguísticas mais convencionais, outros uma tendência ao uso de padrões moderados de densidade lexical, e os outros padrões que prezam pela conservação do ritmo e padrões sutis de sons da obra original. Não há abordagens feministas no artigo.

O aporte teórico tem foco em teorias da tradução e da comparação, utilizando autores como R. Arrojo, F. H. Aubert, M. Baker, A. Berman, D. Biber, E. Finegan, S. Blum-Kulka, C. Butler, D. C. Camargo, I. Even-Zoar, T. Hermans, J. House, J. Munday, P. Newmark, G. Pontiero, C. R. Ranzolin, C. C. Rodrigues, G. Toury e L. Venuti.

O artigo “Minhas queridas: letras de amor e saudade”, publicado em 2008, pela revista da *Abralic*, escrito por Vera Lúcia de Albuquerque Moraes e Fernanda Maria Abreu Coutinho, contém a análise de uma seleção de 120 cartas trocadas entre Clarice Lispector e suas irmãs Elisa e Tânia. Segundo Moraes e Coutinho (2008, p. 327), as cartas são fundamentais para compreender a escritora e suas obras, pois são “reveladoras do universo pessoal e ficcional de Clarice, em seu esforço por apresentar-se como uma mulher comum, esposa e mãe de dois filhos, que escreve cartas e se lastima por estar longe de seus parentes queridos e de si própria”.

As articulistas afirmam que Lispector foi uma escritora engajada, consciente de suas verdades, a partir do movimento de mulheres influenciado pela Segunda Guerra Mundial, em que “as mulheres foram à luta e se orgulharam de si próprias, reconhecendo-se nesse processo: tudo isso explica em parte o veio narcíseo das representações femininas em diversas manifestações; explica também o nascimento consciente de autoras engajadas às suas verdades” (MORAES; COUTINHO, 2008, p. 316). Afirmam, porém, que tal conscientização “não se trata da revolução feminista, com tantas polêmicas e conotações ideológicas, mas de uma revolução subterrânea – prudente e paciente – e, talvez mais obscura” (MORAES; COUTINHO, 2008, p. 316). Tal comentário, que parafraseia Lygia Fagundes Telles, no livro *História das mulheres no Brasil*, de Mary Del Priori, pode ser considerado feminista, ainda que faça uma inferência que pareça deslegitimar a importância desse movimento.

O aporte teórico utiliza autores como Vilma Arêas, Gaston Bachelard, Rubem Braga, André Luís Gomes, Nádia Batella Gotlib, Lícia Manzo, Maria Aparecida Nunes, Mary Del Priori, Nilze Maria de A. Reguera, Olga de Sá e Ana Aparecida Arguelho de Sousa.

O artigo “Uma aprendizagem ou as páginas femininas de Clarice Lispector”, publicado pela revista da *Anpoll*, em 2008, de Aparecida Maria Nunes, procura dar visibilidade a Clarice Lispector profissional da imprensa, em suas páginas femininas. Dessa forma, busca, de modo

breve, resgatar a história da imprensa brasileira e constata que, “mesmo se valendo do cânone da imprensa feminina, as páginas femininas que escreveu denotam artimanhas da ficcionista e da jornalista para ser sempre Clarice Lispector” (NUNES, 2008, p. 288).

A articulista aponta que Lispector utilizava nomes fictícios para subverter o cânone da imprensa feminina, mesmo falando de moda, casa, filhos e decoração, paradigma tão comuns para publicações voltadas à mulher. Ainda assim, eram conselhos inovadores para as mulheres brancas de classe média /alta modernas. Nunes descreve os vários *ghost writers* de Lispector jornalista e suas peculiaridades, e há a percepção de que havia certa ironia nas publicações da escritora, nos reforços que esses “conselhos das páginas femininas” davam aos estereótipos do papel da mulher na sociedade, podendo assim ser considerado como análise sob perspectiva feminista.

Em “Sem botar banca, Clarice escreve e aguenta o Brasil”, artigo publicado pela revista da *Anpoll*, em 2012, Aparecida Maria Nunes apresenta uma trajetória de Lispector ao voltar a morar no Brasil, nos anos 1960. Centra-se nas publicações de contos e crônicas nos jornais, em especial de suas publicações na revista destinada a homens *Senhor*, e sua impactante crônica a respeito do assassinato de um conhecido criminoso a época no Rio de Janeiro.

A articulista levanta ainda questões da forma de escrita de Lispector, e dos gêneros textuais mais veiculados nos jornais. Não há análise sob uma perspectiva feminista.

As referências contemplam principalmente teóricos ligados aos jornais e ao gênero crônica: Carlos Drummond de Andrade, Maria Julieta Drummond de Andrade, Davi Jr. Arrigucci, Tristão de Athayde, Antonio Candido, Afrânio Coutinho, Antonio Dimas, Paulo Francis, Ivan Lessa, Temístocles Linhares, Marlyse Meyer, Luis Roncari.

Em “Na teoria e na ficção: a vanguarda em Clarice Lispector”, artigo de Marília Gabriela Malavolta Pinho e Luiz Gonzaga Marchezan, publicado em 2014, pela *Revista da Anpoll*, discute-se a utilização da linguagem de maneira vanguardista para a busca de si na obra de Lispector. Os articulistas fazem a leitura do conto “Os desastres de Sofia” sob a perspectiva dos textos “O Narrador” e “Experiência e Pobreza”, de Walter Benjamin, e concluem que Clarice Lispector, que é “fortemente referenciada como uma estrela singular na história da literatura brasileira com significativos pares na literatura universal” tem um “comprometimento literário que filia-se muito conscientemente à tradição literária brasileira moderna” (PINHO; MARCHEZAN, 2014, p. 310). O aporte teórico do artigo, como já dito, é baseado nos textos de Benjamin. Não constam reflexões acerca das teorias dos feminismos.

O artigo “A proletária Macabéa”, publicado em 2000, pela revista *Estudos*, de Carlos Alberto de Santos Abel, aborda as questões de classe, de alienação social retratadas na obra *A hora da estrela*, de Clarice Lispector.

Não são trabalhadas questões de gênero no artigo, mas há um reconhecimento do trabalho da escritora. Tendo Lispector morrido no ano da publicação da obra em questão, o articulista se refere à escritora da seguinte forma: “essa a Clarice que morrendo, e sabendo que morria, deixa-nos esse testamento literário, entristecendo-nos mais ainda, por perdermos uma escritora que seria, sem sombra de dúvida, o grande demiurgo do Brasil nos estertores do século XX” (ABEL, 2000, p. 2).

As referências utilizadas no artigo são Tom Bottomore, Machado de Assis, Manuel Bandeira e M. R. Forman.

O artigo “Engajamento poético e transfiguração”, publicado pela revista *Estudos*, em 2001, de Joseana Paganini, analisa também o romance *A hora da estrela*, e para além da análise sobre o recorte social, faz uma comparação entre os papéis sociais representados pelo narrador Rodrigo S.M. e a personagem Macabéa. Segundo Paganini (2001, p. 32), o romance trata de um reconhecimento do humano para além das diferenças das “ideologias em luta”.

Há uma reflexão a respeito da crítica sobre Lispector em relação à classificação de sua obra como “literatura feminina”, pois “ao eleger um narrador masculino, o que Clarice desejava não era enquadrar sua escrita nos moldes do cânone literário, dominado por escritores homens, mas responder às críticas que viam a revelação de uma ‘escritura feminina’”. Tal reflexão pode ser considerada feminista.

O aporte teórico conta com as contribuições de Flora Sussekind, Benedito Nunes, Domício Proença Filho, João Alexandre Barbosa, Fábio Lucas, Álvaro Lins, Lígia Chiappini, Nádia Gotlib, Theodor Adorno, Ângela Maria Dias, Marx e Engels, Clarice Fukelman, Roland Barthes, Octávio Paz e Ronalds de Melo Souza.

“A hora da estrela e o mal-estar das elites”, escrito por Lúcia Sá, em 2004, e publicado pela revista *Estudos*, suscita questões de classe no romance *A hora da estrela*, em que o narrador elitista, intelectual e homem cria uma personagem mulher nordestina e pobre. Há aí, de acordo com a articulista, uma visão preconceituosa do narrador que reflete a relação do intelectual com a massa, além de ser uma denúncia clariceana ao falocentrismo. Segundo Sá,

o drama de Rodrigo S.M. ao tentar inventar sua migrante nordestina é o mesmo enfrentado, ao menos potencialmente, por qualquer intelectual brasileiro que queira representar o pobre sem educação formal: como se livrar do privilégio, e criar um discurso que não contenha todos os vícios acumulados por séculos de escravidão e descomunal diferença de classes? (SÁ, 2004, p. 52).

Mesmo o artigo tendo foco nas questões de classe, na crítica às elites, há reflexões de enfoque feminista ao abordar, por exemplo, questões da relação do narrador com a personagem Macabéa no romance. As teorias que subsidiaram o artigo são de autores/as como Alfredo Bosi, Regina Dalcastagnè, Anna Klobucka, Solange Ribeiro de Oliveira, Marta Peixoto, Graciliano Ramos, Cynthia Sloan.

O artigo “O deslocamento inaugural de Laços de Família”, de Carlos Magno Gomes, publicado em 2011, pela revista *Estudos*, investiga o espaço da mulher nos contos “Amor” e “Os laços de família”. O deslocamento da mulher para fora da família é uma maneira original, segundo Gomes (2011, p. 211), que a escritora encontra para “deslocar a mulher do espaço da família” e “está traduzida pelo seu desconforto consigo e com o mundo a sua volta”. Assim, a fuga é um questionamento à opressão patriarcal, e apresenta o “desconforto feminino por meio de um duplo movimento da personagem que rejeita o espaço social à medida que vai perdendo a inocência”.

O artigo, com enfoque feminista, aponta as questões relacionadas às opressões do sistema patriarcal que condicionam as mulheres ao espaço doméstico. Tem em seu aporte teórico abordagens contemporâneas dos sociólogos Zygmunt Bauman e Stuart Hall, do historiador Michel Foucault, de teorias relacionadas a gênero, de Guacira Lopes Louro; dos críticos Benedito Nunes, Nelly Richard, Yudith Rosenbaum e Silviano Santiago.

O artigo “Sobre restaurar fios: reflexões sobre a pobreza em *A hora da estrela*”, de Ivana Ferrante Rebello, publicado em 2013, pela revista *Estudos*, é uma análise do romance *A hora da estrela*, também com foco nas questões de classe. Tratando como tema central a pobreza, aponta que em alguns casos Lispector traz para suas escritas “autobiografias” em relação à imigração e à pobreza na infância.

O artigo se refere ao universo das mulheres clariceanas, no qual se destacam as donas de casa, as mães e as meninas – mulheres sempre por um triz dentro da sociedade limitadora, tendo, de repente, o cotidiano claustrofóbico que as aprisiona perfurado por uma atordoante lucidez. E continua:

Refiro-me aos momentos em que essas mulheres suspendem a mão que trabalha, sugerindo que o pensamento está em outro lugar; mulheres que se desligam momentaneamente do fazer, para deixar aflorar o ser; momentos de mulheres imersas na tarefa comezinha, corriqueira, no espaço social restrito que lhes coube, que, repentinamente, mostram-se alheias a tudo. Caberia, nesse intervalo da dona de casa comum, a ousadia de uma possível metafísica do instante? (REBELLO, 2013, p. 220).

Rebello, ao se referir assim às “mulheres clariceanas”, propõe uma análise atenta às condições em que a mulher estava inserida na sociedade, ao afirmar que são nos instantes em que se “desligam” do contexto doméstico é que passam a questionar a si mesmas, ainda que no caso de Macabéa seja diferente. A articulista coloca que a personagem precisava sobreviver, então não se ateria a tais questionamentos. Tal reflexão, mesmo sem citar teóricas feministas, pode ser encarada sob uma ótica feminista.

O aporte teórico utilizado é de críticos que tratam da literatura brasileira e sobre o tema da pobreza, e ainda sobre a obra de Clarice Lispector, como Vilma Arêas, Antonio Candido, Nádya Batella Gotlib, José Paulo Paes, Beatriz Rezende, Leo Gilson Ribeiro, Sônia Roncador e Joel Rufino dos Santos.

O artigo “Contribuições da literatura brasileira contemporânea ao ‘livro de registro da cidade’”, publicado em 2013, pela revista *Estudos*, de Vera Lúcia Cardoso Medeiros, pensa na representação da cidade em contos de Lispector, e suas relações entre sujeito, rua e cidade. Destaca sua importância para o processo de criação do livro de registro *Prosas cariocas*: uma nova cartografia do Rio de Janeiro, coletânea de contos publicada em 2004, organizado por Marcelo Moutinho e Flávio Izhaki.

A articulista destaca a importância dos cenários urbanos nas obras de Lispector, na construção das personagens e das suas relações e os compara aos contos de *Prosas Cariocas*. Infere que no século XXI esse tema ainda interessa à literatura brasileira, “sendo tratados como construções articuladas, em que, por semelhança ou contraste, um pode ser tomado como elemento de representação do outro” (MEDEIROS, 2013, p. 179). Medeiros considera ainda que era no espaço urbano “que sujeitos recuperam suas identidades, principalmente as mulheres, habitualmente confinadas ao ambiente doméstico, reclusas e protegidas pelo lar”, apontando aí uma observação sobre a condição da mulher na época dos escritos de Lispector, podendo assim, ser considerado feminista.

O artigo “Escritas em erupção: a ruína da mulher, a ascensão da barata: a desconstrução identitária pela via do apagamento da identidade humana”, de Maria Edinara Leão Moreira, publicado em 2013, pela revista *Gragoatá*, analisa a relação existencial percebida pela mulher ao refletir sobre sua vida e a vida da barata, no romance *A paixão segundo G.H.*

Há no artigo uma abordagem feminista, mesmo sem a utilização de teorias feministas, ao fazer uma alusão ao papel da mulher na sociedade, quando a articulista infere: “a barata deixa de ser abjeção transfigurada em objeto raro, de luxo, e presa pelo meio do corpo, lembra a situação da mulher. Presa e desprovida de seus direitos pela condição sexual, tem de carregar sua insígnia” (MOREIRA, 2013, p. 126).

Moreira (2013, p. 132) acrescenta ainda em um trecho do livro, que apresenta no artigo, os papéis sociais do cientista e do padre, como exemplo, pois como tinham “títulos”, funções específicas, poderiam sair da civilização, “ao passo que ela, a mulher, nada possuía que contasse a seu favor, por isso carregava o mal-estar social de sua falta de função, e, sem a devida licença para sair, só lhe restava a fuga. O ato de fugir sugere que a situação de escombros não é nada confortável”.

O aporte teórico se encaminha para teóricos da psicologia, da filosofia e da crítica literária, como Jean Bessiere, Sigmund Freud, Benjamin Moser, Benedito Nunes, Silviano Santiago, Olga de Sá e Berta Waldman.

No artigo de Maria Lúcia Rocha Coutinho, “Um certo mal-estar indefinido: a mulher nos contos de Clarice Lispector”, publicado em 2000, pela revista *Ipotesi*, como aponta o próprio título, analisa-se a condição da mulher nos contos “Amor” e “Obsessão” de Lispector. A partir do ponto de vista feminista, objetiva “melhor entender a identidade da mulher brasileira, suas formas de subjetivação, e o questionamento, empreendido nas últimas décadas, de seu papel e posição na sociedade” (COUTINHO, 2000, p. 84).

A articulista fala sobre a importância do movimento feminista para mudanças de concepções, desconstrução de mitos e estereótipos. Fala ainda que a identidade feminina e os discursos e papéis sociais foram estabelecidos por homens, pois há algo já definido para elas. Desta forma, a crítica infere que nesses contos, as personagens são levadas a uma tomada de consciência de si e do mundo,

é algo que pode levar as personagens a sentir e ver coisas que, por meios racionais, elas não conseguiam apreender e compreender inteiramente. Percepções e sensações parecem ser, para a autora, meios de se romper com a aparente harmonia e ordem de mundo, com a naturalização dos padrões de comportamento criados pela racionalidade (COUTINHO, 2000, p. 91).

As referências utilizadas contemplam a crítica feminista com os nomes de Betty Friedan e Rosiska D. Oliveira, e menciona também o historiador Michel Foucault.

Em “A escrita pictórica em *A cidade sitiada* de Clarice Lispector”, de Rejane Granato Santos e Enilce Albergaria Rocha, artigo publicado em 2005, pela revista *Ipotesi*, analisa-se o romance *A cidade sitiada*, partindo da perspectiva dos estudos dos movimentos da vanguarda

européia, ligando artes visuais e literatura do que pulsa do cenário urbano. As articulistas afirmam ser “enriquecedora a análise dos procedimentos estéticos e temáticos comuns às artes plásticas e à literatura face às angústias e questionamentos históricos vivenciados pelos artistas – escritores e pintores – diante das transformações operadas pela modernidade” (SANTOS; ROCHA, 2005, p. 165).

A crítica do romance elenca questões das relações entre o sujeito e sua exterioridade, em um momento de constante transformação – ideologia do progresso – do fim do XIX, trazendo referências clássicas como Walter Benjamin e Roland Barthes, e outras como Giulio Carlo Argan, Maria Inês França, Franz Marc, Ana Claudia de Oliveira e Regina Lucia Pontieri, estudiosa de Lispector. Não traz abordagens de análise feministas.

O artigo “O mal como metáfora”, publicado pela revista *Ipotesi*, em 2006, de Evando Nascimento, aborda questões literárias, filosóficas, existenciais e políticas para analisar o mal e a consciência do mal, e todos esses aspectos na obra *A maçã no escuro*, de Clarice Lispector.

Nascimento (2006, p. 154) indica que na história do romance, “tudo será uma questão de gênero: de diferença sexual e de gênero literário, de um romance que nunca se conclui de todo”, pois infere que há uma questão no fato de a autora ser mulher e o narrador ser um homem:

Tem-se então um personagem masculino sob o ângulo de uma literatura feita por mulher. Todo o mal praticado por Martim saiu em última instância de uma cabeça de mulher. Sobretudo não estou aqui propondo duas coisas: 1) um essencialismo de gênero, que fixasse no céu das ideias platônico a essência do masculino em oposição à do feminino; 2) nem, por isso mesmo, a crença numa escrita feminina (NASCIMENTO, 2006, p. 155).

A partir do fragmento acima é possível identificar uma análise sob o enfoque feminista, uma vez que se reconhecem na trama pontos de misoginia, concluindo então: “Deixo ao julgamento do leitor avaliar se Martim e a narradora têm ou não razão, nesse traço sutil de misoginia do texto” (NASCIMENTO, 2006, p. 159).

O referencial teórico tem foco em teóricos da filosofia e da psicologia, e outros, como: Roland Barthes, Georges Bataille, Pascal Bruckner, Lúcio Cardoso, Jacques Derrida, Sigmund Freud, Martin Heidegger, Germain Nouveau Lautréamont, Jean-François Lyotard, Serge Margel, Friedrich Nietzsche, Benedito Nunes, João Guimarães Rosa, Fernando Sabino, Santo Agostinho, Susan Sontag e Paul Valéry.

O artigo “Notas sobre um rato morto: o grotesco e o divino em Clarice Lispector”, publicado em 2012, pela revista *Ipotesi*, de Fernando de Mendonça e Maria do Carmo de Siqueira Nino, aborda a questão do grotesco e do divino no conto “Perdoando Deus”. São

levantados teorias sobre a estética do grotesco e aspectos do conto. Há um diálogo entre literatura e religião.

Segundo os articulistas, “Clarice, por meio de sua escritura, faz mais do que reconhecer esta necessidade de Deus; ela restitui ao verbo sua condição criadora, unificadora, evocando pelos eventos narrados (grotescos ou não) um estado original do Ser” (MENDONÇA; NINO, 2012, p. 246). A busca do eu está presente na análise mais uma vez, mesmo que em diferente abordagem, e não há análises sob uma perspectiva feminista.

O aporte teórico se baseia nas teorias sobre o grotesco ou sobre o sagrado de Joel Rosa de Almeida, Johannes Bauer, Mircea Eliade, Salma Ferraz, Victor Hugo, Wolfgang Kayser; Karl-Josef Kuschel e Rudolf Otto, e apontamentos sobre a obra de Lispector das críticas Regina Pontieri e Olga de Sá.

Em “Um período de sol: narrativa e unidade”, publicado na revista *Itinerários*, em 2000, Luiz Antonio Mousinho Magalhães utiliza os conceitos de unidade, em Aristóteles, e unidade de tom, em Edgar Allan Poe, e os aspectos da teoria do conto aplicados em Clarice Lispector e em seu conto “O búfalo”.

O artigo explana os conceitos das teorias literárias e filosóficas sobre conto, sem abordar questões feministas. O aporte bibliográfico se embasa principalmente nos teóricos Aristóteles, Roland Barthes, Edgar Allan Poe, Tzvetan Todorov e Júlio Cortázar.

Em “O duplo percurso da narrativa de Clarice Lispector”, publicado em 2006, na revista *Itinerários*, de Ana Luiza Silva Camarani e Luiz Gonzaga Marchezan, há a presença da teoria narrativo-poética francesa de Jean-Yves Tadiè para analisar o conto “O búfalo”, de Lispector. Segundo os articulistas, há na escrita da escritora uma ruptura com a forma clássica da narrativa, ou seja, é prosa com procedimentos próprios da poesia.

Há no artigo, uma menção à presença da personagem, que não é sequer nomeada. Segundo os articulistas, “o apagamento do personagem deixa ao espaço, urbano ou natural, um lugar privilegiado, transformando-o em personagem” (CAMARANI; MARCHEZAN, 2006, p. 193). As referências são de teóricos da literatura, como Antonio Candido e Aderaldo Castello, Bernardo Élis, Anatol Rosenfeld e do francês Jean-Yves Tadiè.

O artigo, também publicado em 2006, pela revista *Itinerários*, intitulado “Mitopoética em ‘O búfalo’, de Lispector”, de Agnes Teresa Colturato Cintra, se refere à narrativa poética da escritora e analisa o conto indicado em seu título, considerando o conto com características próximas às narrativas da mitologia grega.

Há no artigo menções às personagens femininas de Lispector, que encontram fora do ambiente doméstico a epifania, da possibilidade do, como coloca Cintra (2006, p. 202), “impacto do inesperado desencadeador de reflexões existenciais”.

Não há referências ao tema da mulher. As principais referências utilizadas no artigo são de teóricos da Filosofia, como Jacques Derrida, Gaston Bachelard e Tzvetan Todorov.

O artigo “Narrativas do Silêncio: Clarice Lispector em terra estrangeira”, de Cláudia Nina, publicado em 2002, na revista *Letras de Hoje*, revê Clarice Lispector e sua história de exílio e clandestinidades, trazendo as raízes da escritora. A articulista observa que será no idioma – português – que a escritora terá a resistência linguística, marca de sua identidade brasileira. O artigo revê também as narrativas da escritora, as chama de narrativas do silêncio e faz uma breve divisão de características comuns em algumas obras de Lispector.

Nina (2002) coloca que as obras *O lustre*, *A cidade sitiada*, *A maçã no escuro* retratam personagens femininas silenciadas, estrangeiras e solitárias em um mundo hostil, “em situação de exclusão ou isolamento por elas negado ou negados a elas” (NINA, 2002, p. 12). Existe, segundo ela, uma “economia da feminilidade”, pois há muitos silêncios.

Já nos romances *A paixão segundo GH* e *Água Viva*, a articulista os chama de escritos nômades, pois apresentam “a subjetividade contemporânea de expressão do pensamento liberto de dogmatismos” (NINA, 2002, p. 16).

Há no artigo uma análise sob perspectiva feminista, que aborda nas obras clariceanas o papel da mulher na sociedade. Como infere Nina (2002, p. 15), “as mulheres da história também se calam e tão pouco conseguem se inscrever como sujeito narrante”. Assim, se coloca como um artigo de análise crítica feminista, e utiliza como principais referências teóricas Julia Kristeva e Hélène Cixous.

Em “O fio metálico em *Água Viva*”, publicado pela revista *Letras de hoje*, em 2005, a articulista Luciana Abreu Jardim analisa a obra de Clarice Lispector, *Água Viva*, sob a perspectiva das sensações da escrita e do que a obra desperta unindo-se ao fato de a narradora ser uma pintora, interferindo assim no sistema sinestésico da obra.

Apesar de Jardim utilizar referências teóricas como Helène Cixous e Julia Kristeva, não há no artigo abordagens analíticas feministas.

O aporte teórico conta com as teorias de Roland Barthes, Alfredo Bosi, Antonio Candido, Hélène Cixous, Nádia Battella Gotlin, Luciana Abreu Jardim, Elias José, Julia Kristeva, Clarice Lispector, Benedito Nunes, Léo Gilson Ribeiro, Olga de Sá e Paul Virilio.

O artigo “A cena interrompida”, publicado na revista *Literatura e sociedade*, em 2000, de Teresa Vara, corresponde a um capítulo do livro *Porta-retrato*, em que se procura resgatar

a relação do leitor com o imaginário e o inconsciente no ato crítico da leitura, com uma construção que mistura gêneros, traz as teorias que pretende elucidar em um formato de conto, com imagens e citações a pinturas que vão moldando o imaginário que pretende despertar no leitor.

No entanto, não há no artigo nenhuma análise sobre Clarice Lispector. Existe somente uma única citação sobre uma palestra vista a respeito da escritora, não podendo ser considerado monográfico, não utilizando também teorias críticas feministas.

Há referências aos seguintes teóricos: Sérgio Paulo Rouanet, José Miguel Wisnik, Panofskv Klibanski e Fritz Saxl.

O artigo “Cartas em foco: Clarice Lispector e o teatro”, publicado na revista *O eixo a roda*, em 2003, de André Luís Gomes, é uma análise de cartas de Lispector, que continham apreciações sobre a arte dramática da época. Aborda ainda questões referentes à escrita de Lispector, com um teor que pode ser considerado feminista: “sua linguagem é metafórica e reflexiva; nos hiatos do texto é que se pode reconhecer o grito social nos perfis femininos é que se desenha a submissão e a infelicidade de mulheres presas a um mundo burguês e hipócrita” (GOMES, 2003, p. 110).

O aporte teórico utilizado se divide em críticas de Clarice Lispector, como Berta Waldman, Aparecida Maria Nunes e Olga de Sá, e teóricos do teatro como Décio de Almeida Prado, Constantin Stanislavski e Benedito Nunes.

O artigo “Questionando a identidade da literatura: *A legião estrangeira*, de Clarice Lispector”, publicado na revista *O eixo e a roda*, em 2004, de Arnaldo Franco Júnior, analisa que a escrita de Lispector se constitui de estratégias de questionamento e relativização dos valores do sistema literário e traz reflexões sobre a identidade do texto literário. A partir da própria divisão do livro *A legião estrangeira* em duas partes, chamadas “Contos” e “Fundo de gaveta”, o articulista indica momentos de transformação na obra da escritora.

As referências utilizadas no artigo são de teóricos clássicos da área literária como Mikhail Bakhtin, Roland Barthes, Viktor Chklovsky, Linda Hutcheon, e os filósofos Gilles Deleuze, Maurice Merleau-Ponty e Umberto Eco. São utilizadas também as críticas de Benedito Nunes e Nádia B. Gotlib sobre Lispector. Não há na análise abordagens feministas.

O artigo “O diabo provavelmente: luto e cisão comunitária em *A hora da estrela*, de Clarice Lispector”, escrito por Emílio Maciel, foi publicado pela revista *O eixo e a roda*, em 2013. Ele aborda estratégias intrusivas e autodesqualificadoras, como infere o articulista, do narrador Rodrigo S.M. no livro *A hora da estrela*. O artigo tem como foco o romance de 1930

no Brasil, que aborda a miséria social brasileira. Há uma breve ligação dele com o romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos e o poema “O leiteiro”, de Carlos Drummond de Andrade.

O articulista dimensiona as insensibilidades desse narrador que em nenhum momento do romance, dá voz à sua protagonista. Porém, mesmo reconhecendo essa característica do narrador, a questão do gênero não é abordada no artigo.

O autor do artigo questiona as posições do narrador em relação à sua personagem, reconhecendo uma arrogância e prepotência em Rodrigo S.M., mas também uma confusão mental presente nele em relação a Macabéa:

Capaz de contrair e dilatar a seu bel-prazer a velocidade da história, num registro que conhece talvez seu momento mais forte na longa suspensão que assinala a morte de Macabéa, trata-se de uma voz que – com sua compulsão a interromper o curso dos fatos para comentá-los – não faz qualquer esforço em disfarçar sua falta de gentileza com a protagonista, tratada por vezes como um carretel a ser arremessado e puxado de volta ao sabor dos instáveis humores de seu demiurgo. Em não poucas passagens do livro, aliás, é um demiurgo que mal consegue segurar a vontade de livrar-se em definitivo do seu brinquedo incômodo (MACIEL, 2013, p.134).

O aporte teórico do artigo citado é composto por teóricos ligados aos problemas de classe, como Adorno, Roberto Schwarz, e ligados à psicologia e à filosofia, como Freud e Deleuze, respectivamente.

As publicações expostas acima explanam a obra da escritora Clarice Lispector sob diversas abordagens, algumas mais comuns e que se repetem, outras sob perspectivas mais clássicas, outras mais contemporâneas.

Um modo de análise com recorrência entre os artigos foi o de aplicar teorias literárias e pensar o campo literário nas obras de Lispector, como teorias da narrativa, teorias do conto, teorias da mitologia, teorias da modernidade. A maioria desses teve foco em somente uma obra, principalmente nos contos, alguns contos de *A legião estrangeira*, e os outros sobre o conto “O búfalo”.

Outro modo de análise recorrente nos artigos, mesmo que sob diferentes olhares e teorias, foi o de abordar a linguagem, os modos de escrita – espécie de escrita em construção, e como essa escrita pode ser considerada vanguardista por trazer a subjetividade e as questões da modernidade para as narrativas da escritora.

Tais análises foram abrangentes em relação às obras, trataram da obra como um todo, dando exemplos de um romance e outro, um conto e outro. Em dois artigos, as análises focaram em uma só obra, um deles no conto “Os desastres de Sofia”, e o outro no romance *A cidade sitiada*.

O conto “Amor” foi analisado em mais de um artigo, e analisados também os contos “Os laços de família”, “Obsessão” e “Perdoando Deus”. De romances, foram feitas análises de *Água viva*, *A paixão segundo G.H.* e com destaque, analisada em cinco artigos, a obra *A hora da estrela*. Além disso, tivemos artigos com análises focadas na análise das traduções, outros analisando as cartas de Lispector e outros com foco em suas publicações em jornais e revistas. E outras questões, como a representação do animal na literatura, representação da cidade, estética do divino e do grotesco, teatro, recepção, manuscritos.

Quanto à análise dos artigos sob uma perspectiva crítica feminista, essa compreensão, como aponta Guacira Lopes Louro (1997), contempla uma pesquisa interessada e comprometida e que fala a partir de um dado lugar, entendendo que na

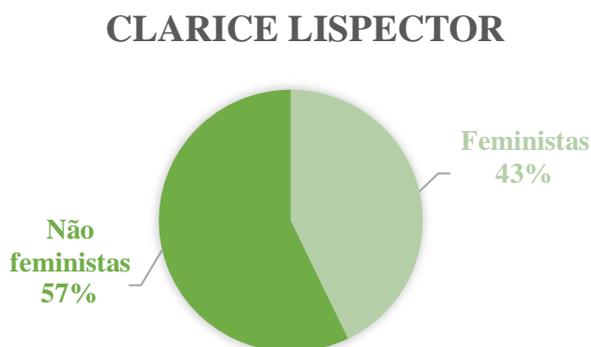
crítica dos Estudos Feministas não há possibilidade — nem pretensão — do estabelecimento de um conjunto de conceitos teórico-metodológicos assentados, estáveis, mais ou menos indiscutíveis e aceitos por todas/os. A proposição é operar com categorias analíticas instáveis, é movimentar-se em meio a um campo teórico que está em contínua construção, que acolhe a crítica como parte de sua construção (LOURO, 1997, p. 145).

Os artigos que tiveram apontamentos críticos sobre o papel da mulher na sociedade, que dialogaram com conceitos e teorias ou categorias analíticas instáveis, como Louro afirma, foram considerados feministas. Assim, a abordagem feminista apareceu em doze artigos, sendo que em quatro são citadas teorias feministas, como as de Anna M. Klobucka, Betty Friedan, Guacira Lopes Louro, Hélène Cixous, Maria Lúcia Rocha-Coutinho, Nádia Batella Gotlib, Nelly Richard e Rosiska Oliveira. E em oito artigos, são levantados questionamentos a respeito da mulher na sociedade representada nas obras ou personagens clariceanas, não sendo o foco principal na análise.

Um desses quatro artigos foca suas análises na escritora mulher, que está em um espaço não convencional, o da escrita. Os outros três focam suas análises em contos ou romances da escritora que apresentam em comum as representações de identidades da mulher e as opressões do espaço patriarcal. Nos dois há a análise do conto “Amor”, e em um aborda-se também “Os laços de família”, no outro “Obsessão”, no terceiro os romances *Cidade sitiada* e *O lustre*.

Quanto aos números, temos doze artigos sobre Clarice Lispector que foram analisados sob perspectivas feministas, e dezesseis que não abordaram nenhuma questão relacionada a gênero, como aponta abaixo o Gráfico 1.

**Gráfico 1 - Artigos feministas e não feministas sobre a obra de Clarice Lispector.**



**Fonte: Elaboração da Autora. 2019.**

Por um lado, o fato de a maioria dos artigos abordarem diversas questões, modos de análise e teorias diferentes é interessante, pois coloca a escritora em um lugar da análise que não se restringe ao fato da autoria feminina, ou “modo de escrita feminina”, como parece ser colocado pelo senso comum, que inferioriza essa escrita apenas por saber ter sido feita por mulheres. Como afirma Hélène Cixous (2017, p. 130), “o imaginário das mulheres é inesgotável, como a música, a pintura, a escritura: as efusões de seus fantasmas são inauditas”. Sabe-se ainda que o discurso nunca foi o local de expressão da mulher, como afirma Cixous:

Existem escrituras bem características; que a escritura tem sido, até o momento, repressora, de maneira bem mais acentuada do que se possa suspeitar, ou confessar, gerada por uma economia libidinal e cultural – portanto política, tipicamente masculina –, um lugar em que se reproduz mais ou menos conscientemente, e de maneira temível, pois frequentemente ocultada, adornada com os charmes mistificadores da ficção, a repressão da mulher; um lugar que zombou grosseiramente de todos os signos da oposição sexual (e não da diferença) e em que a mulher nunca teve seu discurso (CIXOUS, 2017, p. 134).

Dessa forma, essa escrita de mulher, da mulher Clarice Lispector, como é estudada a partir de tantos olhares, infere-se que ela também está dentro de um cânone.

A respeito dos artigos analisados sob perspectivas feministas, o número foi relevante, quase metade. E não ler o tema da emergência do feminino em Lispector, indicaria uma fratura, segundo Lúcia Helena (1997, p. 27), seria não ler Clarice Lispector num de seus traços específicos. E acrescenta:

Considere-se o tratamento que ela oferece à situação contraditória e ambígua das suas personagens femininas e masculinas, que vivem em estado de simultâneo aprisionamento, rebelião e nomadismo, numa sociedade de bases patriarcais – nesse momento, Lispector acena para uma questão candente, ao articular a opressão da mulher e do feminino para além da existência de um programa declaradamente feminista (HELENA, 1997, p. 27).

Desta forma, é possível encontrar, nesse pequeno panorama, questões complexas que formam as estruturas do campo e da crítica literárias. E de fato as questões feministas – mesmo em obras em que a mulher está sendo colocada e há denúncias, ainda que discretas, a figura da mulher em relação às opressões patriarcais – não são nem o principal foco do que se analisa em suas obras, e, por vezes, nem são sequer mencionadas.

### 3.2 CAROLINA MARIA DE JESUS

Foram listados pela pesquisa dos periódicos sete artigos monográficos sobre a escritora Carolina Maria de Jesus. Dentre eles, quatro foram publicados pela revista *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, dois pela revista *Ipotesi* e um pela revista *Itinerários*, e são apresentados, conforme a Tabela 5.

**Tabela 5 - Quadro-síntese dos artigos sobre a obra de Carolina Maria de Jesus.**

<b>Artigos</b>	<b>Revista</b>	<b>Ano</b>	<b>Autoria</b>	<b>Instituição</b>
“As subjetividades (de) formadoras e (trans) formadoras de Carolina Maria de Jesus”	<i>Estudos</i>	2003	Maria Madalena Magnabosco	Doutoranda UFMG Prof <sup>a</sup> Fac. Sta. Rita de Cássia
“Aquém do quarto de despejo: a palavra de Carolina Maria de Jesus”	<i>Estudos</i>	2003	Elzira Divina Perpétua	Coordenação PUC- Minas
“Carolina Maria de Jesus e a autorepresentação literária da exclusão social na América Latina: olhares reversos aos de Eduardo Galeano e Octávio Paz”	<i>Estudos</i>	2014	Larissa Paula Tirloni  Marcelo Marinho	Doutoranda Unioeste  Prof. Unila
“A censura ao direito de sonhar em <i>Quarto de Despejo</i> de Carolina Maria de Jesus”	<i>Estudos</i>	2014	Luciana Paiva Coronel	Professora FURG
“Favela, espaço e sujeito: uma relação conflituosa”	<i>Ipotesi</i>	2011	Ana Beatriz Rodrigues Gonçalves Denise Aparecida do Nascimento	Professora UFJF  Doutoranda UFJF
“Literatura de periferia e mercado: reflexões acerca do caso Carolina Maria de Jesus”	<i>Ipotesi</i>	2011	Luciana Paiva Coronel	Professora FURG
“Percurso de uma poética de resíduos na obra de Carolina Maria de Jesus”	<i>Itinerários</i>	2008	Raffaella Andréa Fernandez	Mestra UNESP

**Fonte: Elaboração da Autora. 2019.**

O artigo “As subjetividades (de) formadoras e (trans) formadoras de Carolina Maria de Jesus”, publicado, em 2003, pela revista *Estudos*, de Maria Madalena Magnabosco, levanta as questões de gênero e da mulher na sociedade, do espaço da cultura sendo ligado a um espaço masculino e as construções que se ergueram em torno dessa perspectiva.

A partir daí, traz Carolina Maria de Jesus para seu foco, apresenta a vida marginalizada da escritora e destaca que a escritora “foi a expressão de um corpo-*corpus* estranho ao arquivo patriarcal e literário da época” (MAGNABOSCO, 2003, p. 88). Além disso, segundo a articulista, a escritora escreveu a partir de outras memórias que não as esperadas pelos arquivos dos cânones literários e de gênero da época, e seus textos são “exemplos de (de)formações que transformaram a subjetividade do sujeito do feminino aqui representado por Carolina Maria de Jesus” (MAGNABOSCO, 2003, p. 93).

O artigo é considerado feminista, porém não há teorias críticas feministas. Em seu aporte, há referências a Pierre Bourdieu e Elias Canetti.

O outro artigo, publicado, também em 2003, pela *Estudos*, intitulado “Aquém do quarto de despejo: a palavra de Carolina Maria de Jesus”, de Elzira Divina Perpétua, tem o foco na relação entre Audálio Dantas, jornalista que descobriu a escritora, e Carolina Maria de Jesus, e sobre como foram feitas as publicações e edições de seus livros. Segundo Perpétua (2003),

o nascimento do livro ocorre entre dois desejos distintos: para Audálio Dantas, desde o início, a contribuição dos diários para a causa social em que acredita e que defende naquele contexto; para Carolina, representa a possibilidade concreta de sobressair-se culturalmente e o caminho para sair, literalmente, da favela (PERPÉTUA, 2003, p. 68).

A questão da identidade não passa despercebida no artigo. A articulista observa: “vemos em *Quarto de despejo* que Carolina situa-se ora como mera testemunha que registra um documento da favela, ora como personagem e modelo dos dramas que se desenvolvem diariamente a seus olhos”, e expressa um comentário preconceituoso, ao chamar a escritora de ousada, por não se contentar “apenas em narrar as agruras dos miseráveis” (PERPÉTUA, 2003, p. 82).

A questão de gênero aqui não é abordada e a articulista utiliza em seu aporte, teóricos como Béatrice Didier, Jacques Dubois, Robert Escarpit, Michel Foucault, Philippe Lejeune, Robert M. Levine, Wilson Martins, José Meihy e Marilene C.V. Melo.

O artigo “Carolina Maria de Jesus e a autorepresentação literária da exclusão social na América Latina: olhares reversos aos de Eduardo Galeano e Octávio Paz”, publicado também pela revista *Estudos*, em 2014, de Larissa Paula Tirloni e Marcelo Marinho, traz uma

perspectiva comparada dos autores referidos no título do artigo e suas diferentes perspectivas ao abordarem personagens marginalizadas.

A respeito da escritora, os articulistas inferem que Carolina Maria de Jesus concebe e elabora uma inédita imagem literária de seu próprio segmento social, denuncia as mazelas de um povo sofrido, silenciado e esquecido, formado por pessoas “que eles não são, mesmo que sejam”, seres reificados “que não têm nome, mas número” (TIRLONI, MARINHO, 2014, p.263. Tradução nossa<sup>26</sup>), equivalentes a “objetos que estavam na sala de visita e foram para o quarto de despejo” (JESUS, *apud* TIRLONI, MARINHO, 2014, p. 263).

Na citação, colocam-na em perspectivas dos outros autores, a identificam como a escritora que fala de onde está e a partir do que vive. Há a identificação e as dificuldades de ser uma escritora mulher, favelada e negra, mas as questões de gênero não são abordadas, são focos principais as questões de classe e raça. Como referências, utilizam os teóricos e teóricas Antonio Candido, Karla Pereira Cunha, Terry Eagleton, Marisa Lajolo, Maria Eunice Moreira, Márcia Regina Naxara, Daniel-Henri Pageaux, Luana Teixeira Porto e João Ubaldo Ribeiro.

No artigo “A censura ao direito de sonhar em *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus”, por Luciana Paiva Coronel, publicado pela revista *Estudos*, no ano de 2014, há questionamentos sobre a visibilidade da autora na época de lançamento de seu livro atendendo às demandas mercadológicas, mas posteriormente sendo novamente apagada. São tratadas as questões de alteridade, desigualdade, racismo, violência, questões ligadas aos estudos pós-coloniais e de representação.

A autora considera diversos aspectos referentes ao papel da mulher, negra e catadora de papel enquanto escritora, evidenciando a pluralidade da identidade de Carolina Maria de Jesus e inferindo que o texto da escritora é mais que um texto documental da época e do espaço, como foi colocado na mídia por muito tempo, e ainda que foge ao que se esperava de uma “literatura feminina”. Isso porque “os diários de Carolina Maria de Jesus não se identificam com a esfera familiar apenas, pois discorrem também sobre as dificuldades do trabalho e temas variados, como a política” (CORONEL, 2014, p. 279). Além disso, afirma que a escritora rompe drasticamente com o silenciamento a que é conduzida pela cultura hegemônica uma mulher subalterna.

É um artigo que analisa questões de gênero e em seu aporte teórico utiliza teorias feministas, além de outras. Entre os/as teóricos/as estão Antonio Candido, Regina Dalcastagnè,

---

<sup>26</sup> “*Que no son, aunque sean*”, seres reificados “*que no tienen nombre, sino número*” (TIRLONI, MARINHO, 2014, p. 263).

Jaime Ginzburg, José Carlos Sebe Bom Meihy, Robert Levine, Elzira Divina Perpétua, Michele Perrot, Gayatri Chakravorty Spivak, Carlos Vogt.

O artigo “Favela, espaço e sujeito: uma relação conflituosa”, publicado pela revista *Ipotesi*, em 2011, de Ana Beatriz Rodrigues Gonçalves e Denise Aparecida do Nascimento, procura estabelecer relações entre sujeito e território, centro e periferia a partir da análise da obra *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, discutindo o espaço geográfico da favela.

As questões de classe e raça são muito discutidas, ligando a composição das favelas ao processo abolicionista, com todas suas complexidades e desigualdades, gerando a invisibilidade da população negra e o fato de a escritora pertencer a essas estruturas marginais. Não há análises feministas, tampouco questões do feminismo negro, ou interseccional, discutido no capítulo 2.

As referências utilizadas são de teorias que discutem essas questões de raça e classe e da modernidade e colonialidade, como Zygmunt Bauman, Florestan Fernandes, Rogério Haesbaert, Suzana Pasternak, Arlete Moysés Rodrigues, Edward Said, Jessé Souza, Yi Fu Tuan, Lícia do Prado Valladares e Maria Cristina Cortez Wissenbach.

O artigo intitulado “Literatura de periferia e mercado: reflexões acerca do caso de Carolina Maria de Jesus”, publicado na revista *Ipotesi*, em 2011, de Luciana Paiva Coronel, tem como foco a relação da literatura chamada periférica com o mercado editorial e suas negociações. Segundo a articulista, a mídia e a crítica delimitaram às literaturas de periferia a experiência de vida dos autores, efetivamente moradores das regiões que são o tema central como discurso único a ser apresentado em suas obras, porém “tal enquadramento despoja os diferentes textos de outros matizes, de outros alcances, que variam em cada um dos casos” (CORONEL, 2011, p. 64), trazendo como exemplo a obra de Carolina Maria de Jesus.

O artigo contém reflexões e teorias críticas feministas ao abordar a identidade da escritora analisada no artigo e as questões de subalternidade que a envolvem. O referencial teórico se baseia em teóricos da cultura contemporânea, como Wendell de Freitas Amaral, Pierre Bourdieu, Antonio Candido, Mike Davis, Michel de Certeau, Stuart Hall, Michele Perrot, Boaventura de Souza Santos, Gayatri Chakravorty Spivak e Carlos Vogt.

O artigo “Percursos de uma poética de resíduos na obra de Carolina Maria de Jesus”, publicado, em 2008, pela revista *Itinerários*, de Raffaella Andréa Fernandez, analisa a obra *Quarto de despejo* como uma obra híbrida, que é diário e romance e reportagem, com ares de depoimento e ficção. Fernandez (2008, p. 126) infere que Carolina aponta para uma “desterritorialização dos processos simbólicos” ao construir uma narrativa impura, de caráter multicultural “pela mistura de várias épocas, por fronteiras linguísticas que favorecem movimentos interculturais e desterritorializados, e também gera incertezas devido às relações

biculturais na qual está inserida: um amálgama do universo culto e do universo iletrado” (FERNANDEZ, 2008, p. 129).

A articulista aborda a questão do gênero, mesmo sem usar teorias feministas, ao localizar a identidade da escritora, e aponta que “a narrativa de Carolina demonstra a insatisfação e um tipo de problemática da situação feminina, de uma mulher negra e favelada” (FERNANDEZ, 2008, p. 143).

O referencial teórico é baseado principalmente em teóricos da sociologia e da clássica crítica literária, como Júlia Almeida, Homi K. Bhabha, Mikhail Bakhtin, Walter Benjamin, Néstor Garcia Canclini, Euridice Figueredo, José Carlos Sebe Bom Meihy, Gilles Deleuze, Félix Guattari e George Lukács.

Os artigos citados sobre Carolina Maria de Jesus foram todos escritos por articulistas mulheres, dois artigos por uma mesma pessoa, dentre eles, um dos artigos foi escrito por uma mestra, os demais foram escritos por professoras universitárias, e dois desses em coprodução com doutorandas.

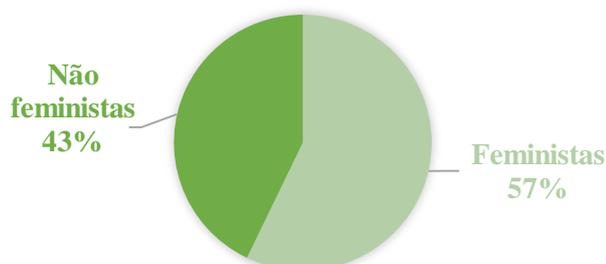
Todos os artigos abordam a questão da identidade da autora, principalmente em relação à raça e à classe. Dos sete artigos, quatro colocam a questão do fato de Carolina Maria de Jesus ser mulher e a condição de ser escritora diante de tantas dificuldades. Desses quatro, três utilizam teorias críticas feministas, sendo que dois desses são de mesma autoria.

A perspectiva da literatura marginal aparece em todos os artigos, e todos são sobre a obra *Quarto de despejo*, caracterizada muitas vezes como literatura de testemunho, mesmo que erroneamente, tendo em vista sua condição de favelada à época do diário.

O Gráfico 2 aponta a porcentagem de artigos feministas e os não feministas.

**Gráfico 2 - Artigos feministas e não feministas sobre a obra de Carolina Maria de Jesus.**

## CAROLINA MARIA DE JESUS



Fonte: Elaboração da Autora. 2019.

Em alguns artigos aparece o questionamento a respeito do lugar em que a obra e a autoria marginalizada de Carolina Maria de Jesus foram inseridas e veiculadas pela mídia e pelas instituições literárias e recebidas pelos leitores, porém sem se ater tanto às questões de gênero, pois as questões de raça e classe preponderam nas análises dos artigos.

### 3.3 CECÍLIA MEIRELES

A pesquisa dos periódicos apontou sete artigos monográficos sobre a escritora Cecília Meireles, divididos em publicações em três revistas: um publicado pela revista *Itinerários*, cinco publicados pela revista *Letras de Hoje*, em edições diferentes, e outro publicado pela revista *O eixo e a roda*. Segue abaixo a descrição da análise dos artigos apresentados na Tabela 6.

**Tabela 6 - Quadro-síntese dos artigos sobre a obra de Cecília Meireles.**

<b>Artigos</b>	<b>Revista</b>	<b>Ano</b>	<b>Autoria</b>	<b>Instituição</b>
“Cecília Meireles: momentos e canções”	<i>Itinerários</i>	2002	Vera Márcia Paráboli Silva Vidigal Milanesi	Doutora UNESP
“Doze noturnos de Holanda: noite nefasta ou benfazeja noite?”	<i>Letras de hoje</i>	2009	Silvana Augusta Barbosa Carrijo	Profa. UFG
“ <i>Mundus imaginalis</i> na poesia de Cecília Meireles”	<i>Letras de hoje</i>	2011	Ana Maria Lisboa de Mello	Profa. PUC-RS
“Análise de <i>Província</i> , de Cecília Meireles”	<i>Letras de hoje</i>	2011	Jaime Ginzburg	Prof. USP
“A memória dos Açores na escrita de Cecília Meireles”	<i>Letras de hoje</i>	2012	Ana Maria Lisboa de Mello	Profa. PUC-RS
“Cecília Meireles por ela mesma e sobre outras mulheres: sua autobiografia e a representação do feminino no Brasil do início do século XX”	<i>Letras de hoje</i>	2014	Gisele Pereira de Oliveira	Profa. UNESP - Assis
“ <i>Romanceiro da Inconfidência</i> : a construção de uma biografia em falsete”	<i>O eixo e a roda</i>	2013	Kátia da Costa Bezerra	Universidade do Arizona

**Fonte: Elaboração da Autora. 2019.**

O artigo “Cecília Meireles: Momentos e canções”, publicado pela revista *Itinerários*, em 2002, de Vera Márcia Paráboli Silva Vidigal Milanesi, analisa alguns poemas do livro *Canções*, com o intuito de identificar na produção de Meireles a temática da lírica moderna. Um dos temas abordados é a desventura do viver e a busca por um sentido maior da existência.

Segundo a articulista, “entre esses poetas líricos modernos, destaca-se Cecília Meireles, de cuja obra pudemos saborear o lirismo a fluir de suas metáforas, imagens, visões”.

O aporte teórico se dá através de teóricos literários clássicos, como Juan Eduardo Cirlot e Hugo Friedrich.

Em “*Doze noturnos de Holanda: noite nefasta ou benfazeja noite?*”, artigo publicado pela revista *Letras de hoje*, em 2009, de Silvana Augusta Barbosa Carrijo, há a análise do livro de poemas citado no título do artigo, *Doze noturnos de Holanda*, a partir de uma perspectiva hermenêutica, de uma teoria antropológica do imaginário e simbólica da noite e da água e suas relações com a morte.

Segundo a articulista, a leitura desses poemas “em sua inteireza provoca-nos uma espécie de prazerosa sonolência, advinda talvez da acalmia típica das obras de Cecília Meireles” (CARRIJO, 2009, p. 64). É essa referência que faz à obra da poeta. Não há questões de gênero ou referentes ao fato de Cecília Meireles ser mulher.

O referencial teórico abarca questões filosóficas e literárias do imaginário, sob as perspectivas de teóricos como Gaston Bachelard, Darcy Damaceno, Gilbert Duran, Mircea Eliade e Maria Zaíra Turch.

O artigo “*Mundus imaginalis* na poesia de Cecília Meireles”, publicado em 2011, pela revista *Letras de hoje*, de Ana Maria Lisboa de Mello, busca o símbolo, a metafísica na poesia moderna de Cecília Meireles, por meio do ponto entre o absoluto e o sensível, identificados na linguagem e no lirismo.

São utilizados críticos literários clássicos e filósofos para subsidiar a análise do artigo, como: Gaston Bachelard, Yves Bonnefoy, Ferdinand Brunetère, Jean Burgos, Jean Chateau, Michel Collot, Henry Corbin, Gilbert Durand, Mircea Eliade, Cynthia Fleury, Philippe Forest, Robert Graves, Stéphane Mallarmé, Ana Maria Lisboa de Mello, Nuno Sampaio e Mihae Son.

“Análise de *Província*, de Cecília Meireles”, artigo de Jaime Ginzburg, também publicado pela revista *Letras de hoje*, em 2011, trata dos aspectos formais da obra citada em seu título, *Província*, que ao utilizar recursos formais, característicos da tradição portuguesa, colocam em cena um conjunto de problemas modernos de alta complexidade.

O aporte teórico abarca os filósofos Theodor Adorno e Georg Wilhelm Friedrich Hegel.

O artigo “A memória dos Açores na escrita de Cecília Meireles”, publicado pela *Letras de hoje*, em 2012, de Ana Maria Lisboa de Mello trata da ligação de Cecília Meireles com Portugal, devido à sua criação com a avó portuguesa. Menciona alguns poemas de Cecília que tratam dessa temática, ligado ao imaginário, à presença do mar, metaforizando mistério, profundidade, representando o tom metafísico da poeta.

O artigo não faz nenhuma alusão ao gênero da autora ou levanta questões feministas. O embasamento teórico é voltado para os conceitos poéticos, de teóricos como Pedro Bloch, Margarida Maria Gouveia, Vitorino Nemésio, Celestino Sachet e Emil Staiger.

Em “Cecília Meireles por ela mesma e sobre outras mulheres: sua autobiografia e a representação do feminino no Brasil do início do século XX”, publicado em 2014, também pela revista *Letras de hoje*, a articulista Gisele Pereira de Oliveira analisa a obra *Olhinhos de gato*, sob duas perspectivas. A primeira se baseia nas teorias de Philippe Lejeune sobre autobiografia, a segunda é sobre a representação do feminino nessa obra, cujas personagens são em sua maioria mulheres, como um reflexo das mulheres do século XX.

A articulista propõe que da mesma forma que a sociedade delimita diferentes papéis às mulheres, elas, em sua singularidade individual, apresentam vozes únicas, pessoais. Assim, “Cecília Meireles apresenta sua voz em *Olhinhos de gato* como uma menina e celebra a posição da mulher embalada em histórias e cantigas. Essa é sua voz, sua escolha de melodia para, nos parece, mais celebrar o feminino na sociedade do que criticar” (OLIVEIRA, 2014, p. 489).

Há nesse artigo, portanto, alguma reflexão sobre o papel da mulher na sociedade e sua representação na obra de Cecília Meireles, por uma ótica que pode ser considerada feminista. Compreende-se, pois, que o caso das mulheres e sua história foi “pouco iluminado pelos refletores históricos” (OLIVEIRA, 2014, p. 494).

As referências se atêm às teorias de Philippe Lejeune e outros críticos literários, como Mikhail Bakhtin, Pedro Bloch, Antonio Candido, Bella Josef, Valéria Lamego, Cremilda de A. Medina, Margarida de Souza Neves, Ana Maria Domingues de Oliveira, Ana Amelia Barros Coelho Pace, Marcela Ernesto dos Santos, Ataiena V. da L. Miguel Sobrinho, Wanessa Rayzza L. de F. M. Vanderlei.

O artigo “Romanceiro da Inconfidência: a construção de uma biografia em falsete”, publicado em 2013 pela revista *O eixo e a roda*, de Kátia da Costa Bezerra, analisa *Romanceiro da Inconfidência*. A autora afirma que a obra traz elementos que contribuem para a formação de um catálogo que problematiza políticas identitárias e de construção de nação. Sob essa perspectiva, ela levanta a questão das estruturas sociais da época da escravidão e de que forma as mulheres foram inseridas nessas estruturas patriarcais, através da análise das personagens que compõem os poemas nessa obra de Cecília Meireles.

Segundo Bezerra (2013, p.115), a obra apresenta “versos marcados pela ausência de verbos, o que parece querer apontar para a incapacidade dessas mulheres de ter livre arbítrio e agir, a voz poética descreve de forma concisa o cotidiano de mulheres restritas ao espaço da

casa”. São análises como essa que afirmam o caráter feminista do artigo, mesmo sem utilizar teóricas feministas em suas referências.

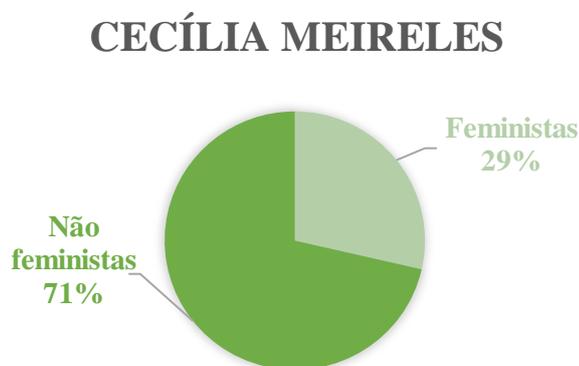
O aporte teórico utiliza pensadores do campo da história e da memória, em sua maioria. Os teóricos foram Michael W. Apple, Benedict Anderson, Roland Barthes, Leopoldo M. Bernucci, José Murilo de Carvalho, Marilena Chauí, Gilles Deleuze, Maurice Halbwachs, Lawrence Kirmayer, Valéria Lamego, Yolanda Lima Lobo, Kenneth Maxwell, Luiz Franco Moreira, Arnaldo Niskier, Jeffrey K. Olick, Raymond Williams, Nira Yuval-Davis e Floya Anthias.

Dos sete artigos monográficos que abordaram a escritora Cecília Meireles, somente um foi escrito por um homem, os demais por mulheres. Em um deles, escrito em coprodução de doutoranda e docente, um deles de uma doutora, e os outros cinco são de professoras acadêmicas, dois deles escritos pela mesma articulista.

A temática tratada é diversa, porém há um destaque de abordagem: os símbolos e as metáforas existentes nas obras da escritora.

O Gráfico 3 indica as porcentagens de artigos, se feministas ou não.

**Gráfico 3 - Artigos feministas e não feministas sobre a obra de Cecília Meireles.**



**Fonte: Elaboração da Autora. 2019.**

Dos sete artigos, dois levantam questões relacionadas à presença de personagens nas obras de Meireles, que refletem a posição das mulheres da época, levantando questionamentos críticos a respeito dessa posição. Contemplam uma análise sob perspectivas feministas, mesmo sem nenhum deles utilizar, como referência, teóricas feministas.

### 3.4 HILDA HILST

A pesquisa dos periódicos indicou seis artigos monográficos sobre a escritora Hilda Hilst, em publicações de anos variados, em três revistas: a maioria dos artigos, quatro deles, foram publicados pela revista *Estudos*, um pela revista da *Abralic* e um pela *Itinerários*. Abaixo da Tabela 7 estão suas análises.

**Tabela 7 - Quadro-síntese dos artigos monográficos sobre a obra de Hilda Hilst.**

<b>Artigos</b>	<b>Revista</b>	<b>Ano</b>	<b>Autoria</b>	<b>Instituição</b>
“Entre o céu e as caldeiras: espectros desconstrutivos em ‘Agda’ de Hilda Hilst”	<i>Abralic</i>	2007	Lilia Loman	Doutora University of Nottingham
“Da poesia erudita à narrativa pornográfica: sobre a incursão de Hilda Hilst no pós-modernismo”	<i>Estudos</i>	2003	Ermelinda Ferreira	Profa. UFPE
“ <i>Rútilo nada</i> , de Hilda Hilst: confissão e deslocamento das paixões”	<i>Estudos</i>	2005	Gabriel Albuquerque	Prof. UFAM
“Narrando a edição: escritores e editores na <i>Trilogia obscena</i> de Hilda Hilst”	<i>Estudos</i>	2009	Luciana Borges	Profa. UFG
“A impossibilidade de dizer o indizível: reflexões sobre o duplo na novela ‘O unicórnio’, de Hilda Hilst”	<i>Estudos</i>	2014	Willian André	Doutorando UEL
“Hilda Hilst e a (im)possibilidade de (se) dizer”	<i>Itinerários</i>	2011	Nilze Maria de Azeredo Reguera	Doutoranda UNESP - Araraquara

**Fonte: Elaboração da Autora. 2019.**

O artigo “Entre o céu e as caldeiras: espectros desconstrutivos em ‘Agda’ de Hilda Hilst”, publicado pela revista da *Abralic*, em 2007, de Lilia Loman, analisa os contos homônimos da escritora Hilda Hilst, a partir das personagens e da forma da escrita, fazendo ainda uma alusão ao conto “Hamlet”, de Wiliam Shakespeare. A bibliografia utilizada faz referência a clássicos teóricos literários, como Roland Barthes, Walter Benjamin e Jacques Derrida.

O artigo “Da poesia erudita à narrativa pornográfica: sobre a incursão de Hilda Hilst no pós-modernismo”, publicado pela revista *Estudos*, em 2003, de Ermelinda Ferreira, aborda a mudança de estilo e de temática de Hilst, que ao perceber que seus livros não eram lidos, se enveredou para a metaficção erótica.

A articulista faz uma longa explanação sobre o conceito das ficções eróticas e do gênero pornográfico, e levanta questões sobre o pós-modernismo, e então analisa os *Caderno Rosa* e *Caderno Negro*, de Hilst.

Apesar de ser um tema não tradicional, não é possível dizer que se trata de uma análise sob perspectiva feminista, pois não há considerações sobre o fato desse tema ser trabalhado por uma mulher, ou pela personagem do livro explorado também ser mulher, nem outras reflexões acerca desse tema.

O aporte teórico indica autores como John Barth, Jorge Luis Borges, Pedro Butcher, Lewis Carroli, Iñer Christensen, Gilles Deleuze, Umberto Eco, Leslie Fiedler, Ferreira Gullar, Linda Hutcheon, Milan Kundera, Jean-François Lyotard, Roberto Corrêa dos Santos, Susan Sontag, Patricia Waugh.

Em “*Rútilo nada*, de Hilda Hilst: confissão e deslocamento das paixões”, publicado pela revista *Estudos*, em 2005, Gabriel Albuquerque aborda a questão do lugar social de um narrador-personagem e o que esse lugar dá para o tom de uma narrativa, analisando a partir desse ponto, o romance *Rútilo Nada*, de Hilst.

Há no artigo uma reflexão sobre uma “ordem” de organização social moderna que estimula a guerra e promove “o assassinato de mulheres, de crianças, de minorias étnicas, de homossexuais e de toda uma massa humana” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 152), que “escolhem uma maneira de viver diversa daquela que a ordem permite” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 152). Tal análise indica um diálogo com concepções de teorias feministas. Mesmo sem referências diretas e mesmo não sendo esse o foco do artigo, é possível inferir tal análise. O aporte teórico conta com o crítico literário brasileiro Roberto Schwarz.

Em “Narrando a edição: escritores e editores na *Trilogia obscena* de Hilda Hilst”, artigo de Luciana Borges, publicado em 2009, pela revista *Estudos*, analisa-se o campo literário brasileiro a partir da obra *Trilogia obscena* de Hilst. A articulista vai, ao longo de seu texto, explicando as relações da obra de Hilst com o sistema mercadológico, de editoração, produção, circulação, valoração e recepção dos textos da escritora, mas que se aplica ao campo literário brasileiro contemporâneo, e segue, por partes, analisando cada um dos livros da trilogia, *O caderno rosa de Lori Lamby*, *Contos d’escárnio: textos grotescos* e *Cartas de um sedutor*. Assim, Luciana Borges afirma:

Pensar texto obscuro de Hilda Hilst com o propósito de perceber, nas suas fissuras e rasuras, a possibilidade de uma discussão sobre o papel de leitores, escritores e editores dentro do campo literário brasileiro é um dos modos de se reinventar o olhar sobre esse conjunto de textos desestabilizadores. É também um modo de se pensar a circulação e vendagem do texto literário, como objeto estético e material, e destacá-la de um contexto em que a literatura pode se encontrar, cada vez mais, no território dos artefatos dispensáveis (BORGES, 2009, p. 143).

O artigo se propõe a pensar no sistema literário e entende que há uma lacuna entre produção, recepção, valoração e, assim, cânone. Porém não há reflexões que elenquem gênero ou os estudos de mulheres.

O referencial teórico se dá por meio de críticos da modernidade e contemporaneidade, em sua maioria, além de estudiosos hilstianos: C. Araújo e S. Francisco, Denerval S. Azevedo Filho, Georges Bataille, Henri Bergson, Pierre Bourdieu, José Castello, Marilene Felinto, Severino Francisco, Cristiane Grando, David Herbert Lawrence, Eliane Robert Moraes, Alcir Pécora, Vladimir Propp, Vera Queiroz, Leo Gilson Ribeiro, Leda Rosa, A. L. Vasconcelos, Cláudio Willer, Linda Williams.

No artigo “A impossibilidade de dizer o indizível: reflexões sobre o duplo na novela ‘O unicórnio’, de Hilda Hilst”, publicado pela revista *Estudos*, em 2014, Willian André analisa os limites da linguagem do indizível a partir da metamorfose da personagem de “O unicórnio”. A estrutura da novela e a linguagem utilizada indicam a materialização de uma identidade multifacetada e um constante desassossego pela busca de significado nas coisas. André (2014, p. 269) infere que “a cada estrutura confusa, a cada frase mutilada, a cada pensamento que não se completa” há o indizível e um mergulho “cada vez mais fundo nos abismos de uma interioridade intraduzível”.

Não há no artigo nenhuma reflexão acerca de gênero. O aporte teórico se baseia nas teorias e referências literárias de Nicole Fernandez Bravo, Albert Camus, Sarah Carr-Gomm, Friedrich Wilhelm Nietzsche e Clement Rosset.

O artigo que se intitula “Hilda Hilst e a (im)possibilidade de (se) dizer”, de Nilze Maria de Azeredo Reguera, publicado pela revista *Itinerários*, no ano de 2011, trabalha o primeiro livro em prosa da autora, *Fluxo-floema*. Seu narrador, em primeira pessoa, é um homem, “Osmo”, sendo ele o foco do artigo. É apontado como um narrador que se mostra, mas que não cumpre com as expectativas e frustra o leitor. Também são levantadas as questões sobre o que se deve narrar, suscitando o famoso trabalho de Walter Benjamin sobre o tópico.

O livro é lançado no contexto da Ditadura Militar, e para Nilze Maria de Azeredo Reguera,

no contexto sociopolítico da ditadura militar (1964-1985), Hilda elaborou, assim, um conjunto de textos que, em sua oscilação, tematizam e incorporam tanto a impossibilidade quanto a necessidade de se narrar ou de se manifestar, deixando ver o próprio narrar ou o verbalizar de uma perspectiva falaciosa, por vezes irônica, e, por ir se acirrando ou se radicalizando, destoante do que era a tendência dominante. Ao ter o paradoxo em sua estruturação e em sua tematização — o narrar como (im)possibilidade —, e ao focalizar o papel do escritor e o do leitor de uma perspectiva problematizada, o texto de Hilda desestabiliza, inclusive, o papel e a voz autorais (REGUERA, 2011, p. 40).

Nesse artigo, as questões relacionadas a autoria ou teorias ligadas ao feminismo também não estão presentes. As referências contemplam teorias de Walter Benjamin, Elaine Cristina Cintra e Enivalda Nunes Freitas e Souza, Jeanne Marie Gagnebin, Elio Gaspari e Jaime Ginzburg.

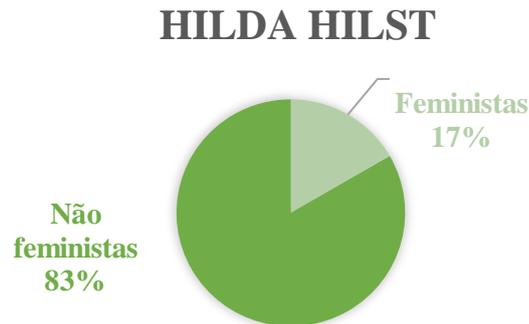
Três dos artigos sobre a escritora Hilda Hilst foram escritos por professores/as universitários/a, sendo duas mulheres e um homem; um deles por uma doutora, os outros dois escritos por um doutorando e outro por uma doutoranda. Os anos de publicação dos artigos variam muito, e a sua maioria foi publicada pela revista *Estudos*, quatro artigos de seis.

A temática tratada nos artigos variou, bem como os textos literários da escritora analisados, mas houve a repetição, em três artigos, da obra *Trilogia obscena*, abordando questões diferentes. E no livro *Fluxo-fonema*, em dois artigos, cada um trabalhou um texto diferente, porém a ideia da “impossibilidade de se dizer” esteve presente nos dois. A questão da autorreferencialidade foi recorrente nos artigos.

Quanto à temática de gênero, mesmo sendo uma escritora que se reinventou aos 60 anos de idade, trazendo temas não convencionais para uma mulher, conforme as estruturas do gênero, apareceu muito pouco, somente em um artigo.

Abaixo o Gráfico 4 apresenta as porcentagens de abordagens de análise, se feministas ou não.

Gráfico 4 - Artigos feministas e não feministas sobre a obra de Hilda Hilst.



Fonte: Elaboração da Autora. 2019.

O artigo em cuja análise houve uma perspectiva feminista, abordou questões de gênero que desafiam a ordem de organização social moderna, a qual é excludente e desumanizadora.

### 3.5 ADÉLIA PRADO

Foram registrados quatro artigos monográficos sobre a poeta Adélia Prado, cada um de uma revista. Abaixo estão as informações sobre eles.

Tabela 8 - Quadro-síntese dos artigos monográficos sobre a obra de Adélia Prado.

Artigos	Revista	Ano	Autoria	Instituição
“A fome plural de Adélia Prado”	<i>Anpoll</i>	2001	Nea de Castro	Profa. FURG
“Transcendência e corporalidade, a experiência de Deus segundo Adélia Prado”	<i>Gragoatá</i>	2003	Maria Clara Lucchetti Bingemer	Profa. PUC-Rio
“O poeta ficou cansado”	<i>Ipotesi</i>	2012	Cleide Maria de Oliveira	Doutora PUC-Rio
“As palavras de um certo modo agrupadas e a fugacidade das coisas do mundo: aspectos da poesia de Adélia Prado”	<i>O eixo e a roda</i>	2010	Claudia Campos Soares	Profa. UFMG

Fonte: Elaboração da Autora. 2019.

Em “A fome plural de Adélia Prado”, publicado pela Revista da *Anpoll*, em 2001, Nea de Castro infere que a obra da poeta mineira apresenta uma visão plural do mundo, em hipertextos que referenciam clássicos como a Bíblia, ou textos da rua, contemplam o sagrado e o profano, o canônico e o pagão. Trazendo cenas do cotidiano no contexto da pós-modernidade, “se configura como um território sem fronteiras fixas, voltado primordialmente para a

intertextualização deliberada de outras produções poéticas e de narrativas” (CASTRO, 2001, p. 308).

Aparecem no texto referências à fome incansável em diversos contextos, inclusive sobre representações das mulheres na poesia da escritora, que indica essa fome de vitalidade. Tal ideia analisada no artigo pode ser considerada sob uma perspectiva feminista, de reconhecimento de um espaço que lhes foi vetado, que é o de desejo de vida, de poesia, como expresso por Castro:

a relação entre a mulher e o gosto pela comida trivial, comum, que desdobra mulher/boca, ou mulher/poeta, é reforçada pela lembrança de que seus pais se privaram de comida para engordá-la. Contudo, entende-se que eles sofreram menos: “voz nenhuma os perseguiu”. Dá-se então um retorno à missão da mulher-poeta, que confunde com sua voracidade corporal: “Quantas sacas de arroz já consumi?”. Presa a sua “fome incansável”, sente-se chamada pela mesa transcendente do Reino do Céu e pela profana, como se vê em seu clamor pela divindade: “Ó Deus, cujo Reino é um festim, /a mesa dissoluta me seduz, / tem piedade de mim” (CASTRO, 2001, p. 302).

O aporte teórico do artigo referencia as teorias de Maria da Glória Bordini, Linda Hutcheon. Octavio Ianni, Edward Wadie Said, Boaventura de Souza Santos e D.M.C.S Verani.

O artigo “Transcendência e corporalidade, a experiência de Deus segundo Adélia Prado”, publicado pela revista *Gragoatá*, em 2003, de Maria Clara Lucchetti Bingemer, faz um panorama nas obras em prosa da escritora sob uma análise teológica da corporeidade e transcendência presentes nelas. Foram abordados os conceitos de espiritualidade, teologia, e busca da experiência do divino, baseada na convicção central cristã de encarnação.

O artigo não é analisado sob um olhar feminista. Mesmo que levante algumas ideias sobre a percepção do corpo, quando a articulista afirma que a obra de Prado é uma denúncia “ao embuste que fez tantas gerações de cristãos pensarem que deviam ignorar o próprio corpo para aproximarem-se de Deus” (BINGEMER, 2003, p. 93), o foco sempre se volta para o corpo e a religiosidade, um corpo afeito ao outro.

As referências utilizadas são basicamente sobre a temática da teologia e outros. São citados teóricos como J. C. Barcellos, G. Bataille, Frei Betto, M.C. Bingemer, J. Festugière, A. Hohlfeldt, P. Ricoeur, Angelica Maria Santos Soares, J. Sobrinho e F. Taborda.

Em “O poeta ficou cansado”, artigo publicado pela revista *Ipotesi*, em 2012, Cleide Maria de Oliveira trabalha a relação do sagrado da poesia na poética de Adélia Prado. Traz então conceitos variados do sagrado e de poesia, e também relaciona os conceitos do pensamento mítico-religioso.

A articulista infere que na obra adeliana, “a experiência de transcendência ocorre no miúdo do cotidiano e a beleza não será encontrada no extraordinário, e sim em pequenas vivências do homem-humano que aparecem desfiadas sem folclore ou disfarce” (OLIVEIRA,

2012, p. 196). Não há reflexões feministas no artigo, inclusive, em seu título, reitera a questão da poesia como espaço marcado do poeta, no masculino.

O aporte teórico baseia-se, principalmente, em teorias voltadas para a teologia. São citados George Bataille, Ernst Cassirer, Adolpho Crippa, Mircea Eliade, Martin Heidegger, Antonio Herculano Lopes, Cleide Maria de Oliveira, Rudolf Otto, Octávio Paz, Platão, Silvia Pimenta Velloso Rocha, George Steiner.

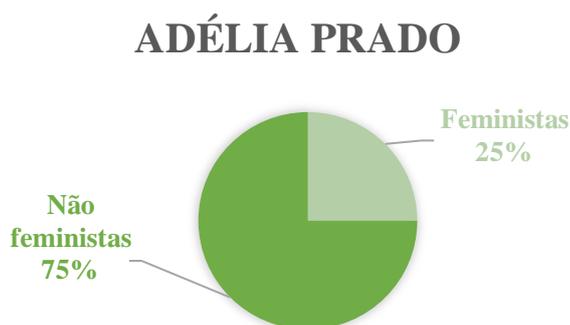
O artigo “As palavras de um certo modo agrupadas e a fugacidade das coisas do mundo: aspectos da poesia de Adélia Prado”, publicado em 2010, pela revista *O eixo e a roda*, de Claudia Campos Soares, contempla uma minuciosa e profunda análise sobre o poema “A rosa mística”. Nele se elenca a construção do poema como uma progressão, que indica etapas do processo de criação da poesia, repleto de símbolos desenvolvendo-se continuamente: “da descoberta da poesia, passando pela reflexão sobre o objeto produzido, suas relações com a natureza, até a conclusão do poema” (SOARES, 2010, p. 120).

As questões do cotidiano e da beleza são relacionadas a uma visão religiosa do mundo, característica da obra de Prado. O referencial teórico se fundamenta em críticos literários clássicos da poesia e outros, como Davi Arriguccu Jr., Erich Auerbach, J. Chevalier, A. Gheerbrant, Benedetto Croce, Friederich Schiller, Antônio Vieira.

Os quatro artigos monográficos, apontados pela pesquisa dos periódicos, sobre Adélia Prado, em revistas diferentes, e cada um em um ano, foram escritos por professoras universitárias. Eles apresentam algum aspecto da questão da religiosidade na obra da escritora, principalmente dois deles, que trazem as questões teológicas como tema, foco de análise. Um desses infere, ainda que minimamente, pontos que podem levar a reflexões feministas, no que diz respeito ao reconhecimento da voz da mulher como poeta.

Abaixo, o Gráfico 5 aponta a porcentagem de artigos a respeito da obra de Adélia Prado, se eles apresentam abordagens feministas ou não.

**Gráfico 5 - Artigos feministas e não feministas sobre a obra de Adélia Prado.**



**Fonte: Elaboração da Autora. 2019.**

A questão da religiosidade marca de fato as análises dos artigos, embora o recorte de quatro artigos não seja amplo para uma análise profunda.

### 3.6 TEOLINDA GERSÃO

Foram indicados na pesquisa dos periódicos quatro artigos sobre a escritora portuguesa Teolinda Gersão, publicados em duas revistas do contexto da pesquisa, um deles na revista *Gragoatá* e três na revista *Letras de hoje*, todos em diferentes anos. Seguem, na Tabela 9, as informações sobre os artigos monográficos.

**Tabela 9 - Quadro-síntese dos artigos monográficos sobre a obra de Teolinda Gersão.**

<b>Artigos</b>	<b>Revista</b>	<b>Ano</b>	<b>Autoria</b>	<b>Instituição</b>
“Vocação e mulher ao som de teclados”	<i>Gragoatá</i>	2005	Maria Lucia Wiltshire de Oliveira	Profa. UFF
“O espaço do incomunicável em <i>A árvore das palavras</i> , de Teolinda Gersão”	<i>Letras de hoje</i>	2006	Inara de Oliveira Rodrigues	Profa. Centro Universitário Franciscano de Santa Maria, RS
“Teolinda Gersão: uma contista portuguesa com certeza”	<i>Letras de hoje</i>	2012	Maria Inês de Moraes Marreco	Profa. UFMG
“A intersecção entre o imaginário do fascismo, do império e da poética colonial em <i>Paisagem com mulher e mar ao fundo</i> , de Teolinda Gersão”	<i>Letras de hoje</i>	2014	José N. Ornelas	Prof. University of Massachusetts Amherst – EUA

**Fonte: Elaboração da Autora. 2019.**

O artigo “Vocação e mulher ao som de teclados”, publicado pela revista *Gragoatá*, em 2005, de Maria Lucia Wiltshire de Oliveira, analisa a obra, de 2001, *Os teclados*, de Teolinda Gersão, sob uma perspectiva feminista, de denúncia ao patriarcado, expondo que as personagens “vivem as angústias, os dilemas, e as saídas ensaiadas pelas mulheres portuguesas, desde 1974” (Oliveira, 2005, p. 280). Além disso, a articulista infere que o que interessa na novela de Gersão é o enfrentamento do poder e a desmistificação do feminino, principalmente no ambiente familiar, onde se passa a trama, na perspectiva de dar voz à própria voz e vontades. As referências utilizadas são de teóricos como Pierre Bourdieu, Benedito Nunes, Jean Starobinski e Elizabeth Roudinesco.

Em “O espaço do incomunicável em *A árvore das palavras*, de Teolinda Gersão”, artigo publicado pela revista *Letras de hoje*, em 2006, Inara de Oliveira Rodrigues analisa o romance em que são problematizados conflitos e contradições da realidade colonial moçambicana em Lisboa. Narra-se a história de uma menina branca pobre que se identifica com a cultura negra, a partir do contato com a ama-de-leite negra. O artigo aborda tais questões a partir do conceito de “dominação cultural”, de Homi Bhabha, inferindo que havia personagens no romance *A árvore das palavras* que reconheciam seu espaço de privilégio, outros não, e assim, confluindo com o que afirma Bhabha, segundo Rodrigues (2006, p. 63), que a diferença cultural é o efeito de práticas discriminatórias.

Não há uma perspectiva de análise feminista no artigo, apesar de haver reconhecimento das identidades. A referência utilizada no artigo gira em torno do crítico indo-britânico Homi Bhabha.

O artigo “Teolinda Gersão: uma contista portuguesa com certeza”, publicado na revista *Letras de hoje*, em 2012, de Maria Inês de Moraes Marreco, analisa os contos “A velha” e “Uma orelha” de Gersão. O trabalho parte das definições apresentadas do gênero “conto” e dá seguimento a uma análise detalhada da ironia e das temáticas que a articulista infere dos contos.

Marreco (2012, p. 431) afirma que consta na obra de Teolinda Gersão “o confronto entre o homem e a mulher, a castração imposta aos seres humanos pelo sistema, o medo, a morte, a solidão, o abandono, o sonho, a traição etc.”. Mostra ainda que

nos dois contos, a imagem da mulher é construída na medida em que se encaixa no perfil da mulher que joga para ocultar seus medos, que muitas vezes restringe sua opção de realização pessoal e sua condição física, que atribui à velhice do corpo, o abandono e a solidão, e que, representa sempre, mostrando-se superior, ora para disfarçar suas fraquezas, ora para reabilitar sua dignidade (MARRECO, 2012, p. 431).

Através de tal percepção, é possível dizer que o artigo apresenta um olhar feminista em sua análise, apesar de não utilizar teorias críticas feministas em suas referências. O aporte teórico se baseia nas teorias de Roland Barthes, André Bougeoir, Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, e Nádía Battela Gotlib.

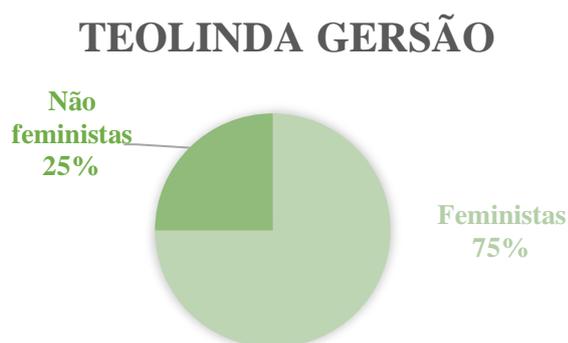
Em “A intersecção entre o imaginário do fascismo, do império e da poética colonial em *Paisagem com mulher e mar ao fundo*, de Teolinda Gersão”, artigo publicado em 2014, pela revista *Letras de hoje*, José N. Ornelas analisa a obra descrita no título de seu artigo a partir de uma perspectiva histórica de Portugal com a qual dialoga a história do romance. Segundo o que afirma o articulista, o ponto como Gersão enxerga tal história refere-se, então, ao período da ditadura fascista salazariana. A partir de metáforas e simbolismos de mar e terra, vai construindo a ideia do período ditatorial e sua queda (mar: morte e terra: vida).

O artigo apresenta um posicionamento que reflete sobre as questões de denúncia às opressões históricas, de classe, raça, gênero, de denúncia ao discurso fascista, machista, patriarcal, e utiliza algumas teorias feministas para subsidiar tais reflexões.

O aporte teórico conta com as referências: Roland Barthes, Pierre Bourdieu, Maria Heloísa Martins Dias, Ana Paula Ferreira, Anna Klobucka, Sérgio Alexandre da Rocha Gomes, Helena Kaufman, José Ornelas, Hillary Owen e Maria Calafate Ribeiro.

Três dos artigos analisados foram escritos por professoras universitárias e um deles por um professor universitário. Os objetos analisados foram diferentes nos quatro artigos: em dois deles, foram analisados contos; e nos outros dois, romances. Também o foco de análise variou em todos os artigos. Abaixo se apresentam as porcentagens das abordagens dos artigos, se feministas ou não.

**Gráfico 6 - Artigos feministas e não feministas sobre a obra de Teolinda Gersão.**



**Fonte: Elaboração da Autora. 2019.**

Mesmo não sendo o foco principal de nenhum dos artigos, perspectivas feministas foram abordadas na maioria dos artigos, aparentemente por ser uma problemática levantada nas obras da escritora.

### 3.7 ANA MARIA MACHADO

Foram listados na pesquisa dos periódicos três artigos sobre a escritora Ana Maria Machado, de revistas e anos diferentes, porém ao analisá-los, identificou-se que somente um correspondia à categoria analisada: artigo monográfico. Um deles é comparativo, e o outro é uma resenha. Ainda assim, seguem, abaixo, as informações sobre eles.

**Tabela 10 - Quadro-síntese dos artigos monográficos sobre a obra de Ana Maria Machado.**

<b>Artigos</b>	<b>Revista</b>	<b>Ano</b>	<b>Autoria</b>	<b>Instituição</b>
“As ‘virtudes’ do mercado: uma breve reflexão a partir de Ana Maria Machado”	<i>Estudos</i>	2000	Regina Dalcastagnè	Profa. UnB
“Machado de Assis: o retorno para o leitor contemporâneo”	<i>Itinerários</i>	2012	José Alonso Tôrres Freire	Prof. UFMS
“Resenha de <i>Como e por que ler os clássicos universais desde cedo</i> , de Ana Maria Machado”	<i>Letras de hoje</i>	2004	Luciete Bastos	Profa. UNEB

**Fonte: Elaboração da Autora. 2019.**

O artigo “As ‘virtudes’ do mercado: uma breve reflexão a partir de Ana Maria Machado”, publicado pela revista *Estudos*, em 2000, de Regina Dalcastagnè, apresenta uma crítica ao livro *O tesouro das virtudes para crianças*. Trata-se de uma espécie de coletânea organizada pela escritora e feita, como ela própria aponta, para atender demandas do mercado. Segundo Dalcastagnè, a obra serve à classe média e reforça a moral dos vencedores e a ideologia dominante, uma vez que os textos e histórias aparecem enquadrados dentro de uma “virtude”, deixando um rastro delineado para a “moral” (única) da história”.

O artigo se baseia nessa crítica ao sistema / mercado literário e não apresenta outras referências teóricas. Nele também não há abordagens feministas.

Em “Machado de Assis: o retorno para o leitor contemporâneo”, artigo panorâmico publicado pela revista *Itinerários*, em 2012, José Alonso Tôrres Freire expõe e analisa releituras de obras de Machado de Assis, escritas por Fernando Sabino, Domício Proença Filho, Haroldo Maranhão, Moacyr Scliar e Ana Maria Machado. O romance de Ana Maria Machado analisado no artigo intitula-se *A audácia dessa mulher* e apresenta um caderno de receita em que conta um novo rumo para a história de Capitu, segundo Freire:

Pode-se dizer que o romance é claramente articulado para colocar em relevo que a reinvenção do papel da mulher começou bem antes do advento do feminismo e da emergência das minorias. Isso acontece tanto por meio da heroína principal, Beatriz, disposta a não abrir mão de uma relação que, embora problemática, envolve entrega total e lealdade no trato com o outro, quanto pelo lado de Capitu que, ao ser abandonada, reergue-se mais forte da solidão, e compra uma pensão na Suíça, transformando-se em uma pequena empresária que já não precisa mais do dinheiro do ex-marido (FREIRE, 2012, p. 167).

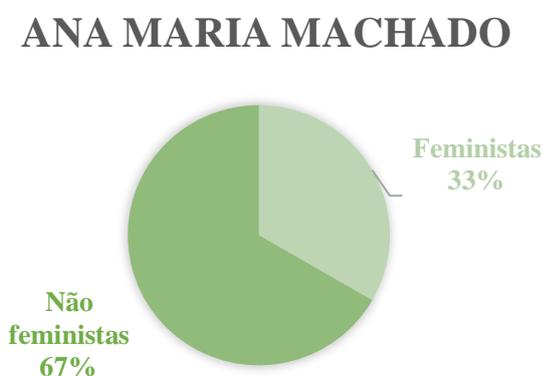
Dessa forma, a crítica apresenta uma perspectiva que pode ser considerada feminista, mas somente nessa análise, apesar de não referenciar teorias feministas, e tampouco ser esse o foco do artigo. O aporte teórico se baseia em críticos literários como Antonio Candido, Umberto Eco, Linda Hutcheon, Silviano Santiago, Roberto Schwarz e Antonio Tabucchi.

Em “Resenha de *Como e por que ler os clássicos universais desde cedo*, de Ana Maria Machado”, publicada pela revista *Letras de hoje*, em 2004, Luciete Bastos explica a estrutura e a abordagem do livro de Ana Maria Machado. Inferindo os motivos da importância de se ler os clássicos da literatura, divididos por temáticas e possibilitando uma viagem a outros tempos, Bastos (2004) conclui que também há no livro indicações de trabalhos interessantes que favorecem o contato das crianças com os textos de forma prazerosa.

Por se tratar de uma resenha, não faz referência a nenhuma teoria.

Um dos artigos apresenta uma ideia que pode ser considerada feminista, mesmo sem utilizar tais teorias. Segue abaixo o Gráfico 7, sobre as abordagens, se feministas ou não.

**Gráfico 7 - Artigos feministas e não feministas sobre a obra de Ana Maria Machado.**



**Fonte: Elaboração da Autora. 2019.**

A quantidade de textos a respeito de Ana Maria Machado não possibilitou uma análise mais elaborada e aprofundada.

### 3.8 MARIA GABRIELA LLANSOL

Foram registrados na pesquisa três artigos monográficos sobre a escritora portuguesa Maria Gabriela Llansol, publicados em três anos e revistas diferentes. Abaixo estão suas análises.

**Tabela 11 - Quadro-síntese dos artigos monográficos sobre a obra de Maria Gabriela Llansol.**

Artigos	Revista	Ano	Autoria	Instituição
“E se o reverso da história chegasse em dobras: os mutantes em Maria Gabriela Llansol”	<i>Abralic</i>	2009	Celina Martins	Profa. UMa (Portugal)
“Uma narratividade em mutação: recepção e produção de <i>Causa Amante</i> , de Maria Gabriela Llansol”	<i>Gragoatá</i>	2010	Maria Lucia Wiltshire de Oliveira	Profa. UFF
“Os corpos cercados e os campos de concentração poética”	<i>Itinerários</i>	2008	Karina Marize Vitagliano; Sônia Helena de O. R. Piteri	Mestranda UNESP Profa. UNESP

Fonte: Elaboração da Autora. 2019.

O artigo de Celina Martins “E se o reverso da história chegasse em dobras: os mutantes em Maria Gabriela Llansol”, publicado pela revista da *Abralic*, em 2009, analisa o romance *O livro das comunidades* e a obra de Llansol sob uma perspectiva filosófica. Martins considera sua produção como metatexto, e através de metáforas compõe quadros que simbolizam a produção e recepção do texto sempre mutável em seus processos de leitura e escrita.

Como aporte teórico utiliza teorias de filósofos, críticos literários clássicos e críticos da escritora portuguesa: Giorgio Agamben, Mikhail Bakhtin, João Barrento, Walter Benjamin, Alain Compagnon, Gilles Deleuze, Eckhart, Pedro Eiras, Bento de Espinosa, José Gil, Heráclito, Henri Lévi-Strauss, Silvina Lopes Rodrigues, Luce López-Baralt, Eduardo Lourenço, Pierre Macherey, José Augusto Mourão, Friedrich Nietzsche, Octavio Paz, Etelvina Santos e Pierre Sesé.

Em “Uma narratividade em mutação: recepção e produção de *Causa Amante*, de Maria Gabriela Llansol”, publicado pela revista *Gragoatá*, em 2010, Maria Lucia Wiltshire de Oliveira analisa a obra *Causa amante*. Considera como forma característica da escrita de Llansol, a dimensão mutante de sua textualidade, de sua metaescrita. O artigo é dividido em partes: a primeira é referente à recepção da obra de Llansol, explicando os textos críticos sobre sua obra, do período do primeiro lançamento até a época da feitura do artigo (1984 a 2009). A segunda parte se refere à produção da escritora, sua pesquisa e composição da escrita, de sua escrita sempre em devir. Apresenta ainda a crise de Llansol sobre a vontade de ter seus escritos lidos e que se encontrassem “em lugar durável” (Oliveira, 2010, p. 59).

As referências são baseadas nas teorias da crítica literária: Giorgio Agamben, Roland Barthes, Maurice Blanchot, Miguel Esteves Cardoso, Eduardo Prado Coelho, António Colaço,

Gilles Deleuze e Claire Parnet, Michel Foucault, Augusto Joaquim, Regina Loure, Paula Morão, Jean Luc Nancy, Maria Alzira Seixo.

O artigo “‘Os corpos cercados’ e os campos de concentração poética”, publicado pela revista *Itinerários*, em 2008, de Karina Marize Vitagliano e Sônia Helena de Oliveira Raymundo Piteri, analisa o conto “Os corpos cercados”, sob uma perspectiva formal, de análise da linguagem e fonemas empregados, por exemplo. A articulista vê o texto de Llansol como um diálogo de gêneros, o conto que dialoga com a poesia, e ainda um espaço textual que sobrepõe corpos, sons, ritmo e imagens.

O aporte teórico faz referência a nomes da crítica literária: Antonio Candido, Maria João Cantinho, Eduardo Prado Coelho, Júlio Cortázar, Octavio Paz, Silvina Rodrigues Lopes, Anatol Rosenfeld.

Os três artigos sobre a escritora portuguesa Maria Gabriela Llansol foram publicados por professoras universitárias, sendo um deles publicado em coprodução com uma mestranda.

Os três artigos analisaram diferentes obras da escritora, sendo dois romances, *O livro das comunidades* e *Causa amante*, e um sobre o conto “Os corpos cercados”. As perspectivas de análise tiveram em comum o enfoque na linguagem e na forma de escrita de Llansol, considerada uma escrita metatextual, em constante transformação, mutação. Não houve ideias acerca de gênero ou feministas em nenhum artigo. Mesmo que em um dos artigos se tenha citado Virgínia Woolf, e o fato da incerteza da não leitura de suas obras, a temática não foi problematizada, nem pelo fato de ser uma mulher escrevendo.

Não há gráfico para esta autora, uma vez que não houve artigos analisados sob perspectivas feministas.

### 3.9 VIRGÍNIA WOOLF

Foram registrados três artigos monográficos sobre a escritora inglesa Virgínia Woolf, na pesquisa dos periódicos, publicados em anos e revistas diferentes. Abaixo estão suas análises.

**Tabela 12 - Quadro-síntese dos artigos monográficos sobre a obra de Virgínia Woolf.**

<b>Artigos</b>	<b>Revista</b>	<b>Ano</b>	<b>Autoria</b>	<b>Instituição</b>
“A marca da indeterminação”	<i>Ipotesi</i>	2009	Maria das Graças Gomes Villa da Silva	Profa. UNESP – Araraquara
“Virgínia Woolf e as práticas híbridas”	<i>Itinerários</i>	2008	Fani Miranda Tabak	UESB
“Virginia Woolf, leitora de ficção russa”	<i>Literatura e sociedade</i>	2006	Regina Pontieri	Profa. USP

**Fonte: Elaboração da Autora. 2019.**

Em “A marca da indeterminação”, publicado pela revista *Ipotesi*, em 2009, Maria das Graças Gomes Villa da Silva analisa o conto “The Mark on the wall”, a partir do conceito de diferença de Derrida, levanta questões de ordem filosóficas e psicológicas sobre o conto e a linguagem empregada, de “significados no fluxo contínuo e inseparável dos significantes” (SILVA, 2009, p. 110), trazendo assim a busca de si, e o eterno ciclo vida e morte.

Há uma ideia no artigo que pode ser considerada feminista, ao se atribuir à escrita de Woolf uma crítica aos valores dominantes ingleses. A articulista ressalta que há na obra da escritora uma consciência e um apontamento de que simbolicamente o sujeito acaba localizado na sua posição masculina ou feminina. E mesmo que se tente transgredi-las, o que ecoa são os sons disciplinadores da palavra, que apontam as “regras e convenções criadas por aqueles que exercem poder [...], ditando normas e impondo ‘verdades’ incontestáveis”. E tal discurso ressalta “a prevalência do ponto de vista masculino, estabelecendo padrões de conduta para homens e mulheres” (SILVA, 2009, p. 113-114). A abordagem teórica contempla especialistas como Jacques Derrida, Geoffrey Bennington, Sigmund Freud, Jacques Lacan, Friedrich Nietzsche.

O artigo “Virgínia Woolf e as práticas híbridas”, publicado pela revista *Itinerários*, em 2008, de Fani Miranda Tabak, apresenta questões sobre a forma como o romance *To the Lighthouse* foi construído, pois é uma narrativa poética com características herdadas do simbolismo, mas contendo as problemáticas modernas e contemporâneas e com a expressão estética da busca pela multiplicidade do eu, como infere Tabak (2008).

Tais aspectos tratados são característicos da obra de Woolf, segundo o artigo, que apresenta também como cerne a análise do foco narrativo, obscuro no romance, que por vezes confunde o público leitor ao emitir ora fluxos de consciência, ora monólogos interiores, ora a fala do narrador. Há também no artigo uma parte dedicada à produção ensaística da escritora. O aporte teórico apresenta críticos literários como: Erich Auerbach, Anna Elizabeth Balakian,

Gilbert Durand, Ralph Freedman, Frederick R. Karl, György Lukács, Edmund Wilson e a própria Virgínia Woolf, enquanto crítica.

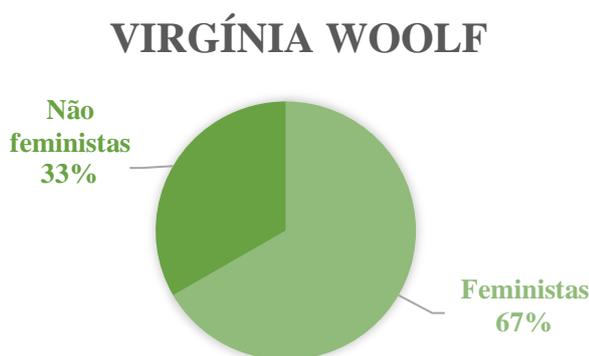
Em “Virginia Woolf, leitora de ficção russa”, artigo publicado pela revista *Literatura e sociedade*, em 2006, Regina Pontieri apresenta dois ensaios de Woolf que se dedicam à crítica dos romances russos. A partir disso, a articulista afirma que “o que a escritora percebia nos russos era também, em grande parte, o que ela própria desenvolvia em sua ficção” (PONTIERI, 2006, p. 166), analisa então algumas ficções da escritora para comparar a algumas características nas obras de Tchecov. Há um apontamento sobre a figura marginalizada de personagens femininas na história da literatura inglesa, tão trabalhadas nas obras de Woolf. Utiliza as críticas Luiza Maria Rodrigues Flora e Virgínia Woolf como referências.

Os três artigos monográficos sobre Virgínia Woolf foram escritos por professoras universitárias e publicados em diferentes anos e revistas. A abordagem sobre cada um deles foi diferente, assim como as obras analisadas, sendo que em um, como abordou um panorama de obras da escritora, analisou também as obras que os outros artigos analisaram. A questão da forma da escrita e o fato da apreensão do real, “o que viria a ser a marca de sua originalidade” (PONTIERI, 2006, p. 168), foi tratada em todos os artigos.

Nenhum dos artigos utilizou as questões de gênero e/ou feministas para subsidiar suas análises das obras de Woolf, porém foram apontadas ideias sobre a posição histórica e o papel das mulheres em sociedade em dois deles.

Abaixo se apresentam os dados numéricos, no Gráfico 8.

**Gráfico 8 - Artigos feministas e não feministas sobre a obra de Virgínia Woolf.**



**Fonte: Elaboração da Autora. 2019.**

### 3.10 ANA CRISTINA CÉSAR

Foram registrados dois artigos monográficos sobre a escritora Ana Cristina César na pesquisa dos periódicos, publicados em revistas e anos diferentes, como aponta a Tabela 13. Seguem as informações sobre eles.

**Tabela 13 - Quadro-síntese dos artigos monográficos sobre a obra de Ana Cristina César**

<b>Artigos</b>	<b>Revista</b>	<b>Ano</b>	<b>Autoria</b>	<b>Instituição</b>
“Ana Cristina César: entre o eu e o outro”	<i>Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea</i>	2002	Rômulo Valle Salvino	Doutorando PUC – SP
“O sujeito poético em Ana Cristina César”	<i>Letras de hoje</i>	2011	Tânia Cardoso de Cardoso	Doutora e servidora UFRGS

**Fonte: Elaboração da Autora. 2019.**

Em “Ana Cristina César: entre o eu e o outro”, artigo publicado pela revista *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, em 2002, Rômulo Valle Salvino analisa vários poemas da escritora, através de fios condutores que dão características gerais de sua obra, como ter traços que remetem ao pós-modernismo, fazer inferências a outros textos e autores em suas poesias, tecer críticas ao sistema literário. E segundo Salvino (2002, p. 60), em toda a obra da escritora “estamos diante de um ‘eu’ poético que se corrói, que hesita, que se descentra, espremido (como o notou Sússekind) entre a escrita e a rasura, dividido entre a própria perda e a instauração de um outro que, ao mesmo tempo, o ameaça e pode sustentar”.

Há no artigo, uma percepção de que a voz literária dominante é masculina, e que em algum momento o sujeito do conhecimento científico e histórico foi questionado, o que pode ser considerado feminista, mas as suas análises não são sob tal perspectiva, tampouco há o aprofundamento nessas questões.

O referencial teórico contempla teorias literárias de Manuel Bandeira, João Alexandre Barbosa, Omar Calabrese, Umberto Eco, Linda Hutcheon, Michel Riaudel, Pedro Alexandre Sanches, Flora Sússekind.

O artigo “O sujeito poético em Ana Cristina César”, publicado em 2011, pela revista *Letras de hoje*, de Tânia Cardoso de Cardoso, aborda a subjetividade da linguagem na obra da escritora. Sua produção está inserida em uma poesia de contracultura, e essas características típicas perpassam toda sua obra, como “o diálogo que há em seus textos com a tradição literária, como também, e principalmente, a forma que se dá a construção, ou melhor, a inscrição de um sujeito em suas composições” (CARDOSO, 2011, p. 82).

Não há no artigo referências ou considerações às questões de gênero ou de mulheres. O aporte teórico conta com as teorias de Theodor W. Adorno, Roland Barthes, Émile Benveniste, Maurice Blanchot, Jacques Derrida, Elizabeth Roudinesco, Michel Foucault, Armando Freitas Filho, Käte Hamburguer, Heloisa Buarque de Holanda, Jorge Larrosa, Annita Costa Maluffe, Ítalo Moriconi, Dominique Rabaté.

Os artigos sobre a escritora Ana Cristina César foram escritos, um por um doutorando e o outro por uma doutora, publicados em anos e revistas diferentes, porém têm o tema principal em comum, dialogam no sentido de trazer em seus artigos uma explanação de poemas que foram características gerais na produção de César: a pertença à contracultura, um local marginal, mas que não pode ser exatamente colocada junto a outros poetas marginais, segundo os articulistas, pois é uma produção que fala sobre e analisa a crítica e a literatura em si, e que tem em sua obra, o sujeito da modernidade e a subjetividade da linguagem como questões centrais.

As análises nos artigos não contemplam perspectivas teóricas feministas, apesar de em um deles haver uma consideração geral sobre questões de gênero.

### 3.11 REGISTROS EMBLEMÁTICOS

Considerando, em síntese, as questões gerais levantadas de cada um dos artigos selecionados, pode-se pensar que também se constrói um centro dentro das margens, pois o fato de autoras como Clarice Lispector, Cecília Meireles e Hilda Hilst já estarem em uma posição mais consagrada dentro da instituição literária implica uma neutralização crítica de questões diversas. Analisa-se a obra pela obra, sem necessidade de evidenciar um pertencimento das autoras. Ocorre com Carolina Maria de Jesus outro processo, mesmo tendo tido mais artigos publicados sobre ela. Algumas escritoras, com menos artigos publicados, não tiveram somente artigos que as localizavam caracterizando-as.

No caso de Carolina Maria de Jesus, ao ser abordada, foi identificada dentro de um *locus* específico. Ressaltar a ideia de condição social inferior determinando sua escrita, coloca-a em lugar de espetáculo, inferiorizando também a sua obra, diferentemente da análise feita em Cecília Meireles, por exemplo, como herdeira saudosa dos ares e mares portugueses.

Segundo Regina Dalcastagnè (2007), Carolina Maria de Jesus possuía uma consciência de suas desvantagens histórico-sociais para ser reconhecida como escritora ao afirmar que:

essa consciência a que me refiro não aparece, é obvio, de forma explícita – vincula-se àquele sentimento cruel de “saber do seu devido lugar”, que subsiste mesmo entre os que se recusam a aceitar tais limites –, mas está presente em determinados constrangimentos impostos ao próprio discurso. Constrangimentos que não caberiam em obras de autores como Clarice Lispector ou Rubem Fonseca, por exemplo, que não têm porque justificar, ao menos não de forma imediata, sua escrita, e tampouco precisam recorrer a gêneros como “diários” ou “testemunho” para respaldar suas narrativas (DALCASTAGNÈ, 2007, p. 23).

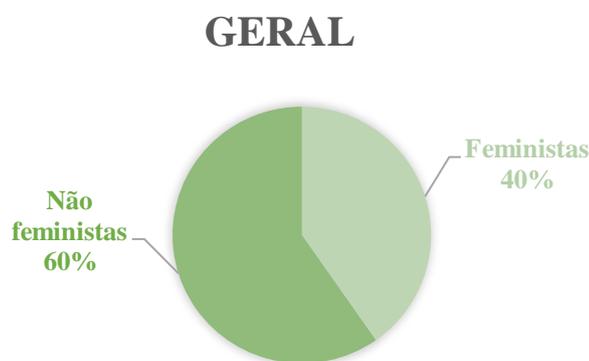
Diante disso, chega-se a um ponto de valoração da literatura, reconhecendo que há um lugar específico de onde se ouve e lê, se controla e se legitima o processo de reafirmação das tradições literárias, bem como se reafirma um local específico para o oprimido.

Outro ponto curioso é o fato de que entre as dez escritoras dessa lista, três são estrangeiras, um número significativo para um recorte pequeno.

Tendo em vista a quantidade dos artigos analisados, os sessenta e sete (67) artigos monográficos sobre as autoras, temos que vinte e sete (27) artigos contemplam abordagens feministas em seus *corpus*. Desses, somente sete citam alguma teoria crítica feminista, e em quarenta artigos não houve nenhuma consideração a respeito de gênero, mulheres ou feminismos.

O Gráfico 09 aponta tais valores em porcentagem.

**Gráfico 09 - Artigos feministas e não feministas sobre as obras de todas as escritoras.**



**Fonte: Elaboração da Autora. 2019.**

É certo que 60% nos diz algo, confirmando, em parte, o que Rita Terezinha Schmidt afirma:

É um fato inquestionável que a crítica feminista nunca se consolidou como uma corrente teórico-crítica de impacto nos estudos literários e seu *status* acadêmico, como aporte teórico ao estudo da literatura, é, via de regra, quase invisível no quadro de abordagens teórico-metodológicas valorizadas como a sociologia da literatura, a estética da recepção, o estruturalismo e o marxismo, e mais recentemente o pós-estruturalismo e os estudos culturais, dos quais ela é, às vezes, vista equivocadamente como uma vertente ou desdobramento (SCHMIDT, 2006, p. 783).

Por outro lado, pensar que os 40% representam uma mudança de concepção da crítica demonstra que, ainda que em menor número, as experiências das diversidades começam a constituir uma nova forma de pensar e fazer a crítica. Além disso, essas experiências contemplam o que Louro (1997, p. 152) infere quanto à proposta de uma crítica feminista que abranja outros territórios e vá além dos estudos “meramente atentos a um superficial e momentâneo ‘interesse’ sobre mulher e gênero”. Guacira Louro propõe que se pense em estudos “que ultrapassem a simples adesão *temática*, pesquisas que se disponham a um mergulho teórico-metodológico mais ousado – tarefa que certamente implica em desafios de outra ordem” (LOURO, 1997, p. 152).

Pensando nesses “desafios de outra ordem”, da citação acima, pode-se considerar que o espaço das publicações acadêmicas, ou seja, os periódicos, contribuem, com suas propostas, para dirimir tais desafios, a partir do momento em que se propõem a publicar artigos que, com críticas diversas, contribuem para a alteração desse sistema.

Heloísa Buarque de Hollanda (2018, p. 222), o importante livro *Explosão feminista*, que reúne diferentes vozes e é construído em conjunto, aponta que o “caminho mais eficaz para a divulgação e a visibilidade da produção científica sobre as relações de gênero ou feminista são os periódicos especializados”. Como já afirmavam, em 2004, Lopes e Piscitelli, “os estudos de gênero, perpassando e envolvendo diversas áreas disciplinares com todas as suas diversidades e especificidades, conformam hoje no Brasil um campo de direito próprio” (2004, p. 117). Elas consideram “não apenas no volume de pesquisas na área, em linhas específicas consagradas nas agências de fomento, mas também em seus cursos, congressos e, particularmente, em suas publicações, que garantem visibilidade e acesso ao campo” (LOPES; PISCITELLI, 2004, p. 118). Além do mais, para as autoras, o campo dos estudos de gênero são ainda objeto de negociação e construção, portanto de disputas teóricas, institucionais e políticas. Sendo assim, “as publicações científicas cumprem sua função básica de articuladoras das diferentes propostas e perspectivas de ação em desenvolvimento” (LOPES; PISCITELLI, 2004, p. 118).

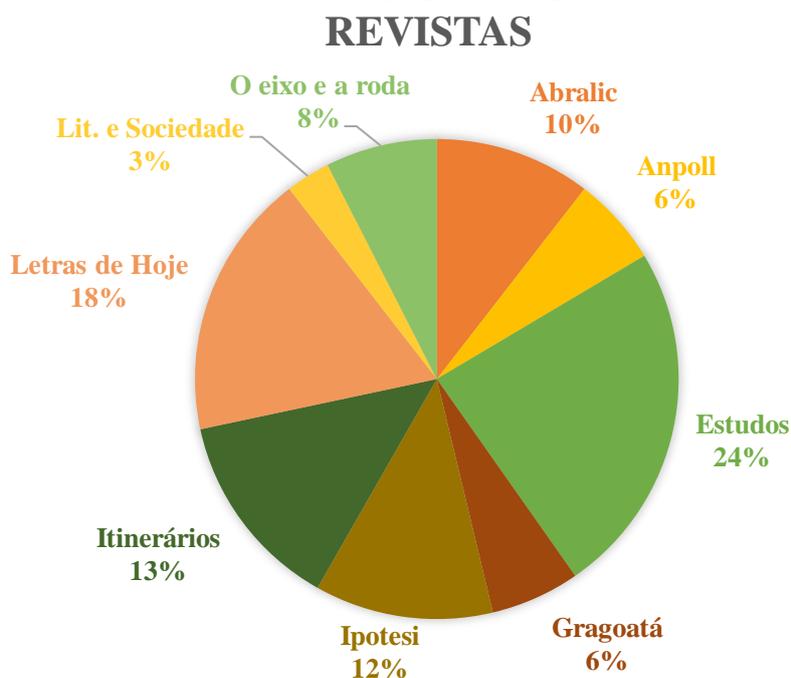
Entra-se, porém, na lógica de a teoria feminista ser veiculada entre pares, como aponta bell hooks (2018, p. 45) ao afirmar que, “de repente, o pensamento feminista que surgiu diretamente da teoria e da prática recebeu menos atenção do que a teoria metalinguística,

criando um jargão próprio”, escrita exclusivamente para o público acadêmico. Assim, corrobora-se que no espaço acadêmico se faz imprescindível o diálogo, se não para além dos muros da academia, para outras áreas, como aponta Louro (1997, p. 146), ao dizer que é preciso pensar em uma concepção teórico-metodológica que considere “a busca de uma nova disposição epistemológica e política, *um novo modo de ser pesquisadora/pesquisador*” (Grifos da autora), que vá além dos grupos restritos.

Quanto aos resultados da pesquisa, destaca-se uma revista que propõe diálogos entre áreas. É o caso da revista *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea* com a quantidade desses sessenta e sete (67) artigos publicados.

Temos que quase 25% desses artigos foram publicados pela revista *Estudos*, dentre as nove revistas, número significativo, como aponta o Gráfico 10.

**Gráfico 10 - Artigos publicados por revista.**



**Fonte:** Dados da pesquisa *A crítica literária em periódicos brasileiros contemporâneos*. 2017.

Em um quadro geral, de todos os artigos analisados na pesquisa *A crítica literária em periódicos brasileiros contemporâneos*, não só na categoria monográfica, a revista *Estudos* também tem o maior número de artigos publicados:

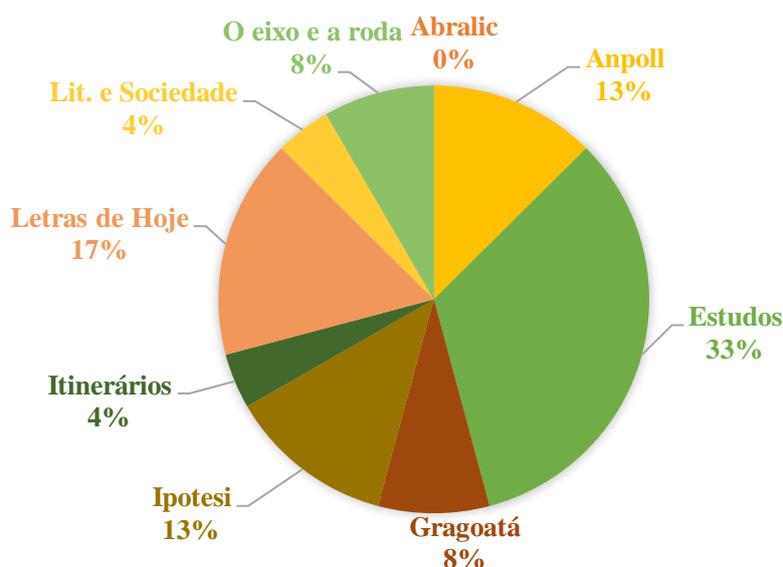
Tabela 14 - Número total de textos analisados por revista (2000-2014).

Revistas	Total	Sobre literatura
<i>Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea</i>	410	396
<i>Letras de Hoje</i>	406	321
<i>Revista da ANPOLL</i>	375	214
<i>Ipotesi</i>	374	348
<i>Itinerários</i>	374	328
<i>Gragoatá</i>	341	251
<i>O Eixo e a Roda</i>	276	265
<i>Literatura e Sociedade</i>	273	206
<i>Revista Brasileira de Literatura Comparada</i>	256	236
<b>Total</b>	<b>3.085</b>	<b>2.565</b>

Fonte: DALCASTAGNÈ, 2018, p. 200

Dentre esses números, ao se fazer o levantamento da quantidade de artigos que em suas análises houve abordagens feministas, a revista *Estudos* se destaca novamente, indicando um número ainda maior, 33% dos artigos. Cabe lembrar que essa revista só publica literatura brasileira contemporânea, portanto, considerando as três escritoras não brasileiras, e Cecília Meireles, que não é contemporânea, o número proporcionalmente aumenta. Assim aponta o Gráfico 11:

Gráfico 11 - Artigos feministas publicados por revista.  
**REVISTAS - ABORDAGEM FEMINISTA**



Fonte: Elaboração da Autora. 2019.

A revista *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, segundo informações em seu *site*, tem como compromisso fomentar o debate crítico sobre a literatura contemporânea

produzida no Brasil, agregando diversos enfoques teóricos e metodológicos, com abertura para o diálogo com outras literaturas e outras expressões artísticas. A revista é vinculada ao Grupo de Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea (GELBC), que realiza “uma série de pesquisas que envolvem, especialmente, questões ligadas à representação e à auto representação de grupos marginalizados” (GELBC, 2019), sendo um de seus focos de abordagem em suas linhas de pesquisa os estudos de gênero e de diversidade sexual. Entende-se, assim, o fato de a proporção de artigos que contemplam análises feministas serem dessa revista.

Além das publicações da revista, o GELBC mantém um *blog* em que publica textos sobre as questões de interesse do grupo, páginas nas redes sociais, com informes e divulgações sobre eventos da área, além de um selo editorial que homenageia a escritora Carolina Maria de Jesus, as Edições Carolina, cujo objetivo é reunir trabalhos de crítica literária e sobre a vida cultural contemporânea.

Compreende-se tal fato como uma atuação que intervém na estrutura do campo literário, além de entender que esse campo vem se transformando com a entrada de novos agentes, como afirma Bruna Lucena (2016, p. 24): “as escritoras e os escritores de minorias sociais, de caráter étnico, sexual ou de classe, têm estimulado questionamentos no campo literário no que diz respeito à adequação dos tradicionais paradigmas, métodos e valores”. Registra-se também a presença de pesquisadores e pesquisadoras também pertencentes a essas minorias sociais.

Observa-se ainda, a partir das análises dos artigos, que a maioria das publicações aborda escritoras que escrevem prosa, poetas são somente três, segundo números da pesquisa, a crítica contemporânea tem se especializado em romances. Então, cabem aqui reflexões: a poesia, porém, de forma parecida com que se têm dos feminismos, tem ganhando espaço e força para além da instituição literária, nas periferias, nos saraus, nas publicações curtas das redes sociais, por exemplo?

São questões levantadas por esta pesquisa, mas não caberá a esta dissertação suas respostas. Ficam os questionamentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura, assim como seus espaços de circulação, legitimação e seu campo são um território em disputa, mediado por discursos de poder. Temos em sua formação nacional, primeiramente, uma crítica literária oitocentista fundamentada pela crítica romântica, como afirma Bruna Lucena (2016, p. 35), que foi sedimentada, assim como a construção da história do Brasil e da literatura brasileira, explicitamente pela crítica literária realista-naturalista.

Em seguida, a literatura passou a ser interpretada por uma crítica que apontava para a tradição, literatura como sistema de formação continuada, sendo a tradição, segundo Antonio Candido (2000), a “transmissão de algo entre os homens, e o conjunto de elementos transmitidos, formando padrões que se impõem ao pensamento ou ao comportamento, e aos quais somos obrigados a nos referir, para aceitar ou rejeitar” (CANDIDO, 2000, p. 24). Desta forma, a literatura é vista como fenômeno de civilização, a partir de lugares institucionais e simbólicos do discurso literário, como o da academia, da universidade e hoje, com força mais evidente, o do mercado, como afirma Eneida Souza (2002, p. 81). Portanto, pensar esse conceito historicamente traz uma complexidade na fixação de um discurso outro, em um contexto de interdisciplinaridade desconsiderado pelo cânone e pelas instituições legitimadoras de certas literaturas e não de outras.

É a partir dessa complexidade de fixação de discursos outros que se percebe que a literatura enquanto sistema ou instituição foi construída sob uma perspectiva elitista da crítica que diferencia a suposta alta da baixa literatura. E segundo Eneida Souza (2002, p. 85) “tem sido ainda grande o esforço da crítica em nomear os discursos que não se enquadram nos critérios da alta literatura, escolhendo-se, entre vários termos, ora o de *paraliteratura*, o de *contraliteratura*”. Ou podemos acrescentar literatura infantil, literatura de autorias feminina, negra, trans, periférica, indígena, africana, sempre correndo-se o risco de uma classificação, para além de equivocada, que afasta, marginaliza, nomeia para separá-la da alta literatura, da literatura canônica, ou apenas literatura, em que se lê: produzidas por homens brancos ocidentais. Ou seja, o que não foi escrito sob as perspectivas dominantes não é reconhecido como literatura, como acontece com a literatura escrita por mulheres, segundo Annette Kolodny, (2017) ao afirmar, ainda em 1979, que a linguagem não é neutra do ponto de vista do gênero. Isso porque estamos inseridos em “tecnologias de gênero”, segundo Lauteris, e a leitura é um processo que diferencia estruturas de significação em qualquer texto,

então os leitores homens que se encontram do lado de fora e não familiarizados com os sistemas simbólicos que fazem parte da experiência feminina nas obras das mulheres irão necessariamente descartar estes sistemas como indecifráveis, sem sentido ou triviais. E professores homens não encontrarão sentido em incluir estas obras nos cânones de “autores maiores” (KOLODNY, 2017, p. 223-224).

A partir de considerações como essa, vê-se a importância dos esforços dos movimentos políticos e sociais. Aqui me refiro especificamente aos feminismos enquanto movimentos sociais que têm, como afirma Lúcia Zolin (2009, p. 227), “a ideia básica de desnudar os fundamentos culturais das construções de gênero (opondo-se às perspectivas essenciais e ontológicas dos estudos que abordam a questão da mulher) e de promover a derrocada de um gênero sobre outro”. Tais movimentos foram e são fundamentais para a alteração de algumas estruturas no campo literário, em relação à presença das mulheres na educação, de acesso a direitos e participação social, mesmo que diante de grandes desigualdades em relação ao gênero.

Com base nessa relevante contribuição dos movimentos feministas, as teorias feministas também impulsionaram uma marcante alteração no campo literário. Pensar, portanto, na atuação das mulheres na vida intelectual, para além dos trabalhos domésticos e dos papéis típicos destinados a elas, é pensar na educação e na literatura como portas de entrada, bem como a difusão da crítica no espaço dos jornais, e a entrada das mulheres também nesses espaços. Cabe também pensar a mídia como uma instância legitimadora da literatura e mais tarde a academia com esse papel de legitimar, de institucionalizar a literatura, sendo os periódicos um dos locais destinados à construção do conhecimento literário acadêmico. Porém, se por um lado a institucionalização da crítica literária feminista desencadeou essa força ao movimento e ao pensamento feministas, por outro, passou a excluir “o mundo lá fora”, como afirma bell hooks (2018, p. 45), e mesmo dentro do próprio campo literário.

Por meio da pesquisa dos periódicos, analisada neste trabalho, pôde-se ter uma ideia, face a seus resultados, que as raízes da tradição são profundas, e que muito do que se produz reproduz teorias “de fora” que se aplicam a obras e escritores renomados “daqui”, sendo sempre os mesmos a serem estudados. Por um lado, é importante manter acesas as luzes das tradições e do reconhecimento de nomes tão importantes, mas por outro, cabe a reflexão dos padrões que se repetem, padrões excludentes que legitimam ou deslegitimam certas identidades, um cânone marcado pela exclusão das mulheres enquanto sujeitos do discurso.

Os números da pesquisa foram expressivos em relação à autoria das mulheres: no que diz respeito à quantidade de articulistas, temos o maior número de articulistas mulheres,

diferentemente do número de escritoras citadas, que se distancia grandemente da quantidade de escritores citados. O que essa desigualdade diz? E o que ela cala?

Segundo Heloisa Buarque de Hollanda (2018),

no ambiente universitário, escrever e publicar é o que promove e circunscreve as relações de poder na academia. Além da docência, disputar espaços de publicação, dedicar tempo de trabalho para a redação de relatórios de pesquisa e de artigos são tarefas da profissão. Como em todas as suas atividades profissionais, mulheres na academia têm de enfrentar uma complexa dupla jornada de trabalhos domésticos e cuidados com filhos. Uma política de publicação que contemple mulheres autoras é uma forte demanda, e o incentivo à publicação de pesquisas com perspectivas de gênero e ou feminista vem sendo um esforço recorrente (HOLLANDA, 2018, p. 221).

Essa relação histórica de dupla jornada, base da sociedade ocidental, reverbera até hoje, refletindo nos segmentos de trabalho em que as mulheres já conseguiram atravessar e romper as barreiras das assimetrias das desigualdades. Vale lembrar que não só de gênero, mas também de raça, classe, idade, orientação sexual e demais atravessamentos e hierarquizações.

Para Cristina Stevens (2010), publicar é um ato político, e ainda que não seja abordando questões feministas, a presença das mulheres nessa área é marcante, e isso é um ponto positivo. Stevens acredita que o diálogo das pesquisas e estudos da crítica literária feminista é relevante para áreas como linguística, filosofia, história, sociologia, antropologia, geografia, economia e outros espaços e instituições. Afirma ainda que se fazem importantes também as publicações em veículos com maior alcance de leitoras e leitores, cujos interesses não sejam dedicados diretamente aos interesses feministas. Mesmo ainda enfrentando dificuldades devido aos preconceitos e resistências ao tema, esse é um campo que possui força. Nessa pesquisa de Stevens, ela registrou 229 periódicos em que foram publicadas críticas feministas, sendo 33 deles fora do Brasil. E é o que afirma Lopes e Piscitelli, ao referir-se às publicações entre pares:

Pois, a publicação de um resultado de pesquisa, ao ser referendado por seus pares, através de um complexo processo de negociação para se obter consenso, transforma-se em ciência sancionada, em “verdade científica”. Pressupondo a ciência como uma atividade essencialmente comunicativa, do ponto de vista da sociologia da ciência, aqueles que não submetem seus resultados a este escrutínio requerido pela publicação, não poderiam ser chamados de cientistas, dado que o ato de publicar é parte constituinte do conceito de pesquisador. As publicações possibilitam a existência de sistemas de comunicação, vinculados a processos ativos de persuasão, negociação, contestação e modificação, através dos quais observações e interpretações teóricas tendem a ser seletivamente construídas e re-construídas no campo científico (LOPES; PISCITELLI, 2004, p. 116).

Pode-se dizer então que o fato se deu na análise dos periódicos também. Mesmo sendo o espaço acadêmico da crítica, as revistas são de ampla abordagem e não têm seu foco nos interesses feministas. Contudo, o número que obtivemos dentre os 67 artigos analisados foi pequeno, mesmo com esse recorte também pequeno e analisando somente escritoras mulheres.

Cabe, porém, atentar-se ao fato de que se deve pensar em novos paradigmas, reiterando-se a ideia de hooks (2018) ao dizer que a teoria feminista passou a ser hospedada por um gueto acadêmico, e que de fato não tem atingido grandes espaços nesse núcleo, pois o cânone e a crítica literária perpetuam ainda as grandes tradições e os discursos dominantes. Portanto, assumir que novos paradigmas precisam ser considerados pode contribuir para uma análise sobre esses fatores, para que essa noção que universaliza, que unifica de forma desigual se desfaça, se reconfigure, abra espaço para outras vozes, outras experiências. E que possa desfazer, dessa forma, a violência simbólica de cultura única instituída.

Reitera-se, aqui, que mesmo ocorrendo uma distinção dentro do campo da literatura de autoria feminina, o fato de ser feita por mulheres continua sendo, de maneira geral, um obstáculo para reconhecimento dentro do cânone, como afirma Rita Terezinha Schmidt:

Pela lógica da exclusão, há uma internalização do valor canônico no pleito de um cânone paralelo, menor porque estará sempre à sombra do cânone oficial, um lugar guetizado que ratifica a exclusão e, portanto, sem força de intervenção crítica, pois nele o valor não é tensionado mas absolutizado na essencialização da diferença (SCHIMDT, 2012, p. 68).

Sendo assim, e considerando a literatura um meio de fortalecimento de práticas sociais, poder, emancipação de si e de ideias, destaca-se a importância do questionamento diante das narrativas eliminadas do campo da investigação histórica e literária. Desse modo,

tratar dessa questão no presente significa a possibilidade de uma intervenção transformadora nos discursos nacionais da cultura com implicações sobre as maneiras pelas quais entendemos como os imaginários sociais foram produzidos e como as identidades e tradições nacionais foram estabelecidas (SCHMIDT, 2012, p. 64-65).

Em consonância com Schmidt, considera-se necessária a contestação ao estabelecimento de discursos excludentes ou que nunca ponderaram possibilidades de alteridade no campo literário.

Importante também reconhecer que a alteração do campo, em alguma medida, tem acontecido. Nesse sentido, reforça-se o destaque da revista *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea* que, através da análise dos 67 artigos, mostrou-se a com maior quantidade dos artigos que citam as escritoras mulheres e os artigos com maior abordagem feminista. Cabe aqui uma observação: segundo pesquisa da Qualis CAPES, no triênio de 2010 a 2012, realizada junto aos periódicos, todas as revistas utilizadas na pesquisa dos periódicos tinham nota A1, destas, no quadriênio posterior, de 2013 a 2016, a única revista que se manteve com tal classificação foi a revista *Estudos*.

Para além da crítica feminista na academia, muitas vezes considerado com menor repercussão que o seu potencial, é fundamental destacar que os feminismos, de maneira geral, apesar da crescente onda conservadora no país, tem ganhado força em outros meios, e precisa ganhar ainda mais. Como afirma hooks (2018, p. 46), é preciso pensar uma literatura que ajude a informar uma multidão de pessoas, e que possibilite à sociedade compreender o pensamento e as políticas feministas. Para isso, segundo a teórica, é preciso de uma vasta gama de estilos e formatos de escrita, para uma conscientização crítica de fato, focar na educação de crianças e jovens, “precisamos de trabalhos principalmente direcionados a cultura jovem. Ninguém produz esse tipo de trabalho em contexto acadêmico” (hooks, 2018, p. 46) e pensar em outros alcances.

É possível perceber a forte influência da internet. Segundo Hollanda (2018, p. 222), “a internet vem se mostrando um caminho amigável para a difusão da produção de conhecimento das mulheres, ainda que o mito do livro e do artigo impresso não tenha sido superado”. A autora afirma também que a multiplicidade de vozes ativas que se têm nas redes sociais permitiu um ganho significativo de visibilidade de correntes do feminismo. Além do mais, “as questões mais recorrentes discutidas pelo feminismo são também pautas das redes: violência, assédio, sexualidade, aborto, trabalho, sexismo, padrões compulsórios de beleza e comportamento” (HOLLANDA, 2018, p. 60), utilizando a ferramenta multiplicadora e articuladora da internet.

Assim, além da crítica nas redes sociais, as redes de grupos de mulheres, formais ou informais, divulgando seus feitos pelas redes sociais, crescem, como é o caso de projetos escolares, grupos, coletivos, blogs, páginas no Facebook ou Instagram, canais no Youtube, como o *Projeto Mulheres Inspiradoras*, #leiamulheres, *Mulherio das Letras*, *Escritoras negras*, *AzMina*, *Blogueiras feministas*, *Geledés Instituto da Mulher Negra*, *Capitolina*, *Não Me Kahlo*, *Jout Jout Prazer*, *Hel Mother*, *Sapatomica*, *Colher de Ideias*, *Voz Trans*, e muitos outros que levantam pautas e assuntos diversos, não necessariamente voltados para a literatura, mas que abarcam a intensa e diversa produção contemporânea de conhecimentos.

E é nessa perspectiva, na qual se considera mais a diversidade que a diferença como caminho de transformação e potência, que se confia que a literatura aliada aos feminismos e à educação pode gerar mudanças para reconstruções sociais. E assim, como aponta bell hooks (2018, p. 49), acredita-se que o movimento feminista é positivo e construtivo para todo mundo. Esses caminhos de transformação e reconstrução devem seguir no tecer contínuo, em roda, sejam nos fios das linhas dos papéis ou naqueles invisíveis das redes que encontraremos as mudanças, a partir da busca pelo reconhecimento e ao mesmo tempo permanecendo contra-hegemônica, com os livros e a coragem que resgatamos.



## REFERÊNCIAS

- ABEL, Carlos Alberto de Santos (2011). A proletária Macabéa. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 4, p. 1-5. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/8846>. Acesso em: 27 mar. 2018.
- ALBUQUERQUE, Gabriel. (2005). *Rútilo nada*, de Hilda Hilst: confissão e deslocamento das paixões. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 25, p. 147-157. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9023>. Acesso em: 28 maio 2018.
- ALMEIDA, Sandra Regina Goulart (1998). A modernidade da escrita femeninafeminina de Clarice Lispector. In: SOUZA, Maria Eneida de (Org.). *Modernidades tardias*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- ANDRÉ, Willian (2014). A impossibilidade de se dizer o indizível. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 43, p. 263-276. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2316-40182014000100015>. Acesso em: 28 maio 2018.
- BARRETO, Andreia (2014). A mulher no ensino superior – distribuição e representatividade. *Cadernos do GEA*, n. 6, jul./dez. Rio de Janeiro: FLACSO, GEA. Disponível em: [http://flacso.org.br/files/2016/04/caderno\\_gea\\_n6\\_digitalfinal.pdf](http://flacso.org.br/files/2016/04/caderno_gea_n6_digitalfinal.pdf). Acesso em: 24 jan 2019.
- BARROSO, Carmem; MELLO, Guiomar Namó de (1975). O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, *Cadernos de Pesquisa*, n.15, p. 47- 77.
- BASTOS, Hermenegildo (2002). O custo e o preço do desleixo: trabalho e produção n'A hora da estrela. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 6, n. 6, p. 141-150. Disponível em: <http://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/view/90/91>. Acesso em: 28 maio 2018.
- BEVILÁQUA, Amélia de Freitas (1936). *Vesta*. 3. ed. Rio de Janeiro: Borso.
- BEZERRA, Kátia da Costa (2013). Romancista da Inconfidência: a construção de uma biografia em falsete. *O eixo e a roda*, v. 22, n. 2, p. 105-120. Disponível em: [http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o\\_eixo\\_ea\\_roda/article/view/5384](http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/5384). Acesso em: 28 maio 2018.
- BINGEMER, Maria Clara Lucchetti (2003). Transcendência e corporeidade: a experiência de deus segundo Adélia Prado. *Gragoatá*, v. 8, n. 14, p. 89-107. Disponível em: <http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/view/658>. Acesso em: 28 maio 2018.
- BLAY, Eva Alterman; CONCEIÇÃO, Rosana R. da (1991). A mulher como tema nas disciplinas da USP. *Cadernos de Pesquisa*, n. 76, p. 50-56.
- BORDO, Susan (1997). O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan (Eds.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Trad. de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos. p. 19- 41.

BORGES, Luciana. (2009). Narrando a edição. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 34, p. 117-145. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9638>. Acesso em: 28 maio 2018.

BOURDIEU, Pierre (1992/1996). *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras.

BOURDIEU, Pierre (2007). Classificação, Desclassificação, Reclassificação. Trad. de Denice Barbara Catani. Rev. téc. de Guilherme João de Freitas Teixeira. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). *Escritos de educação*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

BRASIL (2018). Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Cidadania. *Manual orientador sobre diversidade*. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos.

CAMARANI, Ana Luiza Silva; MARCHEZAN, Luiz Gonzaga (2006). O duplo percurso da narrativa de Clarice Lispector. *Itinerários*, n. 24, p. 189-200. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/2634>. Acesso em: 27 mar. 2018.

CAMARGO, Diva Cardoso de (2008). Uma comparação entre o estilo de Clarice e de seus tradutores. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 10, n. 13, p. 269-293. Disponível em: <http://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/view/209/212>. Acesso em: 27/03/ mar. 2018.

CAPPELLARI, Jaqueline Alice (2010). A identidade feminina na poesia de Adélia Prado. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, Florianópolis. *Anais do Fazendo Gênero 10*, v. 10. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1280152953\\_ARQUIVO\\_JaquelineAliceCappellari.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1280152953_ARQUIVO_JaquelineAliceCappellari.pdf). Acesso em: 5 jul 2019.

CARDOSO, Tânia Cardoso de (2011). O sujeito poético em Ana Cristina César. *Letras de hoje*, v. 46, n. 2, p. 78-86. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/9510>. Acesso em: 29 maio 2018.

CARNEIRO, Sueli (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro.

CARRIJO, Silvana Augusta Barbosa (2009). Doze noturnos de Holanda: noite nefasta ou benfazeja noite?. *Letras de hoje*, v. 44, n. 4, p. 56-64. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/6546>. Acesso em: 28 maio 2018.

CARVALHAL, Tânia Franco (1996). Dez anos da ABRALIC (1986-1996): elementos para sua história. *Organon*, UFRGS, v. 10, n. 24. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/institucional/historia/>. Acesso em: 28 jan. 2019.

CASTANYER, Laura Borràs (2000). Introducció a la crítica literaria feminista. In: SEGARRA, Marta; CARABÍ, Àngel (Eds.). *Feminismo y crítica literaria*. Barcelona: Icaria editorial.

CASTRO, Néa de (2001). A fome plural de Adélia Prado. *Revista da Anpoll*, v. 1, n. 10, p. 293-309. Disponível em: <https://doi.org/10.18309/anp.v1i10.396>. Acesso em 28 maio 2018.

CEVASCO, Maria Elisa (2008). *Dez lições sobre estudos culturais*. 2. ed. São Paulo: Boitempo Editorial.

CINTRA, Agnes Teresa Colturato (2006). Mitopoética em “O búfalo”, de Lispector. *Itinerários*, n. 24, p. 201-217. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/2635>. Acesso em: 27 mar 2018.

CIXOUS, Hélène (2017). O riso da Medusa (1975). In: BRANDÃO, Izabel (Org.). *Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC.

COLASANTI, Marina (1997). Por que nos perguntam se existimos. In: SHARPE, P. (Org.). *Entre resistir e identificar-se: para uma teoria da prática de autoria feminina*. Florianópolis: Editora Mulheres; Goiânia: Editora UFG. p. 33-42.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES (2013). Ministério da Educação. *Documento de Área 2013*. Disponível em: <http://capes.gov.br/component/content/article/44-avaliacao/4675-letraslingueistica>. Acesso em: 30 jun 2018.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES (2018). Ministério da Educação. *Qualis*. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/acessoinformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao/7422-qualis>. Acesso em: 30 jun 2018.

CORONEL, Luciana Paiva (2011). Literatura de periferia e mercado: reflexões acerca do caso Carolina Maria de Jesus. *Ipotesi*, v. 15, n. 2, p. 63-71. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2011/05/9-Literatura-de-periferia.pdf>. Acesso em: 28 maio 2018.

CORONEL, Luciana Paiva (2014). A censura ao direito de sonhar em *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 44, p. 271-288. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2316-40184412>. Acesso: 27 mar 2018.

CORREIA, Janaína Santos (2013). Maria Firmina dos Reis, vida e obra: uma contribuição para a escrita da história das mulheres e dos afrodescendentes no Brasil. *Revista Feminismos*, v. 1, n. 3, p. 1-24. Disponível em: <http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/27/71>. Acesso: 30 ago. 2018.

COUTINHO, Maria Lúcia Rocha (2000). Um certo mal-estar indefinido: a mulher nos contos de Clarice Lispector. *Ipotesi*, v. 4, n. 1, p. 83-92. Disponível em: <http://ojs2.ufjf.emnuvens.com.br/ipotesi/article/view/19238>. Acesso em: 27 mar. 2019.

CRENSHAW, Kimberlé (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Trad. de Liane Schneider. *Estudos Feministas*, ano 10, p. 171-188.

DAL FARRA, Maria Lúcia. Cecília Meireles: imagens femininas. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 27, p. 333-371, dez. 2006. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332006000200013&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000200013&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 05 jul 2019.

DALCASTAGNÈ, Regina (2000). As “virtudes” do mercado. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 5, p. 15-17. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/8851>. Acesso em: 28 maio 2018.

DALCASTAGNÈ, Regina (2007). A auto-representação de grupos marginalizados: tensões e estratégias na narrativa contemporânea. *Letras de Hoje*, v. 42, p. 18-31.

DALCASTAGNÈ, Regina (2018). A crítica literária em periódicos brasileiros contemporâneos: uma aproximação inicial. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 54, p. 195-209.

DAVIS, Angela (2016). *Mulheres, raça e classe*. Trad. de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo.

DEPLAGNE, Luciana Eleonora de Freitas Calado (2017). Cixous: o voo transatlântico da Medusa. In: BRANDÃO, Izabel (Org.). *Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC.

DUARTE, Constância Lima (2010). GT “A Mulher na Literatura” – 25 anos de história –. STEVENS, Cristina (Org.). In: *Mulher e Literatura – 25 anos: raízes e rumos*. Florianópolis: Editora Mulheres, p. 18-33.

DUARTE, Constância Lima; PAIVA, Kelen Benfenatti (2009). A mulher de letras: nos rastros de uma história. *Ipotesi*, v. 13, n. 2, p. 11-19.

DUARTE, Constância Lima; PAIVA, Kelen Benfenatti (2017). *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica.

EAGLETON, Terry (1991). *A função da crítica*. Trad. de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes.

EAGLETON, Terry (2006). *Teoria da literatura: uma introdução*. Trad. de Waltensir Dutra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes.

ESCALEIRA, Bruna (2014). A literatura erótica como emancipação feminina. Blog *Olga*. Disponível em: <https://thinkolga.com/>. Acesso em: 7 jul 2019.

FERNANDEZ, Raffaella Andréa (2008). Percursos de uma poética de resíduos na obra de Carolina Maria de Jesus. *Itinerários*, n. 27, p. 125-146. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/1131>. Acesso em: 28 maio 2018.

FERREIRA, Ermelinda (2003). Da poesia erudita à narrativa pornográfica. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 21, 113-127. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/8934>. Acesso em 28 maio 2018.

FREIRE, José Alonso Tôrres (2012). Machado de Assis: o retorno para o leitor contemporâneo. *Itinerários*, n. 34, p. 157-170. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/5619>. Acesso em: 29 maio 2018.

FUNK, Susana Bórneo (1997). Questões da crítica feminista. In: SCHMIDT, Rita Terezinha (Org.). *Mulheres e literatura: (trans)formando identidades*. Porto Alegre: Palloti.

GERSÃO, Teolinda. *Biog. e Livros/Bio & Books*. Disponível em: <https://teolindagersao.com/>. Acesso em: 5 jul 2019.

GINZBURG, Jaime (2011). Análise de *Província*, de Cecília Meireles. *Letras de hoje*, v. 46, n. 2, p. 32-36. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/9490>. Acesso em: 28 maio 2018.

GOMES, André Luís (2003). Cartas em foco: Clarice Lispector e o teatro. *O eixo e a roda*, v. 9/10, p. 97-124. Disponível em: [http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o\\_eixo\\_e\\_a\\_roda/article/view/3162/3108](http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_e_a_roda/article/view/3162/3108). Acesso em: 28 maio 2018.

GOMES, Carlos Magno (2011). O deslocamento inaugural de *Laços de Família*. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 37, p. 211-220. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9740>. Acesso em: 27 mar 2018.

GONÇALVES, Ana Beatriz Rodrigues; NASCIMENTO, Denise Aparecida do (2011). Favela, espaço e sujeito: uma relação conflituosa. *Ipotesi*, v. 15, n. 2, p. 51-62. Disponível em <http://www.ufjf.br/revistaiptesi/files/2011/05/8-Favela-esp%C3%A7o-e-sujeito-Iptesi-152.pdf>. Acesso em: 28 maio 2018.

GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro; BORJA, Shirley Doveslei Bernardes; LOPES, Aline Moraes; ANDALECIO, Aleixina Maria Lopes (2016). As mulheres praticando ciência no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24, n. 1. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p11>. Acesso em: 13 abr. 2019.

HALL, Stuart (2000). Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.

HELENA, Lucia (1997). *Nem musa, nem medusa: itinerários da escrita em Clarice Lispector*. Niterói: EDUFF.

HELENA, Lúcia (2000). A vocação para o abismo: errância e labilidade em Clarice Lispector. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 5, n. 5, p. 179-190. Disponível em: <http://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/view/80>. Acesso em: 28 maio 2018.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (1992). A roupa de Rachel: um estudo sem importância. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 0, p. 74-96.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (1992). Os estudos sobre mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, p. 54-92.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (2018). *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; ARAÚJO, Lucia Nascimento (1993). *Ensaístas brasileiras*. Rio de Janeiro: Rocco.

hooks, bell (2018). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Trad. de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

INSTITUTO MOREIRA SALLES (1999). *Cadernos de Literatura Brasileira*, n. 8, Instituto Moreira Salles. Disponível em: [https://issuu.com/ims\\_instituto\\_moreira\\_salles/docs/clb\\_hilda\\_-\\_geral](https://issuu.com/ims_instituto_moreira_salles/docs/clb_hilda_-_geral). Acesso em: 5 jul 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP (2013). *Sinopse Estatística Superior 2017*. Brasília: INEP. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 24 jan. 2019.

JACOMEL, Mirele Carolina Werneque; ZOLIN, Lúcia Osana (2008). A dupla opressão, a memória e a dor na narrativa de Ana Maria Machado. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, Florianópolis. *Anais do Fazendo Gênero 8*, v. 8. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST14/Jacomel-Zolin\\_14.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST14/Jacomel-Zolin_14.pdf). Acesso em: 6 jul 2019.

JARDIM, Luciana Abreu (2005). O fio metálico em *Água Viva*. *Letras de hoje*, v. 40, n. 2, p. 73-82. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/13716/9101>. Acesso em: 28 mar 2018.

JUNIOR, Arnaldo Franco (2004). Questionando a identidade da literatura: *A legião estrangeira*, de Clarice Lispector. *O eixo e a roda*, v. 9/10, p. 125-142. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17851/2358-9787.9.0.125-142>. Acesso em: 28 mar. 2018. Acesso em: 28 maio 2018.

KOLODNY, Annette (2017). Dançando no campo minado: algumas observações sobre a teoria, a prática e a política de uma crítica literária feminista. In: BRANDÃO, Izabel (Org.). *Traduções da cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina (1996). *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática.

LAURETIS, Teresa de (2004). A tecnologia do gênero. Trad. de Suzana Funk. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco. p. 206-242.

LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos (2008). *As escritoras contemporâneas e o campo literário brasileiro: uma relação de gênero*. Tese (Doutorado em Literatura) – Departamento de Teoria Literária e Literaturas, Universidade de Brasília, Brasília.

LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos (2010). O feminismo como agente de mudanças no campo literário brasileiro. In: STEVENS, Cristina (Org.). *Mulher e literatura – 25 anos: raízes e rumos*. Florianópolis: Editora Mulheres.

LLANSOL, Maria Gabriela. Website. Disponível em: <https://mariagabrielallansol.weebly.com>. Acesso em: 7 jul 2019.

- LOMAN, Lília (2007). Entre o céu e as caldeiras: espectros desconstrutivos em “Agda”, de Hilda Hilst. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 9, n. 10, p. 169-178. Disponível em: <http://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/view/158/161>. Acesso em: 28 maio 2018.
- LOPES, Júlia (2017). A fronteira que habito: o feminino n’ *O livro das comunidades*. *Revista Z Cultural*. Rio de Janeiro, ano XII, v. 1. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/a-fronteira-que-habito-o-feminino-no-livro-das-comunidades/>. Acesso em: 7 jul 2019.
- LOPES, Maria Margaret; PISCITELLI, Adriana (2004). Revistas científicas e a constituição do campo de estudos de gênero: um olhar desde as “margens”. *Revista Estudos Feministas*. v. 12, n. esp. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000300013/9508>. Acesso em: 9 jul 2019.
- LOURO, Guacira Lopes (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes.
- LOURO, Guacira Lopes (2004). Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- LUCENA, Bruna Paiva de (2016). “É fácil ver a chuva quando você não se molha”: os gabinetes da historiografia literária e do cordel e as poéticas a céu aberto. Tese (Doutorado em Literatura) – Departamento de Teoria Literária e Literaturas, Universidade de Brasília, Brasília.
- MACHADO, Ana Maria. Website. Disponível em: <https://www.aancart.org/ana-maria-machado/>. Acesso em: 6 jul 2019.
- MACIEL, Emílio (2013). O diabo provavelmente: luto e cisão comunitária em *A hora da Estrela* de Clarice Lispector. *O eixo e a roda*, v. 22, n. 1, p. 133-151. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17851/2358-9787.22.1.133-151>. Acesso em: 28 maio 2018.
- MAGALHÃES, Luiz Antonio Mousinho (2000). Um período de sol: narrativa e unidade. *Itinerários*, n. 15/16, p. 179-183. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/3500>. Acesso em: 27 mar 2018.
- MAGNABOSCO, Maria Madalena (2003) As subjetividades (de)formadoras e (trans)formadoras de Carolina Maria de Jesus., *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 22, p. 85-93. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/8945>. Acesso em: 28 maio 2018.
- MARRECO, Maria Inês de Moraes (2012). Teolinda Gersão: uma contista portuguesa com certeza. *Letras de Hoje*, v. 47, n. 4, p. 430-436. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/11389/8538>. Acesso em: 29 maio 2018.
- MARTINS, Celina (2009). E se o reverso da história chegasse em dobras: os mutantes em Maria Gabriela Llansol. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 14, p. 263-283.

Disponível em: <http://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/view/224>. Acesso em: 29 maio 2018.

MEDEIROS, Vera Lúcia Cardoso (2013). Contribuições da literatura brasileira contemporânea ao “livro de registro da cidade”. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 42, p. 169-180. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9933>. Acesso em: 27 mar 2018.

MELLO, Ana Maria Lisboa de (2011). *Mundus imaginalis* na poesia de Cecília Meireles. *Letras de Hoje*, v. 46, n. 2, p. 6-12. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/9505>. Acesso em: 28 maio 2018.

MELLO, Ana Maria Lisboa de (2012). A memória dos Açores na escrita de Cecília Meireles. *Letras de Hoje*, v. 47, n. 4, p. 381-386. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/12771>. Acesso em: 28 maio 2018.

MELLO, Jefferson Agostini (2017). *Literatura e crítica no Brasil hoje*. Brasília: Edições Carolina. Edição do Kindle.

MENDES, Algemira Macêdo (2006). *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MENDONÇA, Fernando; NINO, Maria do Carmo (2012). Notas sobre um rato morto: o grotesco e o divino em Clarice Lispector. *Ipotesi*, v. 16, n. 2, p. 239-247. Disponível em: <http://ojs2.ufjf.emnuvens.com.br/ipotesi/article/view/25777>. Acesso em: 27 mar 2018.

MENDOZA, Breny (2015). *Coloniality of gender and power: from postcoloniality to decoloniality*. Oxford Handbooks Online. Disponível em: <http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199328581.001.0001/oxfordhb-9780199328581-e-6>. Acesso em: 21 jan 2019.

MIGUEL, Luis Felipe (2010). Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 25-49.

MILANESI, Vera Márcia P. S. V. (2002). Cecília Meireles: momentos e canções. *Itinerários*, n. 19, p. 155-169. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/2661>. Acesso em: 28 maio 2018.

MODELLI, Lais (2016). A busca da igualdade de gênero no ambiente acadêmico. *Cult – Revista Brasileira de Cultura*. São Paulo, ano 19, n. 216, p. 28-31.

MORAES, Vera Lúcia de Albuquerque; COUTINHO, Fernanda Maria Abreu Coutinho (2008). Minhas queridas: letras de amor e saudade. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. Disponível em: <http://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/view/192/195>. Acesso em: 27 mar 2018.

MOREIRA, Maria Edinara Leão (2013). Escritas em erupção. *Gragoatá*, v. 18, n. 35, p. 117-135. Disponível em: <http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/view/37/234>. Acesso em: 27 mar 2018.

MUZART, Zahidé Lupinacci (2003). Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 225-233.

NASCIMENTO, Evando (2006). O mal como metáfora. *Ipotesi*, v. 10, n. 1-2, p. 149-165. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2010/02/O-mal-como-metafora.pdf>. Acesso em: 28 mar 2018.

NINA, Cláudia (2002). Narrativas do silêncio: Clarice Lispector em terra estrangeira. *Letras de hoje*, v. 37, n. 34, p. 9-19. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/fale/article/view/14255/9480>. Acesso em: 27 mar 2018.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins (2004). *Bourdieu & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica.

NOLASCO, Edgar César (2002). Quando a moeda literária vale 1,99 no mercado clandestino de Clarice Lispector. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, v. 6, n. 6, p. 99-108. Disponível em: <http://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/view/87>. Acesso em: 28 maio 2018.

NUNES, Aparecida Maria (2008). Uma aprendizagem ou as páginas femininas de Clarice Lispector. *Revista da Anpoll*, v. 1, n. 25, p. 267-290. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/issue/view/3/showToc>. Acesso em: 13 mar 2019.

NUNES, Aparecida Maria (2012). Sem botar banca, Clarice escreve e aguenta o Brasil. *Revista da Anpoll*, v. 1, n. 33, p. 58-73. Disponível em: <https://doi.org/10.18309/anp.v1i33.629>. Acesso em: 13 mar 2019.

OLIVEIRA, Cleide Maria de (2012). O poeta ficou cansado. *Ipotesi*, v. 16, n. 2, p. 183-200. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2011/05/CAP14-183-200.pdf>. Acesso em: 28 maio 2018.

OLIVEIRA, Gisele Pereira (2014). Cecília Meireles por ela mesma e sobre outras mulheres. *Letras de Hoje*, v. 49, n. 4, p. 487-494. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7726.2014.4.13554>. Acesso em: 28 maio 2018.

OLIVEIRA, Maria Lúcia Wiltshire de (2005). Vocaç o e mulher ao som de teclados. *Gragoat a*, v. 10, n. 18, p. 279-286. Disponível em: <http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/view/461>. Acesso em: 29 maio 2018.

OLIVEIRA, Maria L cia Wiltshire de (2008). *Revista do N cleo Estudos de Literaturas Portuguesa e Africanas da UFF*, v. 1, n. 1. Disponível em: <http://www.revistaabril.uff.br/index.php/revistaabril/article/view/275>. Acesso em 5 jul 2019.

OLIVEIRA, Maria L cia Wiltshire de (2010). Uma narratividade em muta o: recep o e produ o de *Causa Amante*, de Maria Gabriela Llansol. *Gragoat a*, n. 28, p. 41-62. Disponível

em: <http://www.gragoata.uff.br/index.php/gragoata/article/view/181>. Acesso em: 29 maio 2018.

ORNELAS, José N. (2014). A intersecção entre o imaginário do Fascismo, do Império e da Política Colonial em *Paisagem com mulher e mar ao fundo*, de Teolinda Gersão. *Letras de Hoje*, v. 49, n. 4, p. 477-486. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/19438/12395>. Acesso em: 29 maio 2018.

PAGANINI, Joseana (2001). Engajamento poético e transfiguração. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 10, p. 3-35. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/8863>. Acesso em: 17 mar 2018.

PALMA, Daniela (2017). As casas de Carolina: espaços femininos de resistência, escrita e memória. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 51, e175116. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332017000300508&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000300508&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 05 jul 2019.

PEREIRA, Lúcia Miguel (1954). As mulheres na literatura brasileira. *Anhembi*, ano V, n. 49, v. XVII.

PERPÉTUA, Elzira Divina (2003). Aquém do Quarto de despejo: a palavra de Carolina Maria de Jesus nos manuscritos de seu diário. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 22, p. 63-83. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/2182>. Acesso em: 28 maio 2018.

PERROT, Michelle (2008). *Minha história das mulheres*. Trad. de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto.

PINHO, Marília Gabriela Malavolta; MARCHEZAN; Luiz Gonzaga (2014). Na teoria e na ficção: a vanguarda em Clarice Lispector. *Revista da Anpoll*, v. 1, n. 36, p. 288-311. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/752>. Acesso: 13 mar 2019.

PIZA, Daniel (2004). *Jornalismo cultural*. São Paulo: Contexto.

PONTIERI, Regina (2006). Virginia Woolf, leitora de ficção russa. *Literatura e Sociedade*, v. 11, n. 9, p. 164-177. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i9p164-177>. Acesso em: 29 maio 2018.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas (2000). Mulheres no ensino superior no Brasil. In: 23ª REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPED, Caxambu. *Caderno de resumos*. Rio de Janeiro: ANPED. Disponível em [http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt\\_03\\_01.pdf](http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt_03_01.pdf). Acesso em: 24 jan 2019.

RAGO, Margareth (2004). Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.

REBELLO, Ivana Ferrante (2013). Sobre restaurar fios: reflexões sobre a pobreza em *A hora da estrela*. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 41, p. 219-232. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9886>. Acesso em: 27 mar 2018.

REGUERA, Nilze Maria de Azeredo (2011). Hilda Hilst e a (im)possibilidade de (se) dizer. *Itinerários*, n. 32, p. 27-43. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/4574>. Acesso em: 15 jun 2018.

REIS, Maria Firmina (2004). *Úrsula*. Florianópolis: Editora Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas.

RODRIGUES, Inara de Oliveira (2006). O espaço do incomunicável em “A árvore das palavras”, de Teolinda Gersão. *Letras de Hoje*, v. 41, n. 3, p. 57-66. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/615/446>. Acesso em: 29 maio 2018.

ROSEMBERG, Fúlvia (2001). Políticas educacionais e gênero: um balanço dos anos 1990. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 151-198.

ROSITO, Valeria (2012). Postcolonial Female Fiction: from the Solitary Stand in Carolina Maria de Jesus to the Solidary Diction in Conceição Evaristo. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 21, p. 191-211. Disponível em: <http://revista.abralic.org.br/index.php/revista/article/viewFile/293/297>. Acesso em: 28 maio 2018.

ROSITO, Valéria (2018). “Avisem-me se eu começar a me tornar eu mesma demais”: Lispector nos anos de chumbo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 3. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/45486/37911>. Acesso em: 4 jul 2019.

SÁ, Lúcia (2004). A hora da estrela e o mal estar das elites. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 23, p. 49-65. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/8990>. Acesso em: 27 mar 2018.

SALVINO, Rômulo (2002). Ana Cristina César: entre o eu e o outro. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 19, p. 59-82. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/8923>. Acesso em: 29 maio 2018.

SANTANA, Jorge Alves (2018). Memórias dos corpos sem órgãos nas duas Agdas, de Hilda Hilst. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 2. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/50157/37130>. Acesso em: 05 jul 2019.

SANTOS, Rejane Granato; ROCHA, Enilce Albergaria (2005). A escrita pictórica em *A cidade sitiada* de Clarice Lispector. *Ipotesi*, v. 9, n. 1, n. 2, p. 155-166. Disponível em: <http://ojs2.ufjf.emnuvens.com.br/ipotesi/article/view/19323>. Acesso em: 27 mar 2018.

SCHMIDT, Rita Terezinha (1996). Cãnone / Contra-cãnone: nem aquele que é o mesmo nem este que é o outro. In: CARVALHAL, Tânia (Org.). *O discurso crítico na América Latina*. Porto Alegre: Editora Unisinos.

SCHMIDT, Rita Terezinha (2006). Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada brasileira. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, p. 765-799.

SCHMIDT, Rita Terezinha (2010). Revisitando a mulher na literatura: horizontes e desafios. In: STEVENS, Cristina (Org.). *Mulher e Literatura – 25 anos: raízes e rumos*. Florianópolis: Editora Mulheres. p. 257-270.

SCHMIDT, Rita Terezinha (2012). Cânone, valor e a história da literatura: pensando a autoria feminina como sítio de resistência e intervenção. *El Hilo de la Fábula*, v. 10, p. 59-74.

SCHMIDT, Rita Terezinha (2017). Recortes de uma história: a construção de um fazer/saber. *Descentramentos/convergências: ensaios de crítica feminista*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. p. 71-92.

SCHUMACHER, Schuma (Org.) (2000). *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

SEGARRA, Marta (Ed.) (2010). *Entrevistas a Hélène Cixous – no escribimos sin cuerpo*. Barcelona: Icaria.

SHOWALTER, Elaine (1994). A crítica feminista no território selvagem. Trad. de Deise Amaral. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco. p. 23-57.

SILVA, Maria das Graças Gomes Villa da (2009). A marca da indeterminação. *Ipotesi*, v. 6, n. 2, p. 109-115. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2009/12/A-marca-da1.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

SILVA, Wilton Carlos Lima da (2014). Amélia Beviláqua que era mulher de verdade: a memória construída da esposa de Clóvis Beviláqua. *INTERthesis – Revista Internacional Interdisciplinar*, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 138-161.

SOARES, Claudia Campos (2010). As palavras de um certo modo agrupadas e a fugacidade das coisas do mundo: aspectos da poesia de Adélia Prado. *O eixo e a roda*, v. 19, n. 1, p. 117-133. Disponível em: [http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o\\_eixo\\_ea\\_roda/article/view/3343](http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea_roda/article/view/3343). Acesso em: 28 maio 2018.

SOTERO, Edilza Correia (2013). Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. In: MARCONDES, Mariana Mazzini (Orgs.). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea.

SOUZA, Eneida Maria (2002). *Crítica Cult.* Belo Horizonte: Editora UFMG.

SOUZA, Flavia Fernandes de (2012). Escravas do lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na corte imperial. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro.

SUSSEKIND, Flora (1984). *Tal Brasil, qual romance?* Rio de Janeiro: Achiamé.

SUSSEKIND, Flora (1985). *Literatura e vida literária: polêmicas, diário e retratos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

TABAK, Fani Miranda (2008). Virgínia Woolf e as práticas híbridas. *Itinerários*, n. 26, 109-130. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/1172>. Acesso em: 29 maio 2018.

TELLES, Norma (2013). Caleidoscópio de palavras. *Labrys – estudos feministas*, n. 23. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys23/aventura/norma.htm>. Acesso em: 7 jul 2019.

TIRLONI, Larissa Paula; MARINHO, Marcelo (2014). Carolina Maria de Jesus e a autorrepresentação literária da exclusão social na América Latina: *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 44, p. 249-270. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2316-40184411>. <https://doi.org/10.1590/2316-40184411>. Acesso em 28 maio 2018.

UMBACH, Rosani Úrsula Ketzer (2013). Memórias autobiográficas em narrativas pós-ditatoriais. *Letras de hoje*, v. 48, n. 4, p. 476-483. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrio.br/ojs/index.php/fale/article/view/15441>. Acesso em: 29 maio 2018.

VARA, Teresa (2000). A cena interrompida. *Literatura e Sociedade*, v. 5, n. 5, p. 156-167. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/lis/article/view/19612>. Acesso em: 27 mar 2018.

VITAGLIANO, Karina Marize; PITERI, Sônia Helena de Oliveira Raymundo (2008). “Os corpos cercados” e o campo de concentração poética. *Itinerários*, n. 26, 173-182. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/1176>. Acesso em: 28 maio 2018.

YOUNG, Iris (2004). O gênero como serialidade: pensar as mulheres como um coletivo social. Trad. de Laura Fonseca e Marinela Freitas. *EX AEQUO* (Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres), n. 8, p. 113-139.

ZOLIN, Lúcia Osana (2009). Literatura de autoria feminina. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (Orgs). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3. ed. Maringá: Eduem.

## ANEXO I – Ficha de levantamento de dados da pesquisa *A crítica literária em periódicos brasileiros contemporâneos*

### Revistas brasileiras de literatura

#### 1. Número da ficha

A resposta deve ser compreendida entre 1 e 9000.

A resposta é obrigatória.

#### 2. Responsável pelo preenchimento

- |   |  |
|---|--|
| <input type="radio"/> 1. Fernanda       | <input type="radio"/> 2. Isadora         |
| <input type="radio"/> 3. Laís           | <input type="radio"/> 4. Marcos          |
| <input type="radio"/> 5. Maria Manuella | <input type="radio"/> 6. Priscila        |
| <input type="radio"/> 7. Vanessa Cajá   | <input type="radio"/> 8. Vanessa Chanice |
| <input type="radio"/> 9. Waldson        | <input type="radio"/> 10. Andrea         |
| <input type="radio"/> 11. Edson         | <input type="radio"/> 12. João           |
| <input type="radio"/> 13. Rayza         | <input type="radio"/> 14. Carina         |
| <input type="radio"/> 15. Gustavo       | <input type="radio"/> 16. Talita         |

A resposta é obrigatória.

### Artigo

#### 3. Título

A resposta é obrigatória.

#### 4. Tipo

1. artigo       2. resenha       3. entrevista  
 4. depoimento       5. outro

A resposta é obrigatória.

#### 5. Se outro, qual?

A resposta é obrigatória.

A questão só é pertinente se Tipo = "outro"

#### 6. Ineditismo

1. inédito       2. republicado       3. traduzido

A resposta é obrigatória.

#### 7. Se republicado ou traduzido, de onde?

A resposta é obrigatória.

A questão só é pertinente se Ineditismo Valores "republicado ; traduzido"

#### 8. Revista

1. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea  
 2. Gragoatá  
 3. Ipotesi  
 4. Itinerários  
 5. Letras de Hoje  
 6. Literatura e Sociedade  
 7. O Eixo e a Roda  
 8. Revista Brasileira de Literatura Comparada  
 9. Revista da ANPOLL  
 10. Terceira Margem

A resposta é obrigatória.

#### 9. Volume/número

A resposta é obrigatória.

#### 10. Ano

A resposta deve ser compreendida entre 2000 e 2014.

A resposta é obrigatória.

#### 11. Página inicial

A resposta deve ser compreendida entre 1 e 500.

A resposta é obrigatória.

#### 12. Página final

A resposta deve ser compreendida entre 1 e 500.

A resposta é obrigatória.

#### 13. Inserção na revista

1. livre       2. dossiê

A resposta é obrigatória.

### Autor(a)

#### 14. Autor(a) principal

A resposta é obrigatória.

#### 15. Sexo

1. feminino       2. masculino

A resposta é obrigatória.

**16. Idade ao publicar**

A resposta deve ser compreendida entre 15 e 90.

**17. A idade é:**

1. certa       2. presumida       3. não encontrada  
 4. autor falecido

A resposta é obrigatória.

**18. Instituição**

A resposta é obrigatória.

**19. Vinculação**

1. docente       2. discente  
 3. ex-discente       4. outra  
 5. não encontrada

A resposta é obrigatória.

**20. Outra instituição****21. Outra vinculação**

1. docente       2. discente  
 3. ex-discente       4. outra  
 5. não encontrada

**22. Titulação**

1. graduando(a)       2. graduado(a)  
 3. mestrando(a)       4. mestre  
 5. doutorando(a)       6. doutor(a)  
 7. não informado

A resposta é obrigatória.

**23. Outros(as) autores(as)****24. Sexo**

1. feminino       2. masculino

Você pode marcar diversas casas.

**25. Idades ao publicar****26. Instituições****27. Vinculações**

1. docente       2. discente       3. outra

Você pode marcar diversas casas.

**28. Titulações**

1. graduando(a)       2. graduado(a)  
 3. mestrando(a)       4. mestre  
 5. doutorando(a)       6. doutor(a)  
 7. não informado

Você pode marcar diversas casas (3 no máximo).

**Tema****29. Trata de literatura?**

1. sim       2. sim, mas só teoria       3. não

A resposta é obrigatória.

**30. Se não, qual o tema?**

A resposta é obrigatória.

A questão só é pertinente se Literatura = "não"

**31. Trata de:**

1. só contemporânea  
 2. contemporânea e outra(s) época(s)  
 3. sem contemporânea

A resposta é obrigatória.

A questão só é pertinente se Literatura = "sim"

**32. Trata de:**

1. só literatura brasileira       2. brasileira e outra(s)  
 3. sem brasileira

A resposta é obrigatória.

A questão só é pertinente se Literatura = "sim"

**33. Gênero**

1. conto       2. romance  
 3. crônica       4. memórias  
 5. crítica       6. não-ficção  
 7. poesia       8. infanto-juvenil  
 9. teatro       10. outras mídias  
 11. campo literário

Você pode marcar diversas casas (8 no máximo).

A resposta é obrigatória.

A questão só é pertinente se Literatura = "sim"

**34. Se outras mídias, qual?**

A resposta é obrigatória.

A questão só é pertinente se Gênero = "outras mídias"

**35. Abrangência**

1. monográfica       2. comparativa       3. panorâmica

A resposta é obrigatória.

A questão só é pertinente se Literatura = "sim"

**36. Se monográfica, trata de qual autor?**


*A resposta é obrigatória.*

*A questão só é pertinente se Abrangência = "monográfica"*

**37. Se comparativa, trata de quais autores?**


*A resposta é obrigatória.*

*A questão só é pertinente se Abrangência = "comparativa"*

**38. Se panorâmica, destaca quais autores?**


*A resposta é obrigatória.*

*A questão só é pertinente se Abrangência = "panorâmica"*

**39. Quais os enfoques principais do artigo?**

- 1. sociologia/antropologia/história
- 2. filosofia/psicanálise
- 3. tradição literária
- 4. outras mídias
- 5. exclusivo no objeto

*Você pode marcar diversas casas (4 no máximo).*

*A resposta é obrigatória.*

*A questão só é pertinente se Literatura Valores "sim ; sim, mas só teoria"*

**40. Liste todos os autores citados na bibliografia**


*A resposta é obrigatória.*

*A questão só é pertinente se Literatura Valores "sim ; sim, mas só teoria"*

**41. Copie e cole o resumo do texto:**


*A resposta é obrigatória.*

*A questão só é pertinente se Literatura Valores "sim ; sim, mas só teoria"*

**42. Indique as palavras-chave do texto (separadas por ponto-e-vírgula):**


*A resposta é obrigatória.*

*A questão só é pertinente se Literatura Valores "sim ; sim, mas só teoria"*

**43. Observações**